

LEONARDO DE MAGALHÃES LEITE

**UMA ANÁLISE DAS TEORIAS DO IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO À LUZ
DA TEORIA MARXISTA CLÁSSICA DO IMPERIALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Cipolla

CURITIBA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Leite, Leonardo de Magalhães

Uma análise crítica das teorias do imperialismo contemporâneo à
Luz da teoria marxista clássica do imperialismo / Leonardo de Magalhães
Leite. - 2010.

118 f.

Orientador: Francisco Paulo Cipolla.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba, 2010.

1. Economia. 2. Imperialismo. 3. Economia marxista. I. Cipolla,
Francisco Paulo. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências
Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Econômico. III. Título. CDD 330.1

TERMO DE APROVAÇÃO

Leonardo Magalhães Leite

“Uma análise das teorias do imperialismo contemporâneo à luz da teoria marxista clássica do imperialismo”

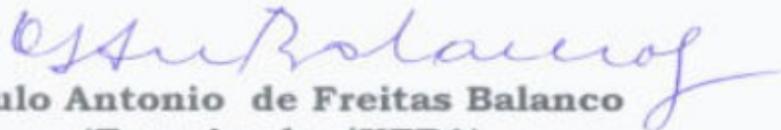
DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:



**Francisco Paulo Cipolla
(Orientador/UFPR)**



**Claus Magno Germer
(Examinador/UFPR)**



**Paulo Antonio de Freitas Balanco
(Examinador/UFBA)**

26 de março de 2010

À memória de minha avó Therezinha.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial meu pai, Aloysio, minha mãe, Ana Rita, e meus avós, Jorge e Marisa, que me ensinaram os melhores caminhos a percorrer.

Ao meu orientador, professor Francisco Paulo Cipolla, pelo comprometimento e dedicação. Em determinado momento, as conversas foram fundamentais para o prosseguimento do trabalho.

A todos os professores que participaram de minha formação neste período, em especial aos professores Claus Magno Germer e Luis Alberto Esteves.

Aos professores Fabiano Dalto, pela contribuição na defesa do projeto, e Paulo Balanco, pela pronta disponibilidade em participar da defesa da dissertação e pelas excelentes críticas que só fizeram engrandecer esta pesquisa. Às funcionárias Ivone e Áurea, pela atenção em atender qualquer necessidade que tive durante estes dois anos.

À minha turma e aos colegas do PPGDE, em especial aos amigos Everson, João Carlos, Geraldo, Alex, Ruben, Guilherme, Leonel e Karlo. Aos amigos Gladstone e Baltazar.

Aos verdadeiros interlocutores desta dissertação, os alunos da disciplina Teorias do Imperialismo – que ministrei enquanto professor substituto na Universidade Federal de Juiz de Fora – e os amigos Zé Luiz, Gustavo e Daniel. À amiga Anelise Lima, pelo excelente apoio na revisão final desta dissertação.

À minha namorada, Bianca, pelo carinho de sempre, por me suportar durante os meses críticos da dissertação e me ajudar no que foi preciso.

Ao Estado, na figura da Capes, e ao sistema público de educação, que permitiram o desenvolvimento deste trabalho..

RESUMO

A utilização do conceito imperialismo pela tradição marxista sempre esteve relacionado à tentativas de interpretação e caracterização da realidade corrente do modo de produção capitalista. As metamorfoses pelas quais o capitalismo passava na transição entre os séculos XIX e XX ensejou a contribuição da teoria marxista no que se refere ao desnudamento destas transformações. A teoria marxista registrara que o modo de produção havia ingressado em seu segundo estágio de desenvolvimento: o imperialismo. Assim, as leituras que se fizeram acerca deste novo momento passaram a ser referenciadas em termos de uma teoria clássica do imperialismo, já que forneceram o arcabouço teórico de interpretação do novo estágio do capitalismo. Atualmente existem diversas análises do capitalismo contemporâneo que, utilizando como referencial teórico o imperialismo, buscam interpretar as transformações pelas quais o capitalismo atravessa, constituindo-se como teorias contemporâneas do imperialismo. Este trabalho, então, tem como objetivo interpretar estas teorias, identificando lacunas, limites e potencialidades, à luz da teoria marxista clássica do imperialismo. Para tanto, buscou-se resgatar as contribuições teóricas dos clássicos, como Hilferding, Luxemburg, Kautski, Bukharin e Lenin. Na sequência, realizou-se a exposição e discussão entre alguns autores da atualidade para, comparando-os aos autores clássicos, chegar à conclusão de que ainda não é possível estabelecer uma teoria do imperialismo, isto é, existem várias teorias. De fato, dentro das teorias contemporâneas existe o consenso de que o capitalismo ingressou em uma nova fase, na transição entre as décadas de 1970 e 1980. Entretanto, a natureza e a forma desta nova fase ainda constituem-se pontos de forte dissenso. Palavras chave: Imperialismo. Capitalismo contemporâneo. Economia marxista.

ABSTRACT

The use of the concept of imperialism by the Marxist tradition has always been related to attempts to interpret and characterize the current reality of the capitalist mode of production. The metamorphosis in which capitalism was passing in the transition between the nineteenth and twentieth centuries gave rise to the contribution of Marxist theory in relation to the denudation of these transformations. Marxist theory had recorded that the mode of production had entered into its second stage of development: the imperialism. Thus, the readings that were made about this new moment began to be referenced in terms of a classical theory of imperialism, since it provided the theoretical interpretation of the new stage of capitalism. Currently there are several analysis of contemporary capitalism which, using as theoretical reference the imperialism, seeking to interpret the transformations that capitalism is undergoing, constituting themselves as contemporary theories of imperialism. This study then aims to interpret these theories, identifying gaps, limits and potentialities in the light of classical Marxist theory of imperialism. To this end, we attempted to rescue the theoretical contributions of the classics, like Hilferding, Luxemburg, Kautsky, Bukharin and Lenin. Subsequently, there was the exposure and discussion among some authors to present, comparing them to classical authors, concludes that it is not possible to establish a theory of imperialism, in other words, there are several theories. In fact, within the contemporary theories there is a consensus that capitalism has entered in a new phase in the transition between the 1970 and 1980. However, the nature and form of this new phase still constitute strong points of dissent.

Keywords: Imperialism. Contemporary capitalism. Marxist economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Forma característica da circulação do capital acionário, segundo Hilferding	20
Figura 2	Taxa de lucros (%): EUA e Europa, economia privada	96
Figura 3	Taxa de lucros retidos e taxa de acumulação (%): EUA, sociedades por ações não-financeiras	98
Figura 4	Razão entre os fluxos totais de renda recebidos do resto do mundo e os lucros domésticos nos EUA (depois de impostos).....	100
Figura 5	Diagrama de Análise do Imperialismo.....	113

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	PERSPECTIVA METODOLÓGICA	11
2	O DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DO IMPERIALISMO ENTRE OS MARXISTAS CLÁSSICOS	13
2.1	A CONSOLIDAÇÃO DOS MONOPÓLIOS E DO CAPITAL FINANCEIRO	15
2.2	A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS	26
2.3	PARTILHAS TERRITORIAIS, IMPERIALISMO OU ULTRAIMPERIALISMO?	46
3	INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO IMPERIALISMO	61
3.1	O FIM DO IMPERIALISMO E A EMERGÊNCIA DO IMPÉRIO EM MICHAEL HARDT E ANTONIO NEGRI	61
3.2	DAVID HARVEY E A ABORDAGEM DO NOVO-IMPERIALISMO	71
3.3	GOWAN, PANITCH E SHAW E O FIM DAS RIVALIDADES INTER-IMPERIALISTAS	83
3.4	ROBERT WENT, GLOBALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NO IMPERIALISMO DE LENIN	85
3.5	SAKELLAROPOULOS, A ATUALIDADE DO IMPERIALISMO E A IMPORTÂNCIA DOS ESTADOS-NACIONAIS	88
3.6	DUMÉNIL E LÉVY E O NEO-IMPERIALISMO	94
4	A TEORIA CONTEMPORÂNEA À LUZ DA TEORIA CLÁSSICA	102
5	CONCLUSÃO	111
	REFERÊNCIAS	115

1 INTRODUÇÃO

Imperialismo é um conceito utilizado de forma bastante fluida e amorfa dentro da tradição marxista. Desde meados do século XX, no bojo dos debates da Segunda Internacional, até a contemporaneidade, diversas análises teóricas e empíricas se baseiam nele. Decerto, ele sempre esteve relacionado às tentativas de interpretação do modo de produção capitalista, de acordo com a realidade da época.

No começo do século XX, intenso debate agitou o círculo teórico marxista. Utilizando como tronco teórico comum a obra de Rudolf Hilferding, *O Capital Financeiro*, publicada em 1910, Rosa Luxemburg, Karl Kautski, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilitch Lenin, que publicaram seus textos entre 1912 e 1917, buscavam caracterizar e interpretar o estágio corrente de desenvolvimento capitalista. Em suma, concluíram que, impulsionado pelo advento da sociedade anônima e do capital financeiro, o capitalismo ingressara em um segundo estágio de acumulação caracterizado, sobretudo, pela substituição da livre-concorrência pelos monopólios e pelo ganho de importância relativa da exportação de capitais em detrimento à exportação de mercadorias: trata-se do estágio do imperialismo.

Logo, concretizaram-se diferentes interpretações conceituais sobre a natureza do imperialismo e seus limites. De um lado, alguns autores, como Luxemburg (1984), Bukharin (1988) e Lenin (2008), afirmavam que o capitalismo criara as bases sobre as quais ele seria superado. Isto é, nas palavras de Bukharin (1988, p. 10), o capitalismo encontrava-se “altamente desenvolvido, maduro e mais do que maduro”, ou, como afirma Lenin (2008), é a fase do capitalismo agonizante, em fase de decomposição, já que todas as suas contradições estão intensificadas. Entretanto, ele faz a ressalva de que o modo de produção vigente “pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo” (LENIN, 2008, p. 129).

De outro lado, autores como Kautski (1914) lançavam a hipótese do ultraimperialismo. Para eliminar as contradições que o próprio imperialismo engendrava em si, como a corrida armamentista, que prejudicava a acumulação e a exportação de capital, os mais poderosos Estados industriais se unificariam em torno de uma grande federação. Assim, conseguiriam explorar as zonas agrárias mais atrasadas em benefício do desenvolvimento industrial doméstico, ao mesmo tempo em que eliminariam as rivalidades entre as potências, renunciando à corrida armamentista. Embora ele afirme que os níveis historicamente necessários para a implantação do socialismo já estão atingidos, sua análise da realidade o faz

supor um período no qual o capitalismo conviveria com um desenvolvimento pacífico dentro das fronteiras ultraimperialistas (KAUTSKI, 1914, 2002b).

Sob a influência de uma ou outra perspectiva, ou uma fusão das duas, vários autores contemporâneos, como Chesnais (1996; 2003), Robinson e Harris (2000), Hardt e Negri (2001), Went (2001; 2002-2003), Gowan, Panitch e Shaw (2001), Duménil e Lévy (2003; 2004; 2007), Harvey (2003), Fontes (2008b), Boron (2006), Sakellariopoulos (2009), entre outros, se lançam no mesmo desafio colocado à teoria marxista clássica do imperialismo: como caracterizar o estágio atual de acumulação capitalista e, a partir disso, qual a natureza, os limites e as implicações dessa fase contemporânea. Convém destacar que, além das influências teóricas do marxismo clássico, esses autores utilizam matizes diversos de pensamentos. Além disso, reconhece-se que dentro da teoria marxista do imperialismo existe um amplo leque de perspectivas teóricas no interregno entre os dois grupos que se quer analisar.

Com divergências de ordem teórica e/ou metodológica esses autores, doravante denominados enquanto teoria contemporânea do imperialismo, possuem como convergência o fato de utilizarem, de uma forma ou de outra, a noção de imperialismo em suas obras. Através de termos como “novo imperialismo”, “império”, “globalização”, “neoliberalismo”, “neo-imperialismo”, “imperialismo tardio”, “imperialismo contemporâneo” ou, simplesmente, “imperialismo”, as teorias contemporâneas do imperialismo buscam interpretar o capitalismo de hoje.

Assim, o objeto de pesquisa deste trabalho é analisar as teorias contemporâneas do imperialismo à luz das teorias marxistas clássicas. Espera-se, com isso, resgatar o sentido clássico de imperialismo, verificar se as interpretações correntes do fenômeno são coerentes com a interpretação clássica e analisar os limites e possibilidades da teorização contemporânea em termos do entendimento real do conceito. Por fim, refletir-se-á acerca da possibilidade de se enquadrar as diversas abordagens contemporâneas em termos de *uma* teoria do imperialismo que reflita as bases teóricas que a enseja.

Para se atingir esses objetivos, esta pesquisa foi dividida em mais quatro seções além desta introdução. Na seção 2, o objetivo é analisar a interpretação da teoria marxista clássica sobre o imperialismo; para tanto, procedeu-se a uma espécie de diálogo entre os autores marxistas clássicos, de forma a extrair as convergências, divergências, completudes e incompletudes entre eles a partir de “temas-chave”. Na terceira seção, procedeu-se à análise das interpretações contemporâneas sobre o imperialismo, ou sobre a fase atual do capitalismo. Da mesma maneira, espera-se confrontar as perspectivas dos diversos autores utilizando

alguns “temas-chave” como força centrífuga do debate. A seção quatro corresponde à confrontação entre a teoria contemporânea à luz da teoria clássica do imperialismo. Por fim, seguem-se algumas notas conclusivas.

1.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Pretende-se utilizar o materialismo histórico, entendido enquanto “núcleo científico e social da teoria marxista”, como fio condutor desta pesquisa, (SHAW, 2001). Assim, as teorias do imperialismo são analisadas enfocando-se as condições materiais em detrimento de perspectivas meramente abstratas.

Para se dar conta desse desafio, é necessário desvendar os alicerces sob o qual se erigiu o imperialismo. Para o materialismo histórico, os alicerces de toda e qualquer sociedade são as relações de produção existentes, que constituem a estrutura econômica da sociedade e que correspondem, segundo Lefebvre (2009), aos “relacionamentos fundamentais dos homens com a natureza e dos homens uns com os outros durante o trabalho” (LEFEBVRE, 2009, p. 65). Ao mesmo tempo, essas relações de produção, segundo Marx, “correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX apud SHAW, 2001, p. 260). Sob a estrutura econômica da sociedade ergue-se uma superestrutura jurídica, política e ideológica.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, e isso ocorre naturalmente, iniciam-se os conflitos com as relações de produção, previamente existentes, originando-se um período de revolução social, no qual ocorre a transição entre um modo de produção e outro. Em Germer (2008, p. 14), vê-se que “Marx definiu o modo de produção, no maior nível de abstração, como uma combinação entre um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e a correspondente forma materiais das relações de produção cristalizadas nas leis.”

Assim, em uma forma abstrata, os modos de produção se sucedem de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, mas a partir do momento em que a divisão do trabalho implicou o surgimento da propriedade privada nasceram as classes sociais. Os antagonismos entre as classes possuem papel fundamental na história dos modos de produção, já que cada classe busca, para si, de acordo com seus interesses materiais, a hegemonia sobre outra (LEFEBVRE, 2009). A dinâmica da luta entre as classes é que vai determinar o

momento da revolução política, momento decisivo dentro da revolução social sob o qual ocorre a substituição entre as classes proprietárias, instituindo novo padrão de relações produtivas (GERMER, 2008).

Importante alertar que, embora o materialismo histórico seja o “núcleo científico” da teoria marxista, muitos marxistas, principalmente vinculados à II Internacional, alguns dos quais serão discutidos no próximo capítulo, utilizaram perspectiva científica positivista, segundo Löwy (1994). Em termos de concepção científica, o marxismo foi a corrente teórica que colocou o condicionamento histórico e social do sujeito na produção do conhecimento e desmascarou as posições de classe em contraposição a pretensão da neutralidade e objetividade dos positivistas (LÖWY, 1994).

Procurando discutir a relação entre ideologia e ciência Löwy (1994) mostra que Kautski, Hilferding e Bukharin foram autores que sofreram forte influência do positivismo. Para Löwy (1994, p. 118), “como os positivistas, Kautsky tendia a assimilar natureza e sociedade, pretendendo que as leis da sociedade podiam ser definidas como leis naturais.” Assim, Kautski apresentava o marxismo como axiologicamente neutro, como se fosse uma ciência desprovida de ideologia. Em relação à Hilferding e Bukharin, a influência positivista desses autores refere-se à concepção de neutralidade do marxismo enquanto método científico. Para Löwy (1994), Hilferding expôs explicitamente a não vinculação “valor e fatos”, isto é, proclamou o marxismo enquanto sistema teórico que não implica, necessariamente, numa postura política. O caráter positivista da obra de Hilferding pode ser expresso quando ele afirmou que o marxismo – e isso é exposto no prefácio de Hilferding (1985) – enquanto ciência, não se identifica pura e simplesmente com o socialismo (Löwy, 1994).

Por essas considerações iniciais, pode-se aprofundar na teoria marxista do imperialismo.

2 O DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DO IMPERIALISMO ENTRE OS MARXISTAS CLÁSSICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar o desenvolvimento teórico do imperialismo de acordo com a abordagem dos chamados marxistas clássicos, que escreveram suas obras entre o final do século XIX e a segunda década do século XX. Os autores cujas obras serão alvo de interpretação foram aqueles que mais contribuíram com a construção teórica do conceito do imperialismo pela ótica marxista: Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Karl Kautski, Nicolai Bukharin e Vladimir Lenin.

Trata-se de um período histórico no qual uma das problemáticas centrais, que o esforço intelectual marxista se dirigia era, segundo Amadeo (2006), a “necessidade de explicações e análise das evidentes transformações do modo de produção capitalista que tinham sido desenvolvidas pelo capital monopolista e pelo imperialismo” (AMADEO, 2006, p. 52). De fato, para Brewer (1990), o período precedente à I Guerra Mundial consistiu num “fermento criativo sem precedentes nos círculos marxistas” (p. 88, tradução nossa).

Assim, aquele grupo heterogêneo de marxistas, que, doravante será denominado como formuladores da “teoria marxista clássica do imperialismo”, buscava compreender as causas, a natureza e as possíveis implicações da nova fase que o capitalismo ingressara. Obviamente, dentro desse grupo constam distintas e, algumas vezes, antagônicas percepções sobre alguns traços conceituais. De todo modo, a obra que se consolida como uma referência, com relação ao imperialismo, é a obra de Lenin, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Dentro da perspectiva da teoria marxista clássica, Lenin foi o último autor a teorizar sobre essa nova fase do capitalismo. Por isso, sem se deslembrar das críticas, pode-se afirmar que sua obra representa uma síntese das construções teóricas até então.

Lenin (2008, p. 90), cauteloso, apresenta essa definição “sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento.” Jesus (2008, p.52) alerta que essa “tendência à esquematização presente na teoria leninista do imperialismo” é criticada, pois seus argumentos são tratados como reducionistas. Segundo os críticos, sua teoria reduz-se a “poucas proposições essenciais, fáceis de ter em mente” (JESUS, 2008, p. 52).

Utilizou-se a definição leninista básica do imperialismo como referência, sobre a qual se construiu a trajetória de desenvolvimento teórico desse conceito pelos marxistas

clássicos. Tal definição do novo capitalismo, para Lenin (2008), deve repousar em cinco traços fundamentais:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...]; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN 2008, p. 90).

Cabe a menção de que a mesma perspectiva é interpretada por Sweezy (1985, p. 235), que define o imperialismo como um estágio determinado do capitalismo e reformula os cinco traços fundamentais da definição de Lenin:

a) vários países capitalistas adiantados se encontram em condições de concorrência quanto ao mercado mundial [...]; b) o capital monopolista é a forma predominante do capital; c) [...] exportação de capital é uma característica destacada das relações econômicas mundiais [...]; d) severa rivalidade no mercado mundial levando alternadamente a uma competição mortal e a associações monopolistas internacionais; e) a divisão territorial das partes ‘não-ocupadas’ do mundo entre as principais potências capitalistas.

Como recurso metodológico para se atingir o objetivo nesse capítulo, procedeu-se a uma espécie de diálogo entre aqueles autores para deixar claro suas convergências, divergências, completudes e incompletudes em cada aspecto diferente do conceito imperialismo.

Para tornar isso possível, reagruparam-se os cinco traços fundamentais do imperialismo que Lenin delimitou em três grupos, que serão as três seções subsequentes deste capítulo. Na primeira, fez-se a discussão em relação aos dois primeiros pontos, isto é, a consolidação dos monopólios e do capital financeiro. Na segunda, a discussão se centrou em torno da exportação de capital e da organização da economia mundial. Já na terceira e última seção, preocupou-se com a questão da partilha do mundo, envolvendo tanto as relações entre grupos capitalistas quanto entre estados-nacionais, com reflexo sobre a questão do militarismo e da possibilidade do ultraimperialismo.

2.1 A CONSOLIDAÇÃO DOS MONOPÓLIOS E DO CAPITAL FINANCEIRO

Hilferding (1985) é o primeiro autor marxista que fez uma análise precisa das transformações pelas quais o capitalismo estava passando. Ele enxergou a transformação do capital em capital financeiro e a transformação do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Assim, o capitalismo entrara em seu segundo estágio de desenvolvimento: o imperialismo. De fato, se o imperialismo refere-se a um *estágio* de desenvolvimento particular do capitalismo, o capitalismo monopolista, ou refere-se a uma *política* executada pela classe dirigente dos países mais avançados, é uma discussão central que será retomada mais à frente.

Por ora, precisou-se deter sobre os determinantes da reconfiguração interna pelos quais passou o modo de produção capitalista. O grande referencial teórico para todos os autores marxistas que elaboraram a respeito do imperialismo, obviamente, foi *O Capital*, de Karl Marx. Em sua obra máxima, ele apresentou duas leis do desenvolvimento capitalista que forneceram os insumos teóricos com os quais a teoria marxista do imperialismo irá se alimentar. Trata-se da lei geral da acumulação capitalista – doravante denominada apenas como lei geral – e a lei da tendência decrescente da taxa média de lucro.

A lei geral, desenvolvida por Marx no capítulo XXIII do livro I, diz que à medida que o processo de acumulação se desenvolve, aumenta a produtividade social do trabalho como consequência do aumento da composição orgânica do capital. Marx trabalhou com duas suposições: a composição do capital não se altera com a evolução da acumulação; e a composição do capital aumenta à medida que o processo de acumulação se desenvolve. Optou-se apenas pela discussão da primeira suposição.

Além disso, com o maior volume de capital, “cresce, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas” (MARX, p. 728, 2004) através da progressiva concentração¹ de riqueza nas mãos dos capitalistas individuais: aumenta a dispersão do capital social. Por outro lado, isso faz acirrar a concorrência entre eles. Aliado ao crédito, os capitalistas mais bem sucedidos passam a anexar os menores. “O que temos agora é [...] a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes” (MARX, p. 729, 2004): o capital tende a se centralizar nas mãos de poucos.

¹ Concentração é entendida para Marx, não como o processo de concentração nas mãos de poucos, mas o processo de concentração nas mãos da classe capitalista, já que aumenta a proporção capital constante/capital variável. Esta concentração coincide muitas vezes com o próprio processo de acumulação.

Essa centralização, aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, acelera o aumento da composição do capital que reduz a procura relativa por força de trabalho, ou seja, aumenta a parte constante à custa da parte variável do capital social. Com isso, para (MARX, 2004, p. 733) “a acumulação capitalista sempre produz [...] uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital”, um exército industrial de reserva (EIR).

A expansão ou contração desse exército regula o nível de salários. Quanto maior o EIR, mais pressão farão os desempregados sobre o nível de salários e mais dispostos estarão os empregados a aceitarem uma maior exploração. Assim, ao mesmo tempo em que os salários dos empregados são rebaixados, mais pobres tornam-se os desempregados. Isto significa que, ao mesmo tempo em que a acumulação aumenta a procura por trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, numa maior proporção. Para Marx (2004), “se o progresso da acumulação reduz a magnitude relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, o aumento de sua magnitude absoluta” (p. 727).

A lei geral, portanto, estabelece que o processo de acumulação de capital possui a tendência máxima de centralizar os capitais, isto é, constituir as associações capitalistas em geral – como os cartéis e trustes – e criar um exército industrial de reserva.

A segunda lei importante para o desenvolvimento da teoria do imperialismo é a lei da tendência decrescente da taxa de lucro, que Marx desenvolve na parte terceira do livro III. De acordo com o escopo desta pesquisa, será discutida apenas sua natureza, tal como descrito no capítulo XIII do livro III.

A taxa de lucro (l') é definida como a proporção entre a massa de mais-valia realizada (m) em relação ao capital total:

$$(C = c + v): l' = m / C$$

É importante destacar que a massa de mais-valia é gerada, exclusivamente, pelo montante de capital variável empregado na produção. Tal como descrito na lei geral, à medida que a composição do capital evolui, a parcela do capital variável em relação ao capital total diminui. Isto significa que, em um processo dinâmico, a massa de mais-valia decresce em proporção ao capital total investido. Como, na definição da taxa de lucro, a massa de mais-valia representa o numerador e o montante de capital total investido representa o denominador, a tendência, mantida uma taxa de mais-valia constante, é o decréscimo, ao

longo do tempo, da taxa de lucro. Essa é a natureza da lei da tendência decrescente da taxa de lucro (MARX, 2008).

As duas leis se complementam no sentido de que, quanto maior a acumulação de capital, maior a tendência a cair da taxa de lucro. Teoricamente, então, o desenvolvimento capitalista se balizaria, basicamente, pelas duas leis. Mas, na prática, como isso se desenvolveu de forma a possibilitar à Hilferding e companhia enxergarem que o capitalismo havia, de fato, se transformado em direção a um regime mais monopolista?

O próprio Marx, em seu tempo, já analisara que a mudança da forma jurídica de propriedade, em direção à sociedade por ações, representava um ponto elevado do processo de centralização de capitais. Marx viu nascerem as primeiras sociedades anônimas, onde ocorre a “transformação do capitalista realmente ativo em mero dirigente, [...] e dos proprietários de capital em puros proprietários, simples capitalistas financeiros” (MARX, 2008, p. 583). Nesses embriões da nova fase capitalista que estaria por vir, o crédito acelera cada vez mais o “desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial” (MARX, 2008, p. 588). O incremento das bases materiais, estimulado pelo crédito, configurou-se, para Marx (2008), como a “tarefa histórica do modo capitalista de produção” (p. 588), já que, paralelamente, ele acelera também as crises e, “em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção” (p. 588).

De fato, como mostram Duménil e Levy (2003), o capitalismo passou por uma grande crise estrutural na década de 1870 que se estendeu até a última década do século XIX. Resultado de uma taxa de lucro declinante, essa crise foi o rito de passagem do capitalismo em direção a seu novo estágio.

Para Lenin (2008), baseando-se no trabalho empírico de um pesquisador contemporâneo², a década de 1870 foi o primeiro grande momento de surgimento dos monopólios, embora ainda se constituíssem como elemento quase imperceptível. Já no ascenso econômico do final do século XIX e na crise do começo do século XX “os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica” (p. 23), isto é, o capitalismo ingressara em sua nova fase: o imperialismo. Assim, narra Lenin (2008), pode-se delimitar o período de transição entre o capitalismo da livre-concorrência e o capitalismo do monopólio como o

² Trata-se do pesquisador Vogelstein, que elaborou um dos “trabalhos de compilação mais recentes sobre a história da formação dos monopólios” (Lenin, p. 21, 2008). O título desse trabalho é *Die Finanzielle Organisation de Kapitalistischen Industrie und die Monopolbildungen, in Grundriss der Sozialökonomik*, VI Abr., Tübingen, 1914.

período que se estende da grande depressão da década de 1870 até a crise de 1900 a 1903 (LENIN, 2008).

Lenin (2008) chegou a esses resultados após apresentar alguns dados referentes à concentração da produção em poucas empresas no período de 1882 a 1907. Ele afirmou que “essa transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes [...] da economia do capitalismo dos últimos tempos” (LENIN, 2008, p. 18); sendo que grande parte dessas gigantescas empresas são empresas combinadas, isto é, “a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria” (LENIN, 2008, p. 19).

Hilferding (1985) é o primeiro autor marxista que fez uma análise teórica precisa das transformações pelas quais o capitalismo estava passando. Ele enxergou a transformação do capital em capital financeiro e a transformação do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

O principal elemento de seu argumento é a consolidação das sociedades por ações como novas formas de organização para a firma capitalista (BREWER, 1990). Portanto, é a partir desse escopo que ele apresenta a forma pela qual o capital financeiro e o capitalismo monopolista se consolidaram. Note-se o raciocínio de Hilferding (1985) a esse respeito.

Para Hilferding (1985), a sociedade anônima provoca uma alteração na função do capitalista industrial, que é liberado de suas funções de empresário industrial. Com isso, para o capitalista, “essa alteração de função atribui ao capital investido na sociedade anônima (SA) a função de puro capital monetário” (HILFERDING, 1985, p. 111). Uma primeira diferença entre o “verdadeiro” capital monetário³ e o capital investido na SA refere-se à diferença em termos de retorno que ambos podem auferir a seu proprietário. A taxa de juros sobre o capital monetário é determinada previamente, enquanto que a taxa de juros que remunera o capital investido na SA (ações) não é, enquanto tal, determinada previamente, pois é apenas o direito de participação no lucro de determinada empresa (HILFERDING, 1985).

Hilferding (1985, p. 112) elenca uma segunda diferença, que “reside no fato de o retorno do capital aos capitalistas monetários não ser garantido”, diferentemente do capital aplicado na SA, já que “o resultado presumível desse rendimento da ação é determinado pelo lucro industrial, e, este, em iguais circunstâncias, pela taxa de lucro médio.”

Um fator de semelhança entre os dois capitalistas é que, assim como o capitalista monetário, “o acionista está sempre em condições de poder recuperar seu capital por meio da

³ Ao “verdadeiro” capital monetário estamos nos referindo ao capital de empréstimo.

venda de suas ações, de seu direito ao lucro e, nessa medida encontra-se nas mesmas condições do capitalista monetário” (HILFERDING, 1985, p. 113).

Assumindo que o acionista e o simples prestamista têm a mesma relação com os respectivos capitais investidos, Hilferding (1985, p. 113) argumenta que, “com a evolução do sistema acionário e da Bolsa de Valores”, a tendência é o rendimento da ação se igualar ao nível do juro. Isso ocorre, pois o capitalista interessado em investir seu capital defronta-se com escolhas diversas de composição de portfólio. Os mecanismos de oferta e demanda irão regular os rendimentos (taxa de juros) de forma que, no longo prazo, eles se igualem. Dessa forma, o fato do acionista receber uma renda de juro mais a possibilidade de recuperar o principal, através do mercado secundário, transforma-no em capitalista monetário.

Como as ações representam uma duplicação em papel do capital originalmente investido na empresa, não é componente do capital da empresa; é apenas o preço de um rendimento. Assim, seu resultado não será determinado como uma parcela do lucro médio realizado pela empresa, mas como lucro capitalizado à taxa de juros vigente. Portanto, conclui Hilferding (1985), “a soma do ‘capital acionário’ [...] não necessita coincidir com o capital financeiro originalmente transformado em capital industrial” (HILFERDING, 1985, p. 114).

Reside nessa concepção o fato de que o “capital industrial” produz a taxa de lucro média e o “capital acionário” rende o juro médio. O lucro do fundador, então, é justamente a diferença entre essas duas magnitudes (HILFERDING, 1985). Pelo fato de existir uma insegurança em termos da perspectiva de ganho futuro com as ações, Hilferding (1985) pondera que o verdadeiro rendimento das ações será a taxa de juros média mais um prêmio de risco. Esse prêmio decorre do fato de a oferta de capitais monetários para o mercado acionário ser normalmente menor do que a oferta para aplicação a juros fixo, como os títulos públicos, por exemplo. Assim, o lucro do fundador “é uma fonte de lucro que tem sua origem somente na transformação do capital produtor de lucro em capital que rende juros” (HILFERDING, 1985 p. 115). Com relação ao mecanismo de gerar o lucro do fundador, o autor argumenta que “na fundação de uma sociedade anônima, o capital acionário é calculado, de tal forma que o lucro da empresa seja suficiente para distribuir a cada acionista individual um juro correspondente ao capital por ele emprestado.” (HILFERDING, 1985, p. 118).

Observe-se que, ao fundar uma sociedade anônima, ou ampliar o capital já existente sob a forma de emissão acionária, o “fundador” adquire uma dívida futura em relação aos acionistas: o comprador da ação espera receber um rendimento (dividendo) no final do período, a ser pago pela própria S.A. Supondo que o total de ações emitidas equivale a um valor de três milhões de reais, os acionistas esperarão receber esse valor multiplicado pela

taxa média de juros, digamos, 7%. Assim, no final do período, os acionistas esperam que a empresa pagará 210 mil reais de dividendos. A S.A, então, investirá na esfera da produção uma parcela dos três milhões que, multiplicada pela taxa de lucro média, diga-se, 15%, deverá gerar uma massa de lucro de 210 mil reais. O valor investido pela empresa, portanto, para gerar os dividendos esperados, deverá ser de 1 milhão e 400 mil reais. Com esse exemplo hipotético, chega-se a conclusão de que o lucro do fundador será de 1 milhão e 600 mil reais. Lucro obtido com a simples emissão de ações.

Hilferding (1985, p. 116) ainda apresenta a forma característica da circulação do capital acionário (Figura 1):

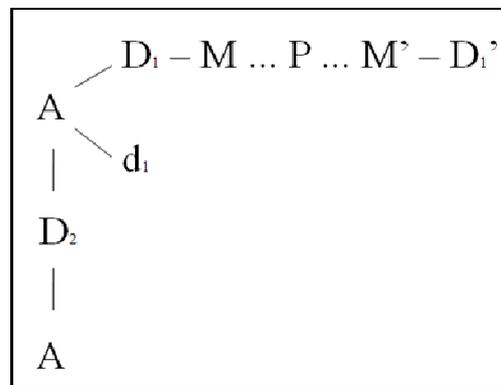


Figura 1: Forma característica da circulação do capital acionário, segundo Hilferding

Fonte: Hilferding, 1985

Legenda: A: capital acionário; $D_1 - M \dots P \dots M' - D_1'$: circuito do capital produtivo; d_1 : lucro do fundador; D_2 : dinheiro obtido com a venda de ações.

O dinheiro obtido com a venda (emissão) de ações se constituirá em capital produtivo (D_1) e lucro do fundador (d_1). Além disso, o comprador da ação tem a possibilidade de se desfazer dela mediante a venda na Bolsa de Valores trocando-a por uma quantidade de dinheiro D_2 . Assim, “uma vez criada, a ação nada mais tem a ver com o giro real do capital industrial que representa” (HILFERDING, p. 116, 1985).

A relação dos bancos com as sociedades anônimas passa pela questão do financiamento das mesmas. Como “a sociedade anônima compõe seu capital juntando porções individuais de capital que, separadamente, talvez sejam pequenas demais para desempenhar uma função industrial” (HILFERDING, 1985, p. 124), seu grande desafio consiste em reunir esses capitais individuais. Mas, afirma Hilferding (1985, p. 124), “no decorrer da evolução do

processo, no entanto, esses capitais individuais já se encontram reunidos e concentrados no banco. O convite feito ao mercado monetário ocorre, pois, pela mediação dos bancos.”

Nesse momento, os bancos começam a exercer certo domínio sobre a S.A., ao fornecer o crédito de capital, na figura de títulos, para levantamento do capital da empresa. Hilferding (1985, p. 124) afirma que “é a transferência e a negociabilidade desses títulos de capital que caracterizam a natureza da sociedade anônima, que, por sua vez, fornece ao banco a possibilidade de ‘fundar’ e dominar dessa maneira, enfim, a sociedade anônima.”

Após discutir a respeito da sociedade anônima e de sua relação com os bancos, Hilferding (1985) passa a analisar o processo que possibilita a criação e consolidação dos monopólios, bem como a relação deles com o comércio e os bancos, para chegar à transformação do capital em capital financeiro.

Os elementos sob os quais os monopólios passam a se desenvolver são os obstáculos à compensação e equalização das taxas de lucro. Como a aspiração subjetiva de todo capitalista é atingir o máximo lucro, buscam-se, a todo o momento, *locus* nos quais seu capital possa obter uma taxa de lucro acima da média. Porém, o resultado objetivo dessa aspiração subjetiva é “a tendência à produção da mesma taxa média de lucro para todos os capitais” (HILFERDING, 1985, p. 181), já que, através da concorrência, ocorre um constante afluxo e refluxo de capitais em busca desse “lucro extraordinário”.

Mas, na medida em que a composição do capital se eleva, há um aumento na proporção do capital fixo em relação ao circulante, que prejudica o nivelamento das taxas de lucro. Ou seja, para Hilferding (1985, p. 181), “o constante afluxo e refluxo de capitais encontra obstáculos que crescem com o nível de desenvolvimento capitalista.” Hilferding (1985, p. 184) argumentou que ao contrário do capital circulante, “o capital fixo fica imobilizado por uma grande série de períodos no processo de produção; seu valor transfere-se gradativamente ao produto e reflui, também gradativamente, em forma de dinheiro”; e “a rotação do capital total se prolonga”. Assim, “fica mais difícil transferir o capital para um setor mais favorável”, prejudicando a concorrência entre os capitais.

Esses obstáculos são parcialmente eliminados por meio da mobilização de capital, isto é, a transformação do dinheiro que ficaria ocioso sob a forma de capital monetário, em capital produtivo, através da compra de ações (HILFERDING, 1985). São dois fatores que atuam coordenadamente nesse processo.

O primeiro refere-se à igualdade da taxa de lucro individual para cada acionista. Nas palavras de Hilferding (1985, p. 185): “o capitalista que compra ações, compra, pela mesma soma de dinheiro, a porção equivalente do lucro, como outro qualquer. Por conseguinte,

individualmente é realizada a igualdade da taxa de lucro para cada capitalista, por meio da mobilização do capital.”

O segundo fator relaciona-se com uma melhor visão do ramo de produção que oferece uma taxa de lucro superior. Como o ramo mais lucrativo é aquele onde os dividendos serão maiores, implica uma maior demanda pelas ações daquele ramo de produção, o que significa uma maior cotação das ações. Com isso, o capitalista em busca das taxas extraordinárias de lucro pode verificar, diretamente na Bolsa de Valores, aqueles setores mais lucrativos. Assim, “exatamente mediante as ações, o afluxo é facilitado nesse setor” (HILFERDING, 1985, p. 185). Além disso, o fato da sociedade anônima ser legalmente obrigada a ser muito mais transparente em relação às suas contas do que uma empresa individual, também facilita essa melhor visualização.

Ao mesmo tempo em que o afluxo de capitais é facilitado nos setores mais lucrativos, o refluxo é prejudicado, já que o montante de capital fixo torna-se cada vez maior. Dessa forma, os obstáculos à compensação das taxas de lucro são superiores à tendência de equalização (HILFERDING, 1985). De uma análise prospectiva, Hilferding (1985) concluiu na “supressão da livre-concorrência” (p. 187), até que haja a “eliminação da separação dos setores de produção” (p. 187).

Assim, de acordo com Brewer (1990, p. 91, tradução nossa), num contexto onde já existia a tendência a gerar o monopólio, “o desenvolvimento da companhia de capital aberto acelerou a tendência para a concentração já em andamento.”

Essa tendência do capital industrial de formar os monopólios encontra forte estímulo no capital bancário. Os bancos têm essa ambição, pois, assim, as empresas monopolistas atingem o máximo lucro e, conseqüentemente, aumenta a possibilidade de maiores ganhos por parte dos bancos (HILFERDING, 1985).

Além da tendência à formação dos monopólios industriais, existe a tendência à associação entre ramos de produção complementares. No decurso da prosperidade ou depressão, em função de flutuações na oferta e demanda, surge uma diferença em relação às taxas de lucro da indústria manufatureira e extrativa, que só pode ser vencida através da associação⁴. “Em termos gerais: existe a tendência de o respectivo ramo de negócios menos lucrativo se associar ao ramo mais lucrativo.” (HILFERDING, 1985, p. 191).

⁴ “Entendemos por associação a união daquelas empresas capitalistas das quais uma fornece a matéria-prima à outra, e distinguimos essa união, que se origina da diversidade das taxas de lucro em distintos setores da indústria, da união de empresas do mesmo ramo industrial” (HILFERDING, 1985, p. 193).

O surgimento do monopólio em algum(uns) setor(es), provoca relações de dependência e dominância mútua. A firma que possui poder de monopólio em um setor, torna as firmas de um setor conexo, com menor grau de monopólio, dependentes à firma monopolista. “Em particular, onde uma indústria relativamente competitiva defronta-se com um monopólio ou cartel, ela cairá sob o controle do monopólio.” (BREWER, 1990, p. 91, tradução nossa). O indicador que determina o grau da relação de dependência entre duas indústrias, segundo Hilferding (1985), é a diferença em termos da concentração de capital. Assim, para uma indústria que coexiste num setor razoavelmente competitivo sair de uma posição subordinada em relação a outra indústria, cujo poder decorre do grau mais elevado de centralização do capital, a alternativa é aquela indústria subordinada centralizar seu capital, de forma a ganhar maior *poder de barganha*. Brewer (1990, p.91, tradução nossa), sinteticamente, resume: “O monopólio é, assim, contagioso: a partir de certo estágio ele tende a crescer rapidamente.” É exatamente esse fator que se configura como uma fundamental transformação do capitalismo.

Hilferding (1985, p. 194) ainda pondera que “todas essas uniões de empresas industriais são em regra preparadas pelos interesses comuns que ligam um banco às empresas.”

Esse processo de centralização do capital industrial resulta na tendência à supressão da autonomia do capital comercial; o comércio passa a tornar-se supérfluo. Hilferding (1985) argumenta que, como o lucro do capital comercial é uma dedução do lucro do capital industrial, existe um antagonismo de interesses entre eles. Nessa luta de interesses, o fator que determinará a subjunção de um em relação ao outro é o maior ou menor poder de capital.

No período da livre-concorrência, “o comércio pôde aproveitar-se em benefício próprio da luta competitiva dos industriais” (HILFERDING, 1985, p. 206). Mas isso “se altera fundamentalmente com a mudança da relação dos bancos com a indústria e com o surgimento das associações capitalistas na indústria” (HILFERDING, 1985, p. 207). Agora, para minimizar qualquer dedução de seu lucro, a indústria passa a cuidar por si mesma da venda de seus produtos, e “torna supérflua uma parte das operações comerciais e reduz as despesas para circulação” (HILFERDING, 1985, p. 208). Apesar de parte das funções do capital comercial tornar-se supérflua, algumas funções são mantidas, como “a mediação do consumo em qualquer ordem social com produção em massa, a função sempre necessária da distribuição do produto, de sua conservação e armazenamento [...]. Mas a venda comercial cessou como tal” (HILFERDING, 1985, p. 211).

Implicação importante desse fato é que “a redução das operações comerciais significa também a liberação do capital aplicado até agora na área comercial, que busca, pois, novo aproveitamento. Em determinadas circunstâncias, isso pode acentuar o impulso à exportação de capital” (HILFERDING, 1985, p. 209).

Essa relação antagônica do capital industrial em relação ao comercial, com relação de dominação favorável ao primeiro, também se manifesta, mas em sentido inverso, na relação do capital industrial com o bancário.

Existe um processo dicotômico entre banco e indústria. Se, por um lado, o sistema bancário “é um importante motor para a realização da concentração capitalista, em grau superior nos cartéis e trustes⁵” (HILFERDING, 1985, p. 217), por outro lado, uma “cartelização muito avançada, de antemão, induz os bancos a se associarem e se ampliarem, para não cair na dependência do cartel ou do truste” (HILFERDING, 1985, p. 217). Mais uma vez se apresenta a relação de dependência no qual as duas esferas do capital irão se contrapor. Como o capital bancário, de fato, se centraliza fortemente, a relação de dependência vai ser favorável a ele. Dada a segurança do capital aplicado no cartel, de acordo com Hilferding (1985, p. 218), isso

[...] permite ao banco estender mais amplamente o crédito industrial e, dessa forma, participar no lucro industrial em proporções maiores do que até então. Desse modo, pela cartelização, estreitam-se ainda mais as relações entre os bancos e a indústria, enquanto, ao mesmo tempo, cabe, cada vez mais, aos bancos a disponibilidade do capital investido na indústria.

Assim, “com o desenvolvimento do capitalismo e sua organização creditícia, cresce a dependência da indústria com relação aos bancos” (HILFERDING, 1985, p. 218). Isso é consequência de relações de propriedade, isto é, uma parte cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais, e sim aos bancos.

Hilferding (1985, p. 219), então, apresenta seu conceito de capital financeiro:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial [...]. Uma parte cada vez maior do capital aplicado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais.

⁵ Hilferding (1985) fornece uma definição precisa da diferença entre cartel e truste. O primeiro refere-se a uma “comunidade de interesses capitalistas” (p. 193), no qual as empresas envolvidas conservam sua autonomia. Já o truste é uma “fusão monopolista” (p. 193), no qual duas ou mais empresas se associam juridicamente na forma de um único monopólio.

Assim, com a formação das sociedades anônimas, dos cartéis e trustes, “o capital financeiro alcança seu mais alto grau de poder, enquanto o capital comercial sofre sua mais profunda degradação. Completou-se um ciclo do capitalismo” (HILFERDING, 1985, p. 219)⁶.

Assumindo uma trajetória semelhante, Lenin (2008) afirmou que essa nova fase engendra, em si, uma aguda contradição. A produção passa a ser cada vez mais socializada, enquanto a apropriação continua a ser privada. Nessa fase, o capitalismo, nas palavras de Lenin (2008, p. 26),

[...] conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

Esse é o argumento, para Lenin (2008), de que o imperialismo é o último estágio do capitalismo. Tornam-se cada vez mais imperiosas, novas relações de produção. A contradição entre o forte desenvolvimento das forças produtivas com relações de produção antigas gera um antagonismo cuja solução é a transição para um modo de produção superior.

Na mesma linha de Hilferding (1985), Lenin (2008, p. 32) argumentou que “um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo” é a criação dos monopólios bancários. Para corroborar com seu argumento, apresentou uma série de dados do sistema bancário na Alemanha, França e Inglaterra, onde se visualiza uma forte centralização em poucos bancos. Com isso, “os bancos [...] intensificam e tornam muitas vezes rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios” (LENIN, 2008, p. 37).

Nesse processo, ocorre a união pessoal dos bancos com as indústrias. Através da “fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa”⁷ (LENIN, 2008, p. 41), a união pessoal vai se desenvolvendo.

Quando os bancos atingem um grau de monopolização elevado, passam a dominar a indústria. No processo de consolidação dos trustes e monopólios bancários, o lucro do

⁶ Em curiosa metáfora, no parágrafo que liga os capítulos da relação dos monopólios com o comércio e os bancos, Hilferding (1985) relaciona o capital financeiro com a trindade sagrada da Igreja Católica: “o capital industrial é o Deus Pai que enviou, como Deus Filho, o capital comercial e bancário, e o capital monetário é o Espírito Santo; são três em um só, no capital financeiro” (p. 215).

⁷ Dados apresentados por Lenin (2008) indicam que os seis maiores bancos de Berlim estavam representados por meio de seus diretores em 751 sociedades industriais. Além disso, em 289 sociedades, os bancos tinham dois membros do conselho de administração ou o posto de presidente.

fundador tem papel fundamental. Lenin (2008, p. 54) disse que “os lucros excepcionais proporcionados pela emissão de valores, como uma das operações principais do capital financeiro, contribuem muito para o desenvolvimento e consolidação da oligarquia financeira”.

Assim, no imperialismo, o capital financeiro e a conseqüente separação do capital-dinheiro em relação ao capital industrial e comercial “adquire proporções imensas” (LENIN, 2008, p. 59).

Nessa nova fase, o capitalismo monopolista, marcado por uma acumulação de capital em proporções gigantescas, defronta-se com uma nova questão. A exportação de capitais assume magnitude jamais vista na fase precedente do capitalismo. Esse é o assunto da segunda seção.

2.2 A EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS

Dentro da teoria marxista clássica do imperialismo, a exportação de capitais assume papel destacado. Lenin (2008), categoricamente, afirma que na distinção entre o “velho” e o “novo” capitalismo, a exportação de capitais é um elemento de consolidação do novo estágio: “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (LENIN, 2008, p. 61).

Com a exportação de capital cada vez mais acentuada, a nova fase do capitalismo é marcada por uma forte internacionalização econômica. Eichengreen (2000) mostra que o movimento de capitais ao longo do século XX pode ser descrito como um formato em “U”, isto é, períodos intensos de fluxos de capitais no começo e final do século. De fato, essa é uma das similaridades entre o período sob o qual se desenvolve a teoria marxista clássica do imperialismo e o período atual, no qual se desenvolve a teoria contemporânea.

Rosa Luxemburg (1976) foi uma das primeiras representantes do marxismo clássico ao expor, em profundidade, a necessidade intrínseca de expansão do capitalismo para além de suas fronteiras. Apesar de sua obra ser superada teoricamente em vários sentidos, como aponta Brewer (1990), tornou-se importante por introduzir essa necessidade do *exterior* ao próprio processo de acumulação de capitalista.

A obra máxima de Luxemburg, *A acumulação do capital*⁸, pode ser entendida como um esforço pessoal para responder um enigma – na perspectiva da autora – presente nos esquemas de reprodução ampliada de Marx: “como se configura a reprodução social, admitindo-se que a mais-valia não é totalmente consumida pelos capitalistas, mas que uma parte crescente se destina à ampliação da produção?” (LUXEMBURG, 1976, p. 300). Isto é, o problema clássico, para Luxemburg, refere-se ao fato do sistema capitalista ter um comportamento sub-consumista por natureza: o valor total gerado no processo produtivo não consegue ser realizado dentro dos limites do próprio modo de produção, caso a classe capitalista resolva acumular parte de sua mais-valia. Por isso, Luxemburg (1976, p. 300) afirmou que “a realização da mais-valia para fins de acumulação é um problema insolúvel numa sociedade constituída apenas de operários e capitalistas”. Dessa perspectiva, Luxemburg (1976) conclui:

[...] a solução é encontrada nessa contradição dialética; a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente. (LUXEMBURG, 1976, p. 315).

Portanto, para Rosa Luxemburg, os países capitalistas só conseguem desenvolver seu processo de acumulação de capital na medida em que coexistem com países não-capitalistas. O papel desses países na acumulação capitalista assume três formas: 1) realizar a mais-valia; 2) fornecer os elementos materiais necessários à produção, ou o capital constante; e 3) fornecer um montante crescente de operários necessários à produção, ou o capital variável (LUXEMBURG, 1976).

Com relação ao primeiro aspecto, “a realização da mais-valia requer, como primeira condição, um círculo de compradores que estejam fora da sociedade capitalista” (LUXEMBURG, 1976, p. 301). Nesse sentido, levando em consideração que nos esquemas de reprodução ampliada de Marx a análise é feita com base em dois setores – produção de meios de consumo e produção de meios de produção –, a autora considera duas situações possíveis. Por um lado, são necessários camadas sociais ou países não-capitalistas para consumir o excedente relativo à indústria de meios de consumo. Para exemplificar, Luxemburg (1976, p.302) mostra que a “base do enorme desenvolvimento” da indústria de tecidos de algodão da Inglaterra “foi o consumo de camadas sociais e países não-capitalistas”.

⁸ Uma crítica da visão de Luxemburg pode ser encontrada em Paul Sweezy, A teoria do desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, o horizonte não-capitalista é necessário para consumir meios de produção dos países capitalistas. É o exemplo da indústria inglesa, que forneceu “material de construção de estradas de ferro para os países americanos e australianos” (LUXEMBURG, 1976, p. 302). Nesse caso, é fácil de enxergar que a exportação de capital estimula a exportação de mercadoria.

Entretanto, a questão do mercado, ou da realização da mais-valia, é apenas um primeiro problema com o qual a acumulação capitalista se depara. O segundo é “a necessidade de encontrar elementos materiais correspondentes à ampliação da produção” (LUXEMBURG, 1976, p. 304). Para a autora, embora seja uma hipótese básica dos esquemas de reprodução, “não há nenhuma razão pela qual todos os meios de produção e consumo necessários deveriam ser elaborados exclusivamente em produção capitalista” (LUXEMBURG, 1976, p. 306), pois isso “não corresponde à prática diária, nem à história do capital, nem ao caráter específico dessa forma de produção”. Novamente, Rosa Luxemburg citou o exemplo da indústria inglesa de tecidos de algodão, que utiliza elementos materiais para sua capitalização proveniente de regiões não-capitalistas. Por esses motivos, “a acumulação do capital, em seus elementos materiais, encontra-se ligada, de fato, às esferas não-capitalistas” (LUXEMBURG, 1976, p. 307). Para Luxemburg (1976, p. 307), isto ocorre “mesmo porque o próprio caráter da produção capitalista exclui a limitação aos meios de produção elaborados em forma capitalista”. De fato, poder-se-ia argumentar, que a acumulação capitalista não necessita expressamente de meios de produção oriundos de fora de seus limites. Bastaria utilizar seus próprios elementos materiais e se contentar com o ritmo de acumulação que se estabeleceria. Mas Luxemburg (1976, p. 307) mostrou que se “a produção capitalista se restringisse aos elementos de produção fornecidos dentro desses estreitos limites ter-lhe-ia sido impossível chegar a seu nível atual e não teria conseguido desenvolver-se. Desde sua origem, o capital impulsionou todos os recursos produtivos do globo.”

Ou seja, Rosa Luxemburg mostrou que o capital não se contenta apenas com os recursos internos aos limites do próprio modo de produção. Possui uma natureza expansiva, com a qual tende a utilizar todos os recursos que estiverem à disposição pelo planeta.

Além da questão da mais-valia e do capital constante, já discutidos, “o terceiro fator fundamental da acumulação é o capital variável” (LUXEMBURG, 1976, p. 309). A acumulação está implícita num crescente montante de capital variável necessário. A questão, para Luxemburg (1976, p. 309), é: “de onde se originam esses operários adicionais?”

De acordo com as hipóteses do esquema marxiano de reprodução ampliada, “a procriação natural da classe operária é a única fonte de aumento das forças de trabalho

existentes à disposição do capital” (LUXEMBURG, 1976, p. 310). Continuando com Rosa Luxemburg (1976, p.310, 311), isso “contradiz as leis que regem o movimento da acumulação”, pois a acumulação do capital exige “possibilidade ilimitada para dispor da abundância da força de trabalho”. Assim, esse requisito ilimitado “encontra uma expressão exata na formação do ‘exército industrial de reserva dos trabalhadores’”, que é expandido regularmente pela “procriação natural do proletariado assalariado” e pela incorporação de “outras reservas sociais, das quais retira operários que até então não estavam às ordens do capital e que somente, quando se torna necessário, ingressam no proletariado assalariado” (LUXEMBURG, 1976, p. 311). Portanto, “esses operários adicionais só se podem originar de camadas e países não-capitalistas” (LUXEMBURG, 1976, p. 311). Os operários oriundos de regiões pré-capitalistas “devem ser, pois, previamente ‘libertados’ para que possam ‘alistar-se’ no exército ativo do capital. Esse processo é uma das bases históricas inevitáveis do capitalismo” (LUXEMBURG, 1976, p. 312).

Essa perspectiva remonta à necessidade capitalista de eliminar a escravidão no século XIX, isto é, com esse movimento houve a liberação de enorme contingente de novos trabalhadores que até então não eram absorvidos pela produção capitalista. De fato, precisamos levar em consideração que a produção sob regime escravocrata foi necessária em algum momento do capitalismo exatamente para fornecer matérias-primas e meios de consumo a baixo custo, possibilitando altas taxas de lucro na produção capitalista ao baratear os custos da reposição dos meios de produção e da força de trabalho.

Rosa Luxemburg (1976), então, percebeu “que o capitalismo está ligado, *em seu pleno amadurecimento*, à existência coetânea de camadas e sociedades não-capitalistas” (p. 314, grifo nosso). Isto é, “o capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro” (LUXEMBURG, 1976, p. 314-315). Para que isso se concretize, surge “o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades” (LUXEMBURG, 1976, p. 315).

O capitalismo, ao mesmo tempo em que *exporta* relações sociais capitalistas, se desenvolve através do contato com formações sociais não-capitalistas; e enquanto estas existirem. Para Rosa Luxemburg, o capitalismo necessita de uma válvula de escape para que a acumulação progrida sem interrupções; assim como o fogo necessita de oxigênio. A questão é que, assim como o fogo dentro de um recinto fechado irá se apagar, pois o oxigênio é limitado, o capitalismo perecerá assim que eliminar todas as válvulas de escape possíveis – as camadas não-capitalistas.

Dito de outra forma, Luxemburg (1976, p. 363) afirmou que:

Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas.

O processo de acumulação tende “a fazer que a produção do capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores” (LUXEMBURG, 1976, p. 364). Ou seja, no limite, todos os países e setores tornar-se-ão capitalistas. Mas, atingido esse ponto,

[...] a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em problemas insolúveis. [...] A impossibilidade da acumulação significa, do ponto de vista capitalista, a impossibilidade do desenvolvimento posterior das forças produtivas e, assim, a necessidade histórica objetiva do desabamento do capitalismo. Disso resulta o movimento contraditório da última etapa imperialista, que é o período final da carreira histórica do capital. (LUXEMBURG, 1976, p. 364).

Nessa questão, Rosa Luxemburg atingiu um ponto teórico que, mais tarde, autores como Kautski, Bukharin e Lenin também irão se debruçar.

Antes de se avançar, é importante destacar algumas críticas ao raciocínio de Luxemburg (1976). Para Brewer (1990), o erro está quando a autora afirmou que o capitalismo só poderia existir em conjunção com sistemas não-capitalistas. Rosa Luxemburg se concentrou em provar que o valor total demandado, dentro do modo de produção capitalista, tende a ser menor do que o valor total produzido, gerando um problema de subconsumo que seria suprimido acrescentando círculos não-capitalistas à demanda total.

Como, segundo Luxemburg (1976), trata-se de uma contradição do esquema de reprodução marxiano, Brewer (1990) se questiona: como Marx analisou isto? A demanda para os produtos, que estão nas mãos dos capitalistas para serem realizados possuem as seguintes fontes de consumo: a) dos próprios capitalistas, seja para reporem-se os meios de produção gastos no processo produtivo, comprarem meios de produção adicionais (em se tratando de reprodução ampliada) e comprarem mercadorias para seu consumo pessoal; b) dos trabalhadores que gastam seu salário em bens de consumo (como os salários são pagos pelos capitalistas, representam um gasto indireto dos capitalistas); e c) dos parasitas – padres, professores, etc. – que gastam sua renda oriunda de extração da mais-valia capitalista (portanto, também se trata de gasto indireto dos capitalistas) (BREWER, 1990).

Assim, os próprios capitalistas compram, direta ou indiretamente, suas próprias mercadorias. A dificuldade da compreensão de Rosa Luxemburg reside no fato de não ter enxergado as demandas entre os próprios capitalistas. Luxemburg não considerou que esse valor excedente será consumido por outros capitalistas; que os capitalistas tornam-se clientes mútuos um do outro. Sua dificuldade é a de que “ela insistiu que o problema da realização deve ser examinado no nível do capital social agregado, mas ela tratou o capital agregado como se fosse um capital individual que precisa vender para outros, e comprar de outros” (BREWER, 1990, p.63, tradução nossa). Apresentou dificuldade em diferenciar o sistema como um todo e os elementos desse sistema (BREWER, 1990).

Entretanto, Luxemburg (1976) está correta ao afirmar que, de fato, o capitalismo surgiu e cresceu em um ambiente não-capitalista. O setor não-capitalista e o setor capitalista coexistem lado a lado, sendo que o primeiro possui um caráter estático, enquanto o segundo se expande constantemente. Na expansão capitalista, o capital precisou *libertar* populações de zonas não-capitalistas para que sejam úteis a ele (BREWER, 1990).

Embora a estrutura conceitual de Luxemburg esteja certa, sua análise é, de certa forma, *crua*. Ela utiliza um único e homogêneo conceito de capital, sem especificar estágios de desenvolvimento, divergência de interesses entre diversos setores, etc. Além disso, ao analisar as formações pré-capitalistas, simplesmente trata como economias naturais, sistemas locais de subsistência, sem formação de excedentes, etc. No seu processo real de expansão, como ela mesma reconheceu, o capitalismo se utilizou de formações não-capitalistas, como o escravismo, dentro de sua própria economia mundial (BREWER, 1990).

Outro enfoque realizado por Luxemburg (1976) em sua análise foi a questão dos empréstimos internacionais. Para a autora, os métodos específicos da “fase imperialista da acumulação do capital, ou a fase da concorrência mundial do capitalismo” são “empréstimos exteriores, concessão de estradas de ferro, revoluções e guerra” (LUXEMBURG, 1976, p. 365). Segundo a autora, o grau de desenvolvimento capitalista está correlacionado ao grau de expansão da rede ferroviária em cada região, quando afirmou que o “desenvolvimento da rede de estradas de ferro reflete aproximadamente a penetração do capital” (LUXEMBURG, 1976, p. 366), já que, em ordem de desenvolvimento dessas redes, estão Europa, América, Ásia, Austrália e África.

Junto ao processo de exportação do capital produtivo, na figura das estradas de ferro, “os empréstimos públicos [...] acompanham todas as fases da acumulação de capital: a introdução da economia de mercado, a industrialização dos países e a revolução capitalista da

agricultura, assim como a emancipação dos novos Estados capitalistas” (LUXEMBURG, 1976, p. 366). Os empréstimos exteriores

[...] são o meio principal para abrir ao capital acumulado dos países antigos novos campos de investimento e, ao mesmo tempo, criar naqueles países novos competidores; aumentar, em geral, o espaço de que dispõe a acumulação do capital e ao mesmo tempo estreitá-lo. (LUXEMBURG, 1976, p. 367).

Assim, no “período imperialista, os empréstimos exteriores desempenham o papel principal na independência de Estados capitalistas modernos” (LUXEMBURG, 1976, p. 367).

A importância dos empréstimos exteriores naquela época também é relatada por Eichengreen (2000). Para o autor, um dos aspectos presentes no mundo do final do século XIX eram os fluxos de capital internacionais. “Os movimentos líquidos de capital devidos aos empréstimos do exterior eram maiores – com frequência, substancialmente maiores – do que a *balança comercial* de ‘commodities.’” (EICHENGREEN, 2000, p. 51-52).

Para Luxemburg (1976, p. 367), o objetivo da construção das estradas de ferro é, portanto, servir, “quase exclusivamente, aos fins da política imperialista, à monopolização econômica e à submissão política dos países atrasados ao capitalismo”. É importante perceber a dialética presente em sua análise. Ao mesmo tempo em que os empréstimos externos e a exportação de capital representam a “independência de Estados capitalistas modernos”, representam a “submissão política dos países atrasados ao capitalismo”.

Mais uma vez, a noção de que exportação de capital, na figura de empréstimos internacionais, estimula exportação de mercadorias, está presente na análise de Luxemburg (1976, p.368) ao afirmar que a “colocação de capitais em países estrangeiros” (p. 368) estimula a “demanda procedente desses países” (p. 368). Usou o argumento de que na América do Sul e Central,

[...] em 1824-25, os novos Estados [...] contraíram empréstimos em Londres, de mais de 20 milhões de libras esterlinas. [...] O súbito florescimento e a abertura dos mercados sul-americanos determinaram, por sua vez, um grande aumento da exportação de mercadorias inglesas para os Estados da América do Sul e Central. (LUXEMBURG, 1976, p. 368).

Assim, “sob o impulso da grande demanda ampliou-se rapidamente a produção algodoeira inglesa e fundaram-se muitas fábricas novas” (LUXEMBURG, 1976, p. 368). O detalhe é que os recursos com os quais os sul-americanos compravam produtos ingleses “foram oferecidos pelos próprios ingleses” (LUXEMBURG, 1976, p. 368p. 368).

Embora tenha gerado crises periódicas, dado que os ingleses não captavam com precisão a magnitude da demanda procedente, a “‘estranha’ relação [*entre empréstimos exteriores e demanda*] constitui uma das bases mais importantes da acumulação do capital” (LUXEMBURG, 1976, p. 370). Ocorre a geração de um processo intercomplementar, no qual quanto maiores os empréstimos internacionais, maior a demanda do estrangeiro por produtos domésticos. Isto estimula a acumulação do capital nos setores produtores de bens de consumo. Além disso, quanto maior a exportação de capital, estradas de ferro, maior a demanda do estrangeiro por meios de produção, como ferro e carvão. Assim, estimula as indústrias básicas, como a indústria carbonífera e a metalúrgica. A Inglaterra “fornecia, ao mesmo tempo, o capital e o material para a construção das estradas de ferro” (LUXEMBURG, 1976, p. 372). Como consequência, via seu ritmo de acumulação de capital e exportações incrementar.

Esse processo se amplia nos últimos decênios do século XIX, já que, “ao lado do capital inglês, atuam em larga escala capitais alemães, franceses e belgas, nos investimentos estrangeiros e particularmente nos empréstimos” (LUXEMBURG, 1976, p. 372).

Com perspicácia, Rosa Luxemburg apresentou os meandros desse processo:

A mais-valia realizada, que na Inglaterra ou Alemanha não pode ser capitalizada e permanece inativa, foi investida na Argentina, Austrália, Cabo ou Mesopotâmia em estradas de ferro, obras hidráulicas, minas etc. As máquinas, o material e tudo o mais vêm do capital do país de origem e são pagos com esse mesmo capital. [...] O capital inativo não tinha no próprio país possibilidade alguma de acumular-se, já que não existia demanda de produto adicional. Em troca, no estrangeiro, onde não se desenvolveu ainda uma produção capitalista, surge em camadas não-capitalistas uma nova demanda, ou é criada violentamente. [...] O fundamental é que o capital acumulado do país antigo encontre no novo uma nova possibilidade de engendrar e realizar mais-valia, isto é, de prosseguir a acumulação. (LUXEMBURG, 1976, p. 373).

Mas, por que esse processo não ocorre nos próprios países antigos, os mais avançados? Segundo Luxemburg (1976, p. 375), pois “só o aparecimento de um novo território com grandes zonas de cultura não-capitalista criou o círculo ampliado de consumo para o capital, possibilitando-lhe o incremento da reprodução, isto é, a acumulação”.

Brewer (1990) diz que em relação aos empréstimos internacionais, Rosa Luxemburg argumenta que eles reduzem o atraso de jovens países capitalistas, mas mantêm estados independentes virtualmente em servidão. Ao mesmo tempo em que financia a infra-estrutura necessária para incorporar novas áreas na esfera capitalista, torna essas novas áreas dependentes dos velhos centros. Dessa forma, Brewer (1990) conclui que “a ênfase na

interconexão das formas capitalistas e não-capitalistas de exploração é válida, e tem sido desenvolvida por autores mais recentes” (BREWER, 1990, p. 72, tradução nossa).

A estreita interconexão que há entre regiões capitalistas e não-capitalistas no raciocínio de Rosa Luxemburg da acumulação de capital, é similar a conexão que Kautski estabelece entre regiões industriais e agrárias na discussão do imperialismo.

Em Kautski (2002a) verifica-se que o imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Ele “consiste no impulso de todas as nações capitalistas industriais a submeter e anexar regiões *agrárias* cada vez mais vastas, independentemente da nacionalidade dos povos que as habitam.” (KAUTSKI, 2002a, p. 444).

Assim como Luxemburg (1976), Kautski (2002a) argumentou que a partir da exportação de capital para países agrários “abre-se caminho para a proliferação da indústria capitalista” (KAUTSKI, 2002a, p. 457) no país agrário. O ritmo do desenvolvimento dessa indústria será determinado pela força política do Estado.

O imperialismo, para Kautski (2002a, p.458), irá nascer exatamente quando os Estados europeus ocidentais e a parte oriental da América do Norte se industrializam – principalmente a América do Norte, fruto da importação de capitais ingleses – e passam a rivalizar com a Inglaterra “pela divisão das zonas agrárias mundiais”. A esse ímpeto, “a Inglaterra reagiu e surgiu o imperialismo” (KAUTSKI, 2002a, p. 458).

De fato, continua Kautski (2002a, p. 458), “o imperialismo foi favorecido, em particular, pelo sistema de exportação de capital para os territórios agrícolas, que acompanhou seu nascimento.” As ferrovias “tornaram-se um meio de penetração em zonas agrárias escassamente povoadas, seja para colocar os produtos nos mercados, seja para aumentar a população e a produção” (KAUTSKI, 2002a, p. 458).

O próprio Marx, em dois artigos sobre a dominação britânica na Índia, indicou a correlação existente entre a exportação de capital e a inserção do país receptor desse capital na dinâmica capitalista mundial. Em Marx (1853b), observa-se que a partir da introdução das estradas de ferro na Índia, o país deve assumir um papel importante enquanto fornecedor de matérias-primas para as indústrias têxteis inglesas. Marx (1853b) reconheceu que o desejo da oligarquia manufatureira britânica é dotar a Índia de estradas de ferro, cujo objetivo é tirá-lhe, a menores custos, o algodão e outras matérias-primas para suas manufaturas. Além disso, para a sustentação de uma rede de ferrovias, é necessário introduzir processos industriais para satisfazer as necessidades imediatas e correntes da locomoção. Deverá se desenvolver também a produção de máquinas sem ligação direta com as estradas de ferro. Assim, as estradas de ferro tornar-se-ão na Índia os arautos da indústria moderna. Isto é, Marx apontou

que a intervenção inglesa produziu “a única revolução social que jamais teve lugar na Ásia.” (MARX, 1853a, p.1, tradução nossa).

Hilferding (1985) avançou um passo adiante na questão da exportação de capitais ao estabelecer uma relação entre esse ponto e o protecionismo tarifário. Usou como argumento o fato de que o protecionismo⁹, por dificultar a especialização e a adequada divisão internacional do trabalho, é “um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, para o desenvolvimento da indústria” (HILFERDING, 1985, p. 294). Por outro lado, “significa também, diretamente, para a classe capitalista um aumento do lucro” (HILFERDING, 1985, p. 294), já que as indústrias cartelizadas conseguirão estabelecer um preço de monopólio, pois estão protegidas da concorrência internacional.

Portanto, quanto maior o grau de protecionismo, menor o estímulo às firmas exportarem mercadorias para o país protegido e maior o estímulo a implantarem unidades produtivas dentro do território protegido, ou seja, maior o estímulo à exportação de capital. Hilferding (1985) afirma que com a exportação de capital,

[...] a área industrial ameaçada pelo protecionismo dos países estrangeiros explora agora este mesmo protecionismo, ao assentar uma parte da produção no exterior. [...] Dessa forma, a exportação de capital, poderosamente estimulada de outro modo pelo protecionismo do próprio país, é fomentada igualmente pelo país estrangeiro e, ao mesmo tempo, contribui para a difusão do capitalismo em escala mundial e para a internacionalização do capital. (HILFERDING, 1985, p. 295).

De tal modo, com o protecionismo, ao invés do capital buscar ampliar o território econômico através da luta pelo livre-mercado, ele o faz “forçando a exportação de capital” (HILFERDING, 1985, p. 295). Além disso, dado que “a união dos bancos com a indústria vincula a concessão de capital monetário à condição de que esse capital monetário seja empregado nas suas indústrias” (HILFERDING, 1985, p. 296) e que o protecionismo reforça a exportação de capital, “a concentração de todo o capital monetário ocioso nas mãos dos bancos leva à organização planificada da exportação de capital” (HILFERDING, 1985, p. 296).

Como exportação de capital, Hilferding (1985, p. 296) referiu-se à implantação de capital produtivo no interior de outros países: “entendemos por exportação de capital a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior. Nisso, é essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno”, isto é, do país investidor. Na perspectiva do país

⁹ Protecionismo está entendido aqui como a introdução de tarifas sobre a importação de mercadorias.

receptor de capital, quanto maior a importação de capital, maior deve ser a remessa de lucro ao exterior, que é a mais-valia realizada no país e mandada de volta para os proprietários do capital que a produziu. Se a mais-valia não retorna, isso significa transferência de capital, ou desnacionalização (na perspectiva do exportador) do capital (HILFERDING, 1985).

Em se tratando da forma de capital exportado, o mesmo pode assumir dois formatos, de acordo com Hilferding (1985): como capital produtor de lucros ou como capital produtor de juros. Além disso, com “a evolução do capitalismo financeiro na Europa, o capital europeu muitas vezes já emigra nesta qualidade” (HILFERDING, 1985, p. 296), qual seja, a de capital financeiro (HILFERDING, 1985).

Para que haja a exportação de capital, continuou Hilferding (1985, p. 297), “é imperativa a diversidade da taxa de lucro; [*sendo que*] a exportação de capital é o meio para compensação das taxas de lucro nacionais”. Assim, pode-se inferir que o fluxo de capitais se direcione dos países com menor taxa de lucro, ou com maior composição orgânica do capital, ou com maior desenvolvimento capitalista, para os países com maior taxa de lucro – aqueles cujo desenvolvimento capitalista é inferior aos países avançados, ainda incipiente ou inexistente. Outro determinante da exportação de capitais é a taxa de juros. Ela “é muito mais elevada nos países de reduzido desenvolvimento capitalista e possuidores de uma organização bancária e creditícia falha” (HILFERDING, 1985, p. 297). Assim “o elevado juro incita diretamente à exportação de capital de empréstimo” (HILFERDING, 1985, p. 297), com o fluxo se direcionando dos países mais desenvolvidos aos países menos desenvolvidos (HILFERDING, 1985). De fato, na prática, esses dois elementos são observados: países mais avançados do ponto de vista da acumulação de capital são, em geral, exportadores líquidos de capitais; enquanto países mais atrasados são importadores líquidos de capitais.

A exportação de capital, para Hilferding (1985), em convergência com os outros autores, tem a capacidade de ampliar o mercado consumidor estrangeiro. Por exemplo, a instalação de uma fábrica inglesa em território estrangeiro faz com que o capital inglês pague, necessariamente, à força de trabalho estrangeira, salários equivalente ao valor do capital variável desembolsado. Assim, amplia o mercado consumidor, eliminando uma antiga barreira para a exportação de mercadorias, que “era levantada pela capacidade de consumo dos mercados estrangeiros relativa a produtos industriais europeus” (HILFERDING, 1985, p. 297). Mesmo em termos de capital de empréstimo, a exportação de capital “já amplia extraordinariamente a capacidade de consumo dos mercados recém-abertos” (HILFERDING, 1985, p. 298). E quanto menor a taxa de juros, maior a capacidade de expansão do mercado consumidor (HILFERDING, 1985).

Simultaneamente, além da ampliação do mercado consumidor, a exportação de capital tem o potencial de instituir unidades produtivas complementares à indústria do país exportador. Disse Hilferding (1985):

[...] a transferência de métodos capitalistas de transporte e de produção ao país estrangeiro causa nesse caso um rápido desenvolvimento econômico, o surgimento de um maior mercado interno, mediante a extinção das relações de economia natural, a expansão da produção em escala de mercado. Com isso, multiplicam-se aqueles produtos que são exportados e que podem servir, por sua vez, para o pagamento de juro do capital novamente importado. [...] Em simultaneidade com a expansão da indústria nacional que visa às necessidades da exportação de capital, o capital exportado destina-se à produção de matérias-primas para essas indústrias. (HILFERDING, 1985, p.298-299).

Além disso, o capital exportado destina-se, também, à produção de meios de consumo destinado aos operários do país exportador de capital.

Bukharin (1988) e Kautski (1914) observaram que grande parte dos investimentos de capital em países estrangeiros refere-se à atividade de extração mineral (com destaque para a hulha, minério de ferro, cobre e ouro), indústria de transportes e comunicação (como estradas de ferro, transportes marítimos, telégrafo e cabos submarinos) ou produção de produtos agrícolas (BUKHARIN, 1988; KAUTSKI, 1914). Significa que a exportação de capital ocorre na medida em que atende aos interesses da classe capitalista dos países mais avançados, já que se refere à produção de insumos à atividade industrial, bens de consumo para o sustento mais barato da classe trabalhadora e vias de comunicação para facilitar a abertura de mercados.

Portanto, “a exportação de capital acelera a colonização dos países estrangeiros e desenvolve amplamente suas forças produtivas” (HILFERDING, 1985, p. 299). Concomitantemente, continua Hilferding (1985, p. 299), “reduz o ciclo de prosperidade-depressão e a crise aparece mais benigna”, já que se abrem novos mercados. Até para a classe trabalhadora, parece que a exportação de capital a beneficia, já que “o rápido crescimento da produção cria também um aumento da demanda de força de trabalho, que favorece os sindicatos operários” (HILFERDING, 1985, p. 299). Desse modo, “as tendências à depauperação imanente do capitalismo parecem estar vencidas nos países de desenvolvimento capitalista mais antigo” (HILFERDING, 1985, 299).

Em relação aos países mais atrasados economicamente, a escassez de capital é sanada com sua importação. O ritmo de acumulação se acelera. Para Hilferding (1985, p. 299), na maioria dos casos, surge um novo obstáculo: “a falta de trabalho ‘livre’, isto é, de

trabalho assalariado” e, para contornar esse problema, “o capital apela à violência estatal, empregando-a a serviço da expropriação violenta, que arranja o proletariado livre necessário”. O principal método para forçar ao trabalho e proletarizar contingentes de nativos foi a tomada de suas terras e, “com isso, a base de sua subsistência anterior” (HILFERDING, 1985, p. 300). Outro método bastante utilizado foi o “estabelecimento de um sistema tributário” (HILFERDING, 1985, p. 300) draconiano. Caso “a população nativa não basta para proporcionar o nível almejado de mais-valia [...], então o capital procura solucionar o problema da falta de operários recorrendo ao trabalho estrangeiro”, à imigração (HILFERDING, 1985, p. 300).

Quando os países avançados economicamente passam de meros exportadores de mercadorias para exportadores de capital, o risco envolvido no investimento é muito maior. Por isso, a exigência de todos os capitalistas interessados em que o poder estatal dos países estrangeiros seja forte: para que sua autoridade proteja os interesses dos capitais; “daí a exigência de que se levante uma bandeira de guerra [...], para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda a parte” (HILFERDING, 1985, p. 302). Hilferding (1985) tangenciou a questão do imperialismo ao afirmar que, dessa forma, “a exportação de capital atua também em favor de uma política imperialista” (HILFERDING, 1985, p. 303).

Com a exportação de capital, o mundo inteiro passa a se inserir no capitalismo: “O desenvolvimento capitalista não se deu de modo autóctone em cada país isoladamente; pelo contrário, com o capital foram simultaneamente importadas produção capitalista e relações de exploração, e isso sempre no grau alcançado no país mais avançado” (HILFERDING, 1985, p. 303).

O mesmo autor apresentou o papel destacado da exportação de capital em relação ao imperialismo, ao argumentar que Alemanha e Estados Unidos tornaram-se concorrentes no plano internacional em relação ao capitalismo inglês, quando “a evolução em direção ao capital financeiro criou nesses países um forte impulso para a exportação de capital” (HILFERDING, 1985, p. 303). Por um lado, esse forte impulso se estimulou pelo advento da sociedade anônima, que “cria lucros de fundador que afluem aos bancos como capital que busca investimento” (HILFERDING, 1985, p. 303). Por outro lado, o protecionismo, como já discutido, libera um capital disposto a ser exportado (HILFERDING, 1985).

Nesse ponto, Hilferding (1985) estabeleceu uma conexão com sua teoria da formação do capital financeiro e do capitalismo monopolista. Argumentou que, hoje, “os representantes da exportação de capital industrial são sobretudo os cartéis e trustes” (HILFERDING, 1985, p. 305). Alguns países, notadamente EUA e Alemanha, que possuem uma economia mais

organizada (em função do alto grau de cartelização), possuem o “particular fenômeno de [...], por um lado, exportarem capital [*industrial*] e, por outro, importarem, em parte, do estrangeiro o capital necessário para a economia própria” (HILFERDING, 1985, p. 305). Os EUA exportam capital industrial para a América do Sul e “importam capital de empréstimo da Inglaterra, Holanda, França, etc., em forma de títulos e obrigações, para o funcionamento de sua indústria própria” (HILFERDING, 1985, p. 305-306).

Brewer (1990) sintetizou a exportação de capital na obra de Hilferding em três formas. Primeiro, existe a exportação de capital em direção às partes menos desenvolvidas do próprio território econômico¹⁰. Por isso, os países mais avançados têm interesse em expandir seu território econômico; justamente para ganhar novos campos de investimento. Segundo, países avançados fazem investimentos em territórios independentes, mas atrasados do globo. Isto serve como um meio para incorporar novas áreas dentro do próprio território econômico. Por fim, uma terceira forma de exportação de capital, seria o investimento em territórios de outras nações capitalistas avançadas (BREWER, 1990).

Nesse momento, é importante destacar que, apesar dos créditos principais serem dados a Hilferding na interpretação das transformações do capitalismo de então, ele não conduziu seus argumentos na direção de um conceito definitivo de imperialismo (BREWER, 1990). Nesse sentido, os créditos vão, principalmente, para Bukharin e Lenin, que, talvez por analisarem o imperialismo com a facilidade de o terem vivenciado por mais tempo que seus predecessores, moldam uma teoria orgânica do fenômeno. Os trabalhos de Bukharin e Lenin, ambos da corrente bolchevique do Partido Social Democrata Russo, ambos baseados nos escritos de Hilferding, “são os fundamentos da análise marxista clássica do imperialismo” (BREWER, 1990, p. 109, tradução nossa).

Bukharin (1988) estendeu a análise de Hilferding (1985) para o plano da economia mundial¹¹. Caracterizou-a, no começo do século XX, como “uma estrutura econômica profundamente anárquica” (BUKHARIN, 1988, p. 47), sendo que essa caracterização é revelada com a máxima clareza devido às crises industriais e as guerras (BUKHARIN, 1988).

Entretanto, apesar dessa estrutura, o processo de organização internacional manifesta alguns “progressos que se traduzem, notadamente, no desenvolvimento dos sindicatos industriais, dos cartéis e dos trustes internacionais” (BUKHARIN, 1988, p. 48). Após mostrar alguns dados de cartéis e trustes em diversos ramos de produção, Bukharin (1988, p. 51)

¹⁰ Por território econômico entende-se um conceito mais amplo do que a nação propriamente dita, incluindo colônias, esferas de influência, etc.

¹¹ Bukharin (1988) definiu o sistema da economia mundial como o conjunto de todas as economias nacionais.

concluiu que “por trás destes cartéis e trustes estão, geralmente, as empresas que os financiam, bancos principalmente”; constituindo, assim, “categoria especial de capital financeiro” (BUKHARIN, 1988, p. 51) em nível internacional.

A partir dessa estrutura internacional, a circulação mundial do capital ocorre quando, em um país específico, existir uma “superprodução de capital, isto é, uma superacumulação nesse país” (BUKHARIN, 1988, p. 87). Assim, a exportação de capital surge como fenômeno natural já que o capital consegue obter taxas maiores de lucro no estrangeiro. Por isso, “a exportação de capital adquiriu uma importância que jamais teve” (BUKHARIN, 1988, p. 88), sendo que, “em outros tempos, o centro de gravidade situava-se na exportação mercantil” (BUKHARIN, 1988, p. 92).

Especificamente em relação à exportação de capitais, Bukharin (1988) mostrou que os capitais nacionais podem fluir para a esfera internacional de cinco maneiras. Uma primeira forma é através de empréstimos públicos. O “sistema de participação” (BUKHARIN, 1988, p. 37), nas palavras do autor, constitui uma segunda forma. Trata-se de um movimento quando um capitalista de um país A é proprietário de ações ou obrigações em um país B. Financiamento de empresas é, para Bukharin (1988) uma terceira forma de exportação de capitais. A “abertura, sem objetivo preciso, de créditos que os grandes bancos de um país concedem aos bancos de outros países” (BUKHARIN, 1988, p. 37) são uma quarta forma. Por fim, “a quinta forma: a compra de ações estrangeiras etc, com o objetivo de revenda” (BUKHARIN, 1988, p. 38), isto é, especulação.

Assim, afirmou Bukharin (1988, p. 38), “por diferentes canais, os capitais de uma esfera nacional transbordam para outras esferas, cresce a interpenetração dos capitais nacionais, internacionaliza-se o capital”.

Novamente seguindo a análise de Hilferding (1985), Bukharin (1988) argumentou que a quanto maior a diferença nas taxas de lucro e de juros, maior o movimento de capitais. O fluxo, naturalmente, ocorre dos países mais avançados em direção aos mais atrasados, pois “quanto mais desenvolvido é um país, tanto mais baixa é ali a taxa de lucro, da mesma forma que é mais intensa a reprodução do capital e mais violento o processo de eliminação” (BUKHARIN, 1988, p. 41).

Em síntese, com muita convergência em relação aos outros autores, Bukharin (1988) disse que isso acontece, pois: 1) há um excedente muito grande de capitais em busca de remuneração em um país específico e 2) as tarifas alfandegárias, ao dificultarem a exportação de mercadorias, estimulam a exportação de capitais.

Bukharin (1988) retoma também a ideia de que a exportação de capital estimula a exportação de mercadorias. Para ele,

[...] quando simples particulares e estabelecimentos industriais e bancários exportam capital, cresce a exportação de mercadorias da metrópole, dado que as empresas estrangeiras significam por si mesmas certa demanda de mercadorias e desenvolve, ademais, por sua atividade, um mercado que, em boa parte, depende delas. (BUKHARIN, 1988, p. 93).

A exportação de capital, então, para Bukharin (1988, p. 93), “constitui o método mais cômodo de aplicação da política econômica dos grupos financeiros que, com a maior facilidade, colocam sob sua dependência novas regiões.” Assim, segundo Bukharin (1988, p.95) as raízes dessa política do capitalismo financeiro são aspectos de um mesmo fenômeno: “o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção”. Bukharin (1988) ainda completou: “ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo” (BUKHARIN, 1988, p. 98). Como pode ser visto, Bukharin (1988) extrapola a noção de dependência entre esferas do capital nacional, como o faz Hilferding (1985), para a esfera internacional do capital.

A sequência lógica então da formação do imperialismo é: o desenvolvimento das forças produtivas estimula a luta pela concorrência, que implica na maior centralização do capital. Este, por sua vez, determina o desenvolvimento do capital financeiro, que culmina no imperialismo (BUKHARIN, 1988).

O imperialismo, em termos de política do capital financeiro, serve para reproduzir, “em medida ampliada, a base de produção do capital financeiro” (BUKHARIN, 1988, p. 105). E ainda: “Qualquer política das classes dominantes (...) tem uma função claramente definida. Desenvolvendo-se no terreno de um modo de produção dado, ela serve de instrumento para a reprodução simples e ampliada de determinado tipo de relações de produção.” (BUKHARIN, 1988, p. 105).

Ao mesmo tempo, o imperialismo “representa uma categoria especificamente histórica” (BUKHARIN, 1988, p. 107). Ele é

[...] a sequência histórica da época do capital industrial, da mesma forma que esta última representa a continuidade da fase comercial capitalista. Esta é a razão por que as contradições fundamentais do capitalismo – que, com seu desenvolvimento, se reproduzem em ritmo crescente – encontram em nossa época, expressão particularmente violenta. (BUKHARIN, 1988, p. 107).

Dando continuidade, Bukharin (1988) discutiu o processo de concentração e centralização em escala mundial. Definiu truste capitalista nacional como as formações econômicas que ocorrem quando “a economia do país transforma-se em gigantesco truste combinado, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado” (BUKHARIN, 1988, p. 111). Assim, o processo evolui da empresa individual para os trustes, e destes para os trustes capitalistas nacionais. Quando se atinge esse ponto, “nos limites das economias nacionais, a concorrência reduz-se ao mínimo, para avultar, fora desses limites, em proporções fantásticas, desconhecidas em épocas anteriores” (BUKHARIN, 1988, p. 112).

Agora, na época do capital financeiro, “o centro de gravidade passa a situar-se na concorrência que se fazem corpos econômicos gigantescos, coerentes e organizados, armados de enorme faculdade de combate, no certame mundial das nações.” (BUKHARIN, 1988, p. 112).

O problema da análise de Bukharin, de acordo com Brewer (1990), é que tal análise identifica uma tendência de unificação dos trustes nacionais em uma gigantesca empresa combinada de base nacional e a considera como fato consumado, ou seja, não analisa as contra-tendências presentes no fenômeno. Ignorou, por exemplo, que diferentes gigantes empresas e grupos do capital financeiro com mesma base nacional podem competir entre si. De fato, a tendência mais forte foi essa, ao invés de se unirem contra a competição estrangeira. Por exemplo, sob a mesma bandeira nacional coexistem e competem entre si duas gigantes firmas da indústria automobilística, a Ford e a General Motors (BREWER, 1990).

Lenin, o último marxista clássico a formular sobre o imperialismo, buscou, também, estabelecer as conexões entre exportação de capital e imperialismo. A condição material que instigou a exportação de capital foi que, nos países capitalistas mais adiantados, formou-se um forte excedente de capital. Lenin (2008) argumentou que

[...] no limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos¹², nos quais a acumulação de capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme excedente de capital nos países avançados. (LENIN, 2008, p. 61).

Assim, esse excedente de capital tem a possibilidade de produzir lucros quando é exportado para os países mais atrasados, pois “nestes países atrasados o lucro é em geral

¹² Destaque para Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França.

elevado” (LENIN, 2008, p. 62). O capital exportado pode ser tanto capital investido em empresas industriais, quanto na qualidade de capital de empréstimo, de empréstimos públicos (LENIN, 2008).

O passo adiante que a interpretação de Lenin forneceu é que a exportação de capital por parte dos países mais avançados tende a estimular uma situação de parasitismo nesses países – embora consiga estimular o desenvolvimento econômico dos países receptores de capital. Ao analisar o imperialismo enquanto tendência histórica, Lenin (2008) afirmou que a decomposição e o parasitismo são duas de suas marcas. A decomposição surge em função do desestímulo ao progresso técnico. O parasitismo surge, pois nos países exportadores de capital, há “o incremento extraordinário da [...] camada dos *rentiers*, ou seja, [...] que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade” (p. 102). Além disso, “a exportação de capitais [...] acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos *rentiers* e a produção, imprimindo uma marca de parasitismo a todo país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países [...] no ultra-mar” (LENIN, 2008, p. 102).

A conversão de um Estado industrial em um Estado credor (*rentier*) ocorre quando cresce “a importância relativa para toda a economia nacional das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação” (Lenin, 2008, p. 103).

Concluindo, Lenin (2008) afirmou que a decomposição se manifesta com maior magnitude nos países mais ricos, em geral exportadores de capital. Essa fase pode ser considerada de “capitalismo agonizante” (p. 128), onde o capitalismo “pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo” (p. 129).

Os efeitos da exportação de capital nos países receptores, segundo Lenin (2008), é acelerar o desenvolvimento capitalista nesses países. Ao mesmo tempo, nos países exportadores, isto provoca uma desaceleração do desenvolvimento por estimular o parasitismo. O mundo como um todo cresce, mas através de um desenvolvimento desigual. Uma fração da classe dominante dos países avançados torna-se cada vez mais parasita pois passam a gerenciar, exclusivamente, sem conexão com o capital produtivo, uma camada cada vez mais crescente de capital monetário.

Brewer (1990) avalia alguns problemas da análise de Lenin. Para Lenin, o motivo pelo qual os países avançados exportam capital é que nesses países o capital está supermaduro e sem campo para aplicação lucrativa. Assim, uma saída é exportar o capital excedente em direção a campos lucrativos: os países atrasados. Por trás do argumento do amadurecimento do capital nos países avançados, Lenin fornece outras explicações para a exportação de capitais. “O mais forte motivo citado por Lenin foi o desejo por ganhar o

controle das fontes de matérias primas, ou ao menos prevenir de outros ganharem o monopólio de controle sobre elas” (BREWER, 1990, p. 119). Embora essas razões sejam perfeitamente adequadas para explicar a exportação de capital, “elas não mostram que o capitalismo necessita exportar capital para sobreviver” (BREWER, 1990, p. 119). Assim, os argumentos de Lenin não poderiam ser usados puramente como causa da exportação de capital ou como suporte dos argumentos sobre a importância da exportação de capital para os países mais avançados (BREWER, 1990).

Alguns anos após a formulação da teoria marxista clássica do imperialismo, outro autor, Henryk Grossmann¹³, fornece importantes contribuições ao assunto em questão. Relacionado à exportação de capital, seu principal argumento é o de que não se trata de uma questão de escolha, mas de necessidade. Isto é, a acumulação capitalista dentro de determinado país atinge um limite, cedo ou tarde, no qual a única solução é exportar capitais em direção a outras regiões onde a taxa de lucro é compensadora. Assim, os capitalistas optam por essa prática não porque a taxa de lucro no exterior é superior à taxa de lucro doméstica e, portanto, escolhem investir no exterior, mas porque é a única opção lucrativa de alocação do capital. Assim, Grossmann (1992) critica autores que, mesmo se colocando pela ótica marxista, incorrem no erro, segundo ele, de colocar a exportação de capital como uma questão de escolha em direção às maiores taxas de lucro (GROSSMANN, 1992).

Grossmann (1992) deriva sua hipótese baseando-se na teoria do próprio Marx, de que existe um limite para a acumulação lucrativa de capital dentro de um único país. Para que o capital possa ser investido lucrativamente, é necessário que ele gere um valor excedente – mais-valia. Entretanto dentro de determinado país a quantidade de força de trabalho pode ser considerada uma magnitude fixa. Portanto – como pela teoria do valor-trabalho, valor excedente representa trabalho excedente – existe uma massa definida de trabalho excedente que pode ser expropriada e produzir mais-valia. Significa que existe um limite em que o capital pode se expandir domesticamente, dado pelo limite de mais-valia passível de ser gerada (GROSSMANN, 1992).

Hilferding, segundo Grossmann (1992), também não avança na questão ao assumir que não existem limites para o investimento de capital em determinado país: o capital poderia ser exportado mirando-se uma maior taxa de lucro. Portanto, no argumento de Hilferding

¹³ Não acrescentamos esse autor dentro do grupo dos marxistas clássicos basicamente por dois motivos: 1) ele publicou sua obra, *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System*, em 1929, mais de uma década à frente do fértil período sob o qual a teoria clássica formulou; e 2) o objeto principal de sua obra não é o imperialismo em si, mas as crises (o imperialismo surge como uma contratendência à lei do colapso do capitalismo).

segundo Grossmann (1992), a tendência, no longo prazo, seria um equilíbrio internacional da taxa de lucro. A questão, no entanto, é que essa desigualdade em termos de taxa de lucro existe desde que existe o capitalismo, mas a “exportação de capital dos países capitalistas avançados começou com real vigor apenas recentemente.” (p. 182, tradução nossa), o que demonstra que não existe base factual que sustente o argumento de que nos países mais atrasados a taxa de lucro é maior (GROSSMANN, 1992).

Para Grossmann (1992), o ponto sob o qual não se torna recompensador investir o capital domesticamente, é quando ocorre uma sobre-acumulação de capital e não quando a taxa de lucro chega a zero. O autor mostra que, em Marx, uma superprodução absoluta de capital ocorre quando um capital ampliado consegue realizar menos mais-valia do que ele conseguia quando era um capital menor. Nessa situação, embora um capital adicional acrescente uma massa de lucro adicional, ele provoca uma redução na taxa de lucro em relação ao capital total. Portanto, a “sobre-acumulação absoluta é caracterizada pelo fato de que a massa de lucro do capital total ampliado permanece a mesma” (p. 188, tradução nossa), mesmo com um acréscimo de capital. A indústria já está saturada de capital.

O mecanismo para superar essa saturação, segundo Grossmann (1992), é a exportação de capital: “o limite da sobre-acumulação é superado através do sistema de crédito, isto é, pela exportação de capital e a mais-valia adicional obtida por meio disto. Nessa específica noção que o último estágio da acumulação é caracterizado pela exportação de capital.” (GROSSMANN, 1992, p. 190, tradução nossa).

Grossmann (1992) mostra que quanto mais avançado o estágio da acumulação capitalista, mais difícil superar o capital sobre-acumulado, o que significa que, no decurso da acumulação, existem cada vez menos possibilidades lucrativas de investimento. Nesse sentido, as crises servem como mecanismos de desvalorização do capital, que possibilitam, por algum tempo, retomar campos lucrativos de investimento. “O capital supérfluo e ocioso pode se defender do colapso completo da lucratividade apenas através da exportação de capital ou através de seu emprego nas bolsas de valores.” (p. 191, tradução nossa). Isto é, se o capital não tem espaço na produção, ele pode ser exportado ou colocado na especulação¹⁴.

A causa básica da exportação de capitais, portanto, não são maiores lucros no exterior, mas a incapacidade de realizar investimentos lucrativos domesticamente, permitindo

¹⁴ Carcanholo e Sabadini (2008) classificam o ganho monetário através da especulação, ou da valorização de capital fictício, como uma outra modalidade de lucro: o lucro fictício.

que a exportação de capital torne-se um meio de superar o colapso do capitalismo, de prolongar seu tempo de vida.

Derivado do processo de exportação de capital e organização da economia mundial, discutido nesta seção, chega-se ao ponto da partilha territorial do mundo. De fato, a exportação de capital implica num conflito de interesses perene. As grandes corporações capitalistas que se inserem em determinado território *virgem*, passam a ter determinado ganho competitivo invejado por outras corporações. Ao mesmo tempo, essas grandes corporações se ligam cada vez mais umbilicalmente com o aparato estatal.

Como foi visto, a busca de mercado consumidor ou matérias-primas torna-se tática importante para o capital. A partir disso, os Estados-nação, financiados pelas grandes corporações nacionais, se envolveriam cada vez mais em disputas competitivas, podendo atingir conflitos bélicos; ou negociariam uma paz duradoura através de acordos cooperativos. Esse é o panorama da terceira seção.

2.3 PARTILHAS TERRITORIAIS, IMPERIALISMO OU ULTRAIMPERIALISMO?

No início do século XX, quando o novo capitalismo substituiu o velho, “o imperialismo expressava uma efetiva revolução capitalista no capitalismo; as transformações sociais que induzia não eram fictícias, mas reais” (FONTES, 2007, p. 56).

Como foi dito, Hilferding (1985) foi o primeiro a interpretar essas reais transformações sociais pelas quais o capitalismo estava passando. Entretanto, as contradições concretas com as quais o capitalismo se defrontava estavam, de certa forma, submergidas. Lenin (2008), em 1916, documentando com evidências factuais conseguiu trazer à superfície, “evidenciar as contradições” (FONTES, 2007, p. 55) da fase em que o capitalismo ingressara.

Nessa perspectiva, Lenin (2008, p. 23) mostra que os monopólios e cartéis “passam a ser uma das bases de toda a vida econômica”, tanto na esfera financeira quanto na esfera industrial. Nos setores mais intensivos em tecnologia, a partilha do mundo entre os capitalistas começa a ser vista. Ao analisar a indústria de energia elétrica, “a mais típica, do ponto de vista dos últimos progressos da técnica” (p. 67), Lenin (2008) mostra como o processo de desenvolvimento desse setor convergiu até criar dois grandes trustes transnacionais: a alemã AEG (*Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft*) e a estadunidense GEC (*General Electric Company*). Em 1907 esses dois trustes acordaram a partilha do mundo, que

envolve desde a extração de insumos até o mercado consumidor: GEC responsável por EUA e Canadá; AEG responsável por Alemanha, Áustria, Rússia, Holanda, Dinamarca, Suíça, Turquia e os Bálcãs (LENIN, 2008). Embora juridicamente essas duas empresas possuam naturezas diferentes, na prática agiam como se fossem um único truste. “Compreende-se perfeitamente até que ponto é difícil a concorrência com esse truste, realmente único, mundial, que dispõe de um capital de bilhões, e têm as suas sucursais, representações, agências, relações etc., em todos os cantos do mundo” (LENIN, 2008, p. 69).

Na sequência, Lenin (2008) apresenta como esse processo se desenvolveu em outras indústrias. A indústria do petróleo também assistiu processo semelhante de tentativa de partilha do mundo. Nesse caso, três grandes corporações estiveram em disputa: o truste estadunidense Standard Oil Corporation, o truste anglo-holandês Shell e o russo Rotshchild e Nobel. Em outras indústrias desenvolveu-se o mesmo processo. Lenin (2008) considerou essa como uma tendência universal, pois começa daquelas indústrias mais avançadas e se propaga às restantes. O autor, entretanto, ressaltou que “os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros” (LENIN, 2008, p. 74)

Ao relacionar a partilha entre as associações de capitalistas e a partilha entre os Estados, Lenin (2008) afirmou que

[...] a época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão estabelecendo entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico. (LENIN, 2008, p. 75).

Rosa Luxemburg (1976) afirmou que “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas” (p. 392). Para a autora, essa luta é enfrentada para “encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia” (p. 392). A contradição do imperialismo, então, é o fato de que quanto mais rapidamente ele anexe territórios não-capitalistas, mais rapidamente caminha para sua destruição. Isto é, “o imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente pôr um fim a sua existência” (p. 392). Como isto, segundo Luxemburg (1976), põe por fim “a esperança de um desenvolvimento

pacífico da acumulação do capital” (p. 392), a autora ilumina a questão que seus sucessores teóricos irão discutir.

Para Luxemburg (1976), a acumulação capitalista tem dois aspectos distintos. Por um lado, a acumulação ocorre onde se produz a mais-valia:

Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, mas que em ambas as partes, na fábrica como no mercado, move-se exclusivamente dentro dos limites da troca de mercadorias, do câmbio de equivalências. (LUXEMBURG, 1976, p. 398).

Existe, entretanto, um segundo lado da acumulação do capital, que é aquele que se realiza entre o capital e as formas de produção não-capitalista: “Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra” (LUXEMBURG, 1976, p. 398). Nesse tópico, a autora evoca a importância do poder político, que se trata, apenas do “veículo do processo econômico” (p. 398). Na realidade, afirma Luxemburg (1976): “Os dois aspectos da acumulação do capital acham-se ligados organicamente pelas condições de reprodução do capital, e só a reunião de tais aspectos permite o curso histórico do capital” (p. 398). Esse movimento histórico, entretanto, “prepara, em meio a convulsões cada vez mais violentas, sua própria ruína” (LUXEMBURG, 1976, p. 398). É importante observar que Luxemburg (1976) assumiu os mesmos prognósticos que, mais tarde, Bukharin (1988) e Lenin (2008), diferentemente de Kautski (1914), assumiram.

De fato, as conclusões que Kautski assumiu a partir de sua interpretação do imperialismo, decorreram da questão da desproporcionalidade dos ramos de produção. Como vimos, o imperialismo para Kautski decorreu da tendência das regiões industriais em anexar ou submeter as regiões agrárias ao seu domínio.

Para Kautski (2002a), a desproporcionalidade decorre do fato de o processo de acumulação de capital ser mais rápido na indústria do que na agricultura. Além de ser provocado por fatores de ordem técnica e social, Kautski (2002a) apontou que “na indústria capitalista, incide um poderoso fator que, na agricultura, mesmo para a empresa capitalista, tem escassa importância: *a concorrência, a luta recíproca entre as diversas empresas para colocar seus produtos*” (p. 453). Portanto, o argumento central de Kautski (2002a) para essa questão é o de que a produção industrial aumenta desproporcionalmente à produção agrícola.

Segue-se uma oferta de mercadorias industrializadas superior à demanda. O excesso não encontrará mercado e o preço cairá, precedendo uma crise (KAUTSKI, 2002a).

Para não se chegar a esse ponto, Kautski (2002a) expõe: “a acumulação capitalista na indústria só pode avançar e desenvolver-se livremente se ampliar constantemente a área agrícola que lhe abastece e para a qual destina os seus produtos” (p. 455). A tendência crescente da desproporcionalidade entre os setores “transforma-se em estímulo cada vez mais intenso [...] a ampliar o território agrícola” (p. 455-456), que fornece víveres e insumos e constitui mercado consumidor. O autor identifica que a “forma particular dessa tendência é o *imperialismo*” (KAUTSKI, 2002a, p. 455). O autor, portanto, assumiu o imperialismo “como um tipo particular de política capitalista” (KAUTSKI, 2002b, p. 471).

A necessidade de territórios agrícolas, para Kautski (2002a), assume um formato semelhante, pouco mais genérico, que o da necessidade por territórios para exportar capitais de Hilferding (1985). Para o autor, quando diversos países lutam por territórios econômicos, a concorrência acirra-se. A disputa econômica por mercados fornecedores de insumos e escoadouros da produção “torna-se rapidamente uma luta pelo poder, a ser conduzida com armas políticas” (HILFERDING, 1985, p. 304). Com a “anexação de territórios estrangeiros pela política colonial” (p. 305), a feroz concorrência desaparece. Partes do mercado mundial foram incorporadas a alguns mercados nacionais, sendo que “aqui entrecrocavam-se diretamente, de forma hostil, os interesses de países” (HILFERDING, 1985, p. 305).

Um dos objetivos da política do capital financeiro, para Hilferding (1985), é converter o “território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais” (p. 306). Hilferding (1985) apontou diferenças, em termos do imperialismo, entre as duas regiões mais avançadas do ponto de vista da acumulação do capital, Estados Unidos e Europa. Segundo o autor, os Estados Unidos “são em si um grande território econômico, suficiente também para a era do imperialismo, cuja expansão é, de resto, orientada geograficamente. O movimento pan-americano [...] está apenas no começo” (p. 308). Já na Europa, “a fragmentação estatal criou interesses econômicos antagônicos” (p. 308), onde as partes são “mais ou menos similares e, por isso, em concorrência hostil e com posição antagônica” (p. 308).

Para Hilferding (1985), tal antagonismo “aumenta extraordinariamente pela ação da política econômica do capital financeiro” (p. 308), já que o capital busca, em comum, “territórios virgens, cuja colonização pode ser de grande importância precisamente para os grupos capitalistas mais poderosos” (p. 308). Do antagonismo interestatal europeu derivaram-

se relações de dependência entre alguns países; por que institui-se implicitamente uma hierarquia de poder econômico:

Essas relações políticas repercutem às avessas nas relações econômicas, e fazem com que o país que segue politicamente um outro se torne área especial de investimento para o capital do país protetor. A diplomacia coloca-se diretamente à disposição da exportação de capital. [...] Assim [...] o poder político é [...] decisivo na luta competitiva de caráter econômico, e para o capital financeiro a posição do poder estatal é vital para o lucro. (HILFERDING, 1985, p. 311).

Portanto, o Estado-nação, em Hilferding (1985), apesar de sua subordinação ao capital financeiro, é de vital importância às pretensões da classe dirigente nacional. A luta pelo domínio do mercado mundial “será tanto mais exacerbada quanto mais desenvolvido for o capital financeiro e mais forte for seu empenho pela monopolização de porções do mercado mundial para o capital nacional” (p. 311). Hilferding (1985) fez um auspicioso alerta em relação à Alemanha: “A contradição entre o desenvolvimento do capitalismo alemão e a insignificância relativa de seu território econômico aumentou [...] extraordinariamente” (p. 311). O país não possui possessões coloniais. “Trata-se de uma situação que necessariamente agrava de forma extraordinária o confronto entre Alemanha e Inglaterra com seus satélites, uma situação que impele a uma solução violenta” (HILFERDING, 1985, p. 311).

Aliás, Hilferding (1985) alertou que “a própria exportação de capital cria tendências que resistem à semelhante ação violenta” (p. 312), já que “a disparidade do desenvolvimento industrial acarreta certa diferenciação nas formas de exportação de capital” (p. 312). Países com desenvolvimento industrial mais avançado nos aspectos da técnica e da organização tendem a participar da exportação de capital industrial de forma mais intensa. É o caso de Alemanha e EUA. Já “países com desenvolvimento capitalista antigo participam da exportação de capital mais em forma de capital de empréstimo do que em forma de implantação de fábricas” (p. 312). Assim, surgem “tendências à solidariedade dos interesses capitalistas internacionais” (p. 312). Por exemplo, “o capital francês estará interessado como capital de empréstimo nos progressos das indústrias alemãs na América do Sul” (p. 312). Assim, Hilferding (1985) levantou os argumentos tanto dos teóricos que prognosticavam conflitos bélicos por causa do imperialismo, quanto dos teóricos que argumentavam que o imperialismo criaria sua própria saída pacífica.

Para Hilferding (1985), a ideologia do imperialismo surgirá como oposto “dos velhos ideais liberais” (p. 315), já que o tipo de atuação estatal que o capital financeiro necessitava

era o oposto da ideologia liberal. Em importante referência, na qual trata do tipo de Estado que o capital financeiro precisa, Hilferding (1985) afirmou que ele

[...] precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro finalmente precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias. [...] a política do poder ilimitado se tornou uma exigência do capitalismo financeiro. (p.314)

Novamente Hilferding (1985) enfatizou a importância de um Estado forte, que intervenha em complementaridade às necessidades do capital financeiro.

Bukharin (1988) é outro autor que aponta a necessidade do Estado para o capital financeiro. O autor apresentou os vários métodos de ação empregados pelo imperialismo, que vão desde rebaixamento forçado de preços, dumping, restrição de crédito, etc, até se atingir o militarismo. Afirmou que: “antes de tudo, a luta entre os trustes capitalistas nacionais decide-se pelo confronto de suas respectivas forças militares, já que a potência militar do país constitui a última instância a que fazem apelo os grupos capitalistas nacionais” (BUKHARIN, 1988, p. 118)

Para comprovar seu argumento, ele apresentou um quadro no qual “ilustra o prodigioso crescimento das despesas militares e a parte que ocupam dentro dos orçamentos nacionais” (BUKHARIN, 1988, p. 118). Assim, mostrou que, de fato, assistia-se a uma corrida armamentista entre os países mais avançados apresentando os dados relativos à Inglaterra, França, Áustria-Hungria, Itália, Rússia, Japão, Alemanha e Estados Unidos. Por esse motivo, afirmou que “o domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo. *Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro*” (BUKHARIN, 1988, p. 120, grifo nosso).

Luxemburg (1976), em sua tentativa de desvendar o enigma da reprodução ampliada do capital, afirmou que o militarismo é mais um campo para a acumulação do capital. Assim, além de seu papel tradicional de responsável pela defesa bélica, ele assume um segundo papel. Ao extrair parte da renda social no formato de tributos, o Estado pode criar um mercado novo, isto é, novas possibilidades de realização da mais-valia, se demandar “produtos como engenhos de guerra do militarismo, os armamentos navais e de terra”

(LUXEMBURG, 1976, p. 403). Do ponto de vista do capital individual, “ganha um pequeno grupo de grandes industriais através do ramo de armamentos” (LUXEMBURG, 1976, p. 404).

A lógica desse processo é a seguinte:

A soma de dinheiro lançada na circulação pelo capital cumpre sua primeira função na troca com a força de trabalho. Depois, nas mãos do Estado, começa uma carreira inteiramente nova, como um novo poder de compra, estranho ao capital e à classe operária, que se dirige a novos produtos, a um ramo particular da produção que não serve à manutenção da classe capitalista nem da classe operária; por sua vez, oferece ao capital uma nova ocasião de criar e realizar mais-valia. (LUXEMBURG, 1976, p. 408-409).

Assim, para Luxemburg (1976, p.409), o capital possui uma proporção maior de mais-valia para capitalizar, constituindo-se “uma nova possibilidade de acumulação.” O militarismo, então, “desempenha estas duas funções: assegura [...] tanto a manutenção do órgão de dominação capitalista – o exército permanente – como a criação de um magnífico campo de acumulação para o capital” (LUXEMBURG, 1976, p. 409).

Dessa forma, o militarismo, que acompanha “a concorrência mundial intensificada para a conquista de condições de acumulação transformam-se assim, para o próprio capital, num magnífico campo de acumulação” (LUXEMBURG, 1976, p. 411).

Concomitante ao processo de acirramento das condições da concorrência mundial, Lenin (2008) afirmou que as grandes potências passam a partilhar o mundo entre si. O “enorme ascenso das conquistas coloniais” (LENIN, 2008, p. 78) começa exatamente na transição entre o estágio da livre-concorrência e o estágio imperialista. De tal modo, a partilha territorial mais intensa (final do século XIX e começo do século XX) coincide com esse novo estágio hegemônico por cartéis, trustes e sindicatos internacionais, sob a coordenação do capital financeiro (LENIN, 2008).

Na relação do capital financeiro com os Estados nacionais, Lenin (2008) afirmou: “o capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa” (LENIN, 2008, p. 82).

Para Lenin (2008, p. 83), “a particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões.”

Lenin (2008) partiu das transformações da base econômica do capitalismo para chegar ao imperialismo enquanto necessidade desse modo de produção. Nesse novo estágio o

capital precisa de novos territórios (econômicos e geográficos) para se expandir e manter o processo de acumulação (LENIN, 2008).

Assim, continua Lenin (2008, p. 90), “interpretado no sentido referido, o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo.”

Tal definição do imperialismo como sendo uma “fase”, ou uma categoria determinada historicamente, é amplamente criticada por Kautski. Em Kautski (2002b), rejeita-se a necessária identificação entre “imperialismo e capitalismo moderno” (KAUTSKI, 2002b, p. 469). O mesmo autor parte para uma definição genealógica do termo imperialismo. Hoje, afirma Kautski (2002b), o significado a que se deve reportar o termo imperialismo é o mesmo que foi utilizado “pela primeira vez durante o império de Napoleão, para indicar sua política” (p. 470). Na Inglaterra no final do século XIX, “o termo indicava mais uma vez um tipo particular de *política imperial*” (p. 470), que buscava estreitar as ligações britânicas com as colônias. Não foi ela que iniciou esse tipo de política, “mas foi ela que lhe forneceu o nome” (p. 470).

Se referenciando em Hilferding, Kautski (2002b) reconhece que “o novo tipo de política imperial ou política mundial era uma consequência do desenvolvimento do capital industrial, da crescente importância da alta finança, das exportações de capitais” (p. 470). Para Kautski (2002b), Hilferding utiliza o termo imperialismo para designar “um particular *tipo de política*, não uma ‘fase econômica’. O imperialismo, de acordo com ele, é a política favorita do capital financeiro” (KAUTSKI, 2002b, p. 470-471). Prossegue afirmando que a melhor definição para o imperialismo é exatamente “um particular sistema de *política*” (KAUTSKI, 2002b, p. 471) e não uma fase. Portanto, o capital financeiro, a fase particular do capitalismo, é entendido como *causa* e o imperialismo, o tipo de política do capital financeiro, é entendido como *efeito* (KAUTSKI, 2002b).

De fato, como analisa Brewer (1990), Hilferding não formulou uma teoria do imperialismo e por isso, em geral, não utiliza o termo “imperialismo”. Opostamente, utilizou bastante termos como *política protecionista moderna*, *política colonial moderna* e *política externa do capital financeiro*. Quando Hilferding se referia ao imperialismo, sempre o citava como um conceito genérico para o militarismo e as tendências expansionistas do capitalismo (BREWER, 1990). Aliás, isto não é nenhum demérito dele. Diz Brewer (1990): “A razão por que Hilferding não construiu um conceito de imperialismo é clara; seu interesse era no desenvolvimento interno dos principais centros capitalistas, no surgimento do capital

financeiro. Este é o título do livro, é seu conceito, e ninguém pode tomar isso dele.” (BREWER, 1990, p. 107, tradução nossa).

Dessa forma, embora Kautski tenha embasado sua definição de imperialismo amplamente na obra de Hilferding, torna-se um pouco frágil na medida em que o próprio Hilferding não formulou uma teoria específica a respeito do assunto.

De fato, o próprio Bukharin (1988), apresenta uma perspectiva dúbia em relação à definição do imperialismo. Em alguns trechos de *A Economia Mundial e o Imperialismo*, nota-se que se refere ao imperialismo enquanto política e, em outros, enquanto uma fase determinada do desenvolvimento capitalista. A seguinte citação ilustra bem esse ponto: “Assim como o capitalismo [...] constitui uma época historicamente limitada, característica apenas dos últimos decênios, também o imperialismo, política do capitalismo financeiro, representa uma categoria especificamente histórica” (BUKHARIN, 1988, p. 107). Fácil a percepção de que Bukharin (1988) considerou o imperialismo com as duas perspectivas.

Lenin (2008) é o autor que mais enfatizou o imperialismo enquanto uma fase, um estágio, do desenvolvimento capitalista. Aliás, além de ser uma fase particular, trata-se da última fase do modo de produção capitalista.

Entretanto, o grande debate que agitou os círculos marxistas do começo do século XX foi em relação ao futuro do capitalismo, ou, melhor dizendo, ao imperialismo, ou o estágio do capitalismo monopolista, do capital financeiro. De certo, o militarismo e a corrida armamentista, pré Primeira Guerra Mundial, eram fenômenos vistos a olho nu. A questão era se o imperialismo faria com que os países mais avançados se digladiassem até a supressão do capitalismo ou se, ao invés da luta competitiva, se envolveriam em acordos mútuos de cooperação na exploração. Em outra perspectiva, a questão era se o capitalismo, na fase do imperialismo, atingira seu ponto máximo de desenvolvimento e contradição entre forças produtivas e relações de produção, ou se ainda possuiria margem de manobra à sua trajetória de desenvolvimento.

Sendo o imperialismo a política do capital financeiro, Kautski (2002a) questionou: “representa o imperialismo a última forma fenomênica possível da política mundial capitalista, ou ainda é possível outra?” (KAUTSKI, 2002a, p. 459). Referindo-se ao militarismo, Kautski (2002a) afirmou que a rivalidade crescente entre os países capitalistas industriais resulta na corrida armamentista, “fazendo com que a guerra mundial, há tanto tempo preconizada, seja enfim uma realidade” (KAUTSKI, 2002a, p. 460).

O problema, segundo Kautski (2002a) é que um conflito bélico representa uma ameaça para a economia capitalista. À exceção dos setores envolvidos na produção de

armamentos, a corrida armamentista prejudica o processo de acumulação e de exportação de capitais, dado o amplo custo e esforço necessário para sustentá-la. Além disso, a guerra pode, também, agravar a pressão sobre o mercado de capitais, pois as taxas de juros são forçadas a aumentar, deteriorando ainda mais a economia capitalista no pós-guerra (KAUTSKI, 1914; 2002a). Assim, ao gerar a guerra, “o imperialismo cava seu próprio túmulo e, de instrumento de desenvolvimento do capitalismo, torna-se um obstáculo” (KAUTSKI, 2002a, p. 461). Portanto, “todos os capitalistas com visão de longo prazo devem hoje gritar a seus companheiros: capitalistas de todo o mundo, uni-vos!” (KAUTSKI, 2002a, p. 460).

Kautski não considerou o imperialismo como o último mecanismo de desenvolvimento do capitalismo. Portanto, uma mudança de rumo na direção capitalista, ou seja, uma nova estratégia de acumulação se torna “possível, na medida em que o imperialismo [...] representa apenas um meio, entre muitos, para favorecer a expansão do capitalismo” (KAUTSKI, 2002a, p. 462).

Na construção de seu argumento, ele se referenciou em Marx: “Pode-se dizer do imperialismo o que Marx disse do capitalismo: o monopólio gera a concorrência e a concorrência gera o monopólio” (KAUTSKI, 2002a, p. 462). E, continuando, chega ao clímax de seu raciocínio: “E assim, agora mesmo, da guerra mundial entre as grandes potências imperialistas, *pode surgir um acordo entre os mais fortes, que ponha fim à corrida armamentista*” (KAUTSKI, 2002a, p. 462 – grifo nosso).

Assim, prossegue Kautski (2002a, p.462), “do ponto de vista puramente econômico” (p. 462), o capitalismo pode viver “uma nova fase, uma fase na qual a política dos cartéis se transfira para a política externa, uma fase de ultraimperialismo, que, naturalmente, devemos combater.” E finaliza reforçando sua ideia: “do ponto de vista puramente econômico, [...] nada impede que essa violenta explosão termine por transformar o imperialismo em uma santa aliança entre os imperialistas” (KAUTSKI, 2002a, p. 463).

Em artigo posterior, *Dois Artigos para uma Revisão*, doravante Kautski (2002b), no qual seu objetivo é polemizar com Lensch e Cunow, dois autores marxistas da época, sobre o conceito do imperialismo, Kautski trouxe novas contribuições sobre o ultraimperialismo.

Os elementos materiais que o fizeram lançar a hipótese do ultraimperialismo são precisamente descritos na seguinte citação que, embora longa, é valiosa:

A derrota do movimento protecionista na Inglaterra, a redução das tarifas na América, a tendência ao desarmamento, a rápida redução das exportações de capital da França e da Alemanha nos últimos vinte anos antes da guerra, enfim, o crescente entrelaçamento entre os vários grupos do capital financeiro induziram-me a refletir sobre a possibilidade de que a atual política imperialista seja suplantada por uma nova política, ultra-imperialista, que substitua a luta entre os capitais financeiros nacionais pela exploração comum do mundo, por parte do capital financeiro internacional unificado. Em todo caso, essa nova fase do capitalismo é imaginável. Que seja realizável, faltam ainda premissas suficientes para dizê-lo com segurança. (KAUTSKI, 2002b, p. 488).

Claramente, a possibilidade do ultraimperialismo foi colocada por Kautski, mas foi cauteloso ao afirmar que se tratava de uma tendência inevitável, pois ainda não visualizava todas as condições materiais necessárias para isto. Novamente desconsiderou o imperialismo como o último estágio de desenvolvimento do capitalismo, ao afirmar que o considerou “como um fenômeno mutável e avaliado a possibilidade de sua superação por uma modalidade diferente de política do próprio capital financeiro” (KAUTSKI, 2002b, p. 489).

Embora Kautski (2002b) considerasse o ultraimperialismo *possível*, foi prudente ao afirmar tal possibilidade. O autor afirmou que, dependendo da saída da guerra, as coisas poderiam caminhar para dois lados distintos: por um lado, “ela pode destruir completamente os frágeis germes do ultraimperialismo, exasperando o ódio nacional também entre os capitalistas das finanças, acelerando a corrida armamentista, tornando inevitável uma segunda guerra mundial” (KAUTSKI, 2002b, p. 489). Por outro lado, poder-se-ia chegar “a um entendimento entre as nações, ao desarmamento, a uma paz duradoura, podem desaparecer as causas mais graves que, antes da guerra, levavam crescentemente ao colapso moral do capitalismo” (KAUTSKI, 2002b, p. 490). Assim, “o ultraimperialismo poderá inaugurar uma nova era de esperança e expectativas no interior do capitalismo” (KAUTSKI, 2002b, p. 490).

Logo, o ultraimperialismo, para Kautski, seria a aliança entre os mais poderosos Estados industriais – na figura de uma possível federação desses Estados, que eliminariam a corrida armamentista – para eliminar as contradições do próprio imperialismo (KAUTSKI, 1914).

Bukharin e Lenin foram os autores que mais combateram a perspectiva *kautskiana* do ultraimperialismo. Para Bukharin (1988), o ultraimperialismo seria irrealizável, pois existem razões de ordem política e social que se oporiam à formação “desse truste universal” (p. 130). Para que tal fosse realizável, seria necessária “uma aproximada igualdade de posições no mercado mundial” (p. 130), para que nenhum participante mais forte que os demais tivéssemos razões para sair do acordo. Caso existisse uma assimetria, para o participante mais forte “o melhor [...] seria o prosseguimento da luta, sob o bafejo das justas

esperanças que acalenta de vencer seu concorrente” (p. 130). A homogeneidade de forças era, portanto, “a regra geral que preside à realização dos acordos. Aplicada aos trustes capitalistas nacionais [...] ela tem o mesmo valor que nos demais casos” (p. 130). Entretanto, no caso específico de acordo entre os capitais nacionais unificados, dever-se-ia levar em consideração duas condições distintas.

Uma primeira condição referiu-se à “igualdade puramente econômica” (BUKHARIN, 1988, p. 130), em se tratando do desenvolvimento das forças produtivas. Um truste capitalista nacional mais desenvolvido em termos econômicos não teria vantagem em se filiar a tal acordo, pois, por ter um aparato técnico mais sofisticado, teria vantagem em termos de custos de produção.

A segunda condição foi definida no nível de “igualdade econômico-política” (BUKHARIN, 1988, p. 131), ou seja, da associação do capital com o Estado. Nessa perspectiva, de acordo com Bukharin (1988), “se houver entre os trustes capitalistas nacionais uma sensível diferença no tocante às forças militares, o mais forte terá mais interesse em continuar a luta do que em participar de um acordo” (p. 131). Por essas razões, “somos forçados a reconhecer que não se devem esperar, num futuro mais ou menos próximo, [...] uma fusão dos trustes capitalistas nacionais e sua conversão em um único truste mundial” (BUKHARIN, 1988, p. 131).

Bukharin (1988) alertou que é necessário estudar essas condições “principalmente sob seu aspecto dinâmico” (p. 131), isto é, do que provavelmente *será*. Mesmo com essa consideração afirmou que “essa circunstância agrava ainda o estado de desequilíbrio existente” (BUKHARIN, 1988, p. 132).

Em seguida, Bukharin (1988) questionou se, realmente, a corrida armamentista e a crescente militarização prejudicam mais do que beneficiam a burguesia, ao que prosseguiu afirmando que “as vantagens que o grupo nacional da burguesia auferir da continuidade da luta alcançam um valor muito mais alto do que as perdas que dela decorrem” (p. 132). A burguesia “sabe, com perfeição, equilibrar seu ativo e seu passivo” (p. 132), isto é, não vai se embrenhar em uma insana disputa bélica sendo que o resultado seria um prejuízo para ela própria. Em tom irônico, afirmou que “a tolice pode ser um traço típico dos pacifistas ingênuos, mas não da burguesia” (BUKHARIN, 1988, p. 132).

Continuando seu argumento, Bukharin (1988) raciocinou que “o processo material do desenvolvimento econômico opera-se mediante uma batalha acirrada dos trustes capitalistas nacionais e das demais organizações econômicas. Uma sucessão de guerras torna-se inevitável” (p. 133). O autor reafirmou que, embora possível teoricamente, o

ultraimperialismo é irrealizável. Na realidade, Bukharin (1988) levantou a possibilidade de que acordos bilaterais, como, segundo ele, a unificação de Alemanha e Áustria, ou regionais, como, quiçá, da Europa central, são possíveis e, talvez, realizáveis. Entretanto, qualquer acordo ou consolidação dessa natureza “só fará reproduzir-se em nova escala a sanguinária luta atual” (p. 133). À guisa de concluir, o autor apontou a profunda conexão entre o imperialismo e o capitalismo moderno, com qual torna-se impossível esperar um acordo cooperativo entre os trustes capitalistas nacionais: “Desejar pôr fim a essa luta utilizando água benta ou meios improvisados seria a mesma coisa que atirar contra um elefante com grãos de ervilhas. Pois o imperialismo não é só um sistema intimamente ligado ao capitalismo moderno: é seu elemento essencial” (BUKHARIN, 1988, p. 133).

A impossibilidade do desarmamento foi refletida por Bukharin (1988) na seguinte passagem:

Os interesses imperialistas são em tal medida essenciais para os grupos financeiros imperialistas e ligam-se de tal forma às raízes de sua existência, que os governos não se deteriam ante enormes despesas militares tão-somente para garantir para si mesmos uma posição sólida no mercado mundial. No contexto do capitalismo, a idéia do ‘desarmamento’ torna-se assim particularmente absurda, no que concerne aos trustes capitalistas nacionais que ocupam posições avançadas no mercado mundial. (BUKHARIN, 1988, p. 133-134).

De toda forma, caso os países se unam em torno de federação dos países mais fortes, “onde estaria, pois, para um truste capitalista nacional qualquer, a garantia de que, mesmo após compromissos formais e outras garantias, um rival astucioso não recomeçaria a luta ‘interrompida’?” (BUKHARIN, 1988, p. 134).

Referindo-se implicitamente a Kautski, Bukharin (1988) asseverou: “A crença de que os trustes, essa encarnação dos monopólios, se tornariam os agentes de uma política de expansão pacífica faz parte da fantasia profundamente funesta de um utopista” (p. 135).

Bukharin (1988), concluindo seus argumentos em relação à Kautski, afirmou que a unificação dos trustes capitalistas nacionais no ultraimperialismo representaria o ponto máximo da centralização de capitais. Mas, ao afirmar mais uma vez a impossibilidade real de tal possibilidade teórica, Bukharin (1988) concluiu:

[...] dentro de sua definição capitalista, o processo de centralização choca-se fatalmente com uma tendência sócio-política que lhe é antagônica; não pode, assim, alcançar seu término lógico: aborta e finda sob uma forma não-capitalista, nova e depurada. A teoria de Kautsky não é, pois, no mínimo que seja, realista. Não interpreta o imperialismo como o satélite inelutável do capitalismo desenvolvido, mas como um dos ‘aspectos sombrios’ do desenvolvimento capitalista. [...] Sua concepção leva a dissimular as gigantescas contradições que dilaceram a sociedade moderna e é, por isso, uma concepção reformista. O traço mais característico do reformismo teórico reside em que, escrupulosamente, ele constata todos os elementos de adaptação do capitalismo sem, porém, ver suas contradições. Para um marxista conseqüente, ao contrário, o desenvolvimento capitalista, em seu conjunto, é apenas um processo de reprodução contínuo e crescente das contradições do capitalismo. (BUKHARIN, 1988, p. 135).

Para Bukharin (1988), o ponto fundamental da crítica reside em que Kautski não considera as contra-tendências da tendência teórica à centralização máxima dos capitais. O resultado, pois, da crítica de Bukharin (1988), é referir-se à hipótese kauskiana como um “quadro idílico” (p. 129), puramente utópico.

Lenin (2008) se utilizou, basicamente, da mesma linha de raciocínio de Bukharin (1988). Para ele, embora teoricamente possível, torna-se impossível do ponto de vista da realidade. A história do século XX, segundo Lenin (2008), forneceu alguns exemplos em que a aliança ultraimperialista tornou-se real. Essas alianças aconteceram, por exemplo, nas “relações entre as potências no que se refere à China¹⁵” (LENIN, 2008, p. 120).

Embora tenha acontecido e possa, esporadicamente, acontecer novamente, ele se perguntou: “E será concebível [...] pressupondo a manutenção do capitalismo [...], que as referidas alianças não sejam efêmeras, que excluam os conflitos e a luta em todas as formas imagináveis?” (LENIN, 2008, p. 120). Logo ele respondeu que não: não serão possíveis “alianças interimperialistas ou ultraimperialistas no mundo real capitalista” (p. 121), pois sob o capitalismo, “é impossível o desenvolvimento *igual* das diferentes empresas, *trusts*, ramos industriais e países” (p. 120). Desse modo, a correlação de forças sempre penderá para um lado em detrimento a outro. Para Lenin (2008), a “paz imperialista” (p. 121) precede a “guerra imperialista” (p. 121), e vice-versa (LENIN, 2008).

No prefácio à obra máxima de Bukharin, escrito após o começo da guerra, em 1915, Lenin manifestou que aconteceu o inverso do que Kautski projetara: “o capitalismo pacífico foi substituído por um imperialismo nada pacífico – pelo contrário, belicoso e catastrófico” (LENIN, 1988, p. 12).

¹⁵ Lenin (2008) está se referindo à partilha do território chinês entre as potências européias e Japão, no período após a Guerra do Ópio.

Finalizando, Lenin (1988) analisou a diferença entre a possibilidade e a potencial realidade do ultraimperialismo:

Teoricamente, pode-se imaginar uma fase desse tipo. Na prática, porém, ater-se a essa concepção seria cair no oportunismo de pretender ignorar os problemas mais graves da atualidade, para sonhar com problemas menos graves que poderiam vir a impor-se no futuro. No plano teórico, isso significa alienar-se deliberadamente para sonhar, em vez de apoiar-se sobre a evolução, tal qual no momento ela se apresenta. Sem dúvida, a evolução tende para a constituição de um truste único, mundial, abrangendo, sem exceção, todas as empresas e todos os Estados. A evolução efetua-se, porém, em tais circunstâncias e a um ritmo tal, através de tais antagonismos, conflitos e convulsões [...] que, antes de chegar-se à criação de um único truste mundial, antes da fusão 'superimperialista' universal dos capitais financeiros nacionais, o imperialismo deverá inevitavelmente estourar e transformar-se em seu contrário. (LENIN, 1988, p. 13).

Lenin (1988; 2008) e Bukharin (1988) foram os porta-vozes da crítica ao ultraimperialismo *kautskiano*. Ainda que concordassem que no plano puramente teórico uma configuração desse tipo seria possível, descartaram veementemente essa hipótese, por ser irrealizável do ponto de vista prático.

Embora seja uma discussão que aborda a configuração capitalista do começo do século XX, é inegável sua contemporaneidade. Autores recentes, utilizando termos, por vezes, diferentes, recaem num debate cuja natureza central é a discussão do ultraimperialismo.

3 INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO IMPERIALISMO

Este capítulo pretende interpretar algumas teorias contemporâneas sobre imperialismo, isto é, analisar algumas teorias marxistas sobre a interpretação do capitalismo contemporâneo. A primeira dificuldade em realizar tal interpretação consiste na escolha dos autores ou obras que seriam pertinentes. Considerando a limitação de tempo disponível para a execução deste trabalho e as implicações referentes ao grau de profundidade a que se pode chegar, a escolha dos autores foi, em alguma medida, arbitrária.

Em primeiro lugar, para se investigar os principais elementos conceituais de uma teoria contemporânea do imperialismo, é necessário que todos os autores busquem interpretar, caracterizar ou analisar o capitalismo atual. Partindo desse pressuposto, é necessário que as obras se referenciem em termos do imperialismo; seja através de uma validação, positiva ou negativa, da teoria marxista clássica do imperialismo – através da perspectiva leninista, kautskiana ou qualquer outra –, seja pela reconceituação dos principais elementos teóricos à luz das transformações pelas quais o capitalismo passou, seja através da própria negação do imperialismo e sua superação por um estágio superior. Além desses subjetivos *critérios de seleção*, os níveis de popularidade e publicação das obras, ou respaldo teórico dos pesquisadores, também foram levados em conta. Além disso, foram selecionados autores que reflitam a diversidade presente nas interpretações do capitalismo contemporâneo.

Assim, neste capítulo, a interpretação da fase atual do capitalismo será apresentada de acordo com os autores citados na introdução deste trabalho.

3.1 O FIM DO IMPERIALISMO E A EMERGÊNCIA DO IMPÉRIO EM MICHAEL HARDT E ANTONIO NEGRI

Através de uma abordagem interdisciplinar a obra *Império, de Hardt e Negri (2001)*, apresenta uma inovadora interpretação do capitalismo atual¹⁶. Com um conceito fluido, no

¹⁶ O livro foi publicado inicialmente em 2000 e no Brasil em 2001. Os autores, no prefácio, fazem questão de ressaltar que “começou a ser escrito bem depois da Guerra do Golfo Pérsico e foi concluído bem depois da guerra de Kosovo” (HARDT; NEGRI, 2001, p.17). Assim, sua construção argumentativa situa-se no correr da década de 1990 e antes, evidentemente, dos eventos de 11 de setembro de 2001. Em termos da

qual as fronteiras são flexíveis e a estrutura de poder descentralizada, Hardt e Negri (2001) ousadamente afirmam que “o imperialismo acabou” (p. 14). Para os autores o imperialismo desaparece junto com o Estado-nação e o capitalismo contemporâneo vê emergir uma nova lógica de poder: o Império (HARDT; NEGRI, 2001). Embora longa, a seguinte citação é valiosa:

A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12-13,).

O Império refere-se a um poder único, sem fronteiras, acima de qualquer potência capitalista. Trata-se da nova ordem global, pós-colonialista, cujo ponto de transição é, precisamente delimitado pelos autores, em 1968. Para Hardt e Negri (2001), depois da Guerra do Vietnã “o novo mercado mundial foi organizado: um mercado mundial que destruiu as fronteiras fixas e os processos hierárquicos dos imperialismos europeus” (p. 267). Após a “dolorosa e feroz história do primeiro período de descolonização¹⁷ abriu-se uma segunda fase na qual o exército de comando cedeu seu poder menos pelas armas pesadas dos militares e mais pelo dólar” (p. 267). Isso “foi um enorme passo adiante na construção do Império” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 267).

Outro movimento relevante de construção do Império, que passa a se estabelecer por todo o globo com o final da Guerra do Vietnã, “é definido por um processo de descentralização dos locais e dos fluxos de produção” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 267) que atinge o auge com “o movimento e a operação das [corporações] transnacionais” (p. 268). Dessa forma “por meio da descentralização de fluxos produtivos, novas economias regionais e uma nova divisão do trabalho começaram a ser determinadas. Ainda não havia ordem global, mas uma ordem estava se formando” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 268).

Para Hardt e Negri (2001), na mudança de paradigmas em direção ao novo paradigma global, imperial, um elemento importante da transição “foi o fato de que o

interdisciplinaridade desta obra, dado o escopo desta pesquisa nos concentraremos fundamentalmente em seus aspectos ligados à economia.

¹⁷ Hardt e Negri (2001) estão se referindo ao período do pós-segunda guerra mundial e da guerra do Vietnã, no qual os territórios coloniais foram dissolvidos.

mercado mundial, como estrutura de hierarquia e comando, tornou-se mais importante e decisivo em todas as zonas e regiões nas quais os velhos imperialismos tinham operado” (p. 272). De fato, “o mercado mundial começou a aparecer como a peça central de um aparelho que podia regular redes globais de circulação” (p. 272). Apesar dessa unificação, marcada por uma crescente mobilidade transversal de trabalhadores, o fato de existir um mercado mundial não implica na exclusão conceitual do Terceiro nem do Primeiro Mundo: um se insere no outro:

O Terceiro Mundo não desaparece, realmente, no processo de unificação do mercado mundial, mas entra no Primeiro, estabelece-se no seu coração como gueto, [...] favela [...]. Por sua vez, o Primeiro Mundo é transferido para o Terceiro na forma de bolsas de valores e bancos, corporações transnacionais e tristes arranha-céus de dinheiro e comando. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 274-275).

O novo paradigma imperial, na análise de Hardt e Negri (2001), torna-se necessário quando, “na década de 1970, a crise tornou-se oficial e estrutural” (p. 287) e, instigada pela Guerra do Vietnã, uma “confluência global de lutas” (p. 285) começou a minar os alicerces do período dourado do capitalismo. Assim, segundo os autores, “os mecanismos keynesianos e pseudo-imperialistas de Bretton Woods acabaram entrando em crise” (p. 286) e fizeram crescer “os custos da estabilização e do reformismo” (p. 286) nos países centrais – Estados Unidos, Europa e Japão. Ao mesmo tempo, “quando as lutas anti-imperialistas e anticapitalistas nos países subordinados começaram a minar a obtenção de superlucros” (p. 286), a arquitetura estrutural internacional ruiu. Os autores apontam que “a formação do Império é uma *resposta* ao internacionalismo proletário” (p. 70), cujo ciclo de lutas se iniciou após a revolução chinesa de 1949 e durou “até as explosões da década de 1960 em todo o mundo” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 70).

A luta de classes, então, foi o motor da constituição do Império enquanto novo paradigma. Hardt e Negri (2001) afirmam que a “construção do Império e de suas redes globais é uma resposta às diversas lutas contra as modernas máquinas de poder, e especificamente à luta de classes, ditada pelo desejo de libertação da multidão” (p. 62). Conseqüentemente, “a multidão exigiu o nascimento do Império” (p. 62). O sujeito social da transformação, portanto, ao invés do proletariado, é definido como a *multidão*: a antítese do Império (HARDT; NEGRI, 2001).

Hardt e Negri (2001) argumentam que, além do capitalismo ter-se transformado em um paradigma imperial, a própria composição do proletariado também mudou. Os autores

indicam uma natureza mais amorfa do proletariado. Segundo eles, “em termos conceituais, entendemos o proletariado como uma vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado por normas capitalistas de produção e reprodução, e a elas subjugado” (p. 71). Os autores argumentam que a figura do proletariado em termos de classe operária industrial “praticamente desapareceu” (p. 72). Hoje “a figura da força de trabalho imaterial [...] ocupa posição cada vez mais central tanto nos esquemas de produção capitalista como na composição do proletariado” (p. 72). Na emergência do Império, “o fato de estar dentro do capital e sustentar o capital é o que define o proletariado como classe” (p. 72).

Para os autores, a “cadeia lógica de representação” (p. 151) dentro do novo paradigma, está resumida a:

[...] o povo representando a multidão, a nação representando o povo, o Estado representando a nação. Cada elo é uma tentativa de manter em suspenso a crise da modernidade. [...] O elo final que explica a necessária subordinação do Estado-nação pós-colonial, entretanto, é a ordem global do capital. A hierarquia do capitalismo global que subordina os Estados-nação formalmente soberanos à sua ordem é fundamentalmente diferente dos circuitos colonialistas e imperialistas de dominação internacional. [...] O fim dos colonialismos modernos, é claro, não abriu de fato uma era de liberdade absoluta, antes submeteu-se a novas formas de mando que operam em escala global. Aqui temos um primeiro vislumbre real da transição para o Império. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 151).

O mercado mundial, segundo Hardt e Negri (2001), é um forte sintoma da constituição do Império. Ele “tende hoje a desconstruir as fronteiras do Estado-nação” (p. 168). Os autores argumentam que “num período anterior, os Estados-nação eram os atores principais da moderna organização imperialista de produção e intercâmbio global, mas para o mercado mundial eles parecem cada vez mais meros obstáculos” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 168-169)¹⁸. Dada a livre mobilidade e circulação dos fatores de produção, no futuro, citando um ex-Secretário do Trabalho dos Estados Unidos, “não haverá produtos nem tecnologias *nacionais*, ou corporações, ou indústrias. Não haverá mais economias nacionais, pelo menos como entendemos o conceito” (REICH apud HARDT; NEGRI, 2001, p. 169). É o declínio das fronteiras nacionais, a síntese da eliminação do Outro. Para os autores o mercado mundial serve “como modelo para compreender a soberania imperial” (p. 209), ou “como o diagrama do poder imperial” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 210).

¹⁸ Hilferding (1985) e Bukharin (1988) argumentam que, mesmo no mercado mundial, o Estado continua necessário ao processo de acumulação capitalista

Além disso, segundo Hardt e Negri (2001), no Império, as novas forças produtivas não têm um lugar, entretanto, porque ocupam todos os lugares, e produzem e são exploradas nesse não-lugar indefinido: “[...] O Império é o não-lugar de produção mundial, onde o trabalho é explorado” (p. 230). Os autores querem dizer que a produção e a exploração não estão mais restritas ao espaço da fábrica. Pelo contrário, essas relações de exploração “estão tendendo a ocupar todo o terreno social” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 229). Mais à frente será visto que Sakellariopoulos (2009) assume uma posição inversa: o local de produção e exploração foi e continua sendo dentro de formações sociais nacionais.

Na atualidade, segundo os autores, as grandes corporações “estruturam e articulam territórios e populações. Tendem a fazer dos Estados-nação meramente instrumentos de registro de fluxos de mercadorias, dinheiro e populações que põem em movimento” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 50). O Império, ao suprimir o imperialismo, não acabou com as relações de exploração. Pelo contrário: “hoje quase toda a humanidade é, em certa medida, absorvida pelas redes da exploração capitalista e a elas subordinada. [...] As linhas geográficas e raciais de opressão e exploração [...] aumentaram exponencialmente” (HARDT; NEGRI, p. 62). Ressalte-se que Rosa Luxemburg afirmava que quando o capitalismo chegasse a tal ponto, ele já estaria perto de seu ponto final.

Com relação ao militarismo, Hardt e Negri (2001) também desenvolvem alguns argumentos. Mesmo no plano militar, a figura do exterior, do *Outro*, também não existe mais. No Império, “a intervenção foi internalizada e universalizada” (p. 54), já que as ações ocorrem “dentro de um mundo unificado pela estrutura dominante de produção e comunicação” (p. 54). Em se tratando de intervenções que envolvem força física, “os inimigos que o Império enfrenta hoje podem representar mais uma ameaça ideológica do que um desafio militar” (p. 54). Nesse sentido, “a intervenção moral geralmente serve como primeiro ato que prepara o palco para a intervenção militar” (p. 55), sendo que os inimigos do Império “são mais frequentemente chamados de terroristas, crua redução conceptual e terminológica radicada numa mentalidade policial” (p. 56). Argumentar.

Hardt e Negri (2001) argumentam que no Império, como não há fronteiras, não existe guerra, apenas ação policial: “a história das guerras imperialistas, interimperialistas e anti-imperialistas acabou. O fim dessa história introduziu um reino de paz. [...] toda guerra imperial é uma guerra civil, uma ação policial” (p. 208-209). Assim, no sentido de Fukuyama (1992), o fim da história representa o fim da era dos grandes conflitos (HARDT; NEGRI, 2001). Em outra passagem, os autores afirmam que “devemos notar que uma ideia de paz está na base do desenvolvimento e da expansão do Império” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 186).

Mais uma vez, os autores apresentam um raciocínio semelhante ao de Kautski: o ultraimperialismo poderia representar um capitalismo pacífico.

Em termos de uma noção jurídica, um dos sintomas de que se está sob um paradigma imperial é o renovado interesse na noção de “guerra justa”, que implica na “banalização da guerra e a celebração da luta como instrumento ético” (p. 30). A guerra hoje “se tornou uma atividade justificável em si mesmo” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 30). Os autores mostram que o exercício do poder de polícia internacional foi utilizado pelos EUA pela primeira vez na Guerra do Golfo. Ela “mostrou os Estados Unidos como o único poder capaz de administrar justiça internacional [...] em nome do direito global” (p. 198). Assim, “a polícia mundial americana não age movida por interesse imperialista, mas por interesse imperial” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 199).

A legitimação da ordem imperial, para Hardt e Negri (2001), foi “desenvolvida pela produção de normas jurídicas internacionais que aumentem o poder do ator hegemônico de uma forma duradoura e legal” (p. 199). Destarte, “as grandes instituições internacionais [...] levaram à proliferação de organismos e atores que começaram a agir como se existisse uma autoridade central sancionando o direito” (p. 199). Hoje, as organizações internacionais “pediram aos Estados Unidos que assumissem o papel central numa nova ordem mundial. [...] Mesmo com relutância, as Forças Armadas dos EUA teriam de atender ao chamado em nome da paz e da ordem. Essa é, talvez, uma das características principais do Império” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 200).

Hardt e Negri (2001) ainda buscam delimitar sua teoria em relação à teoria marxista clássica do imperialismo no Capítulo 3.1 de seu livro, intitulado “Os limites do Imperialismo”, dedicado especialmente ao assunto. Segundo os autores, “por um grande período do século XX, a crítica do imperialismo esteve entre as arenas mais ativas e urgentes da teoria marxista. Muitos desses argumentos estão hoje, sem dúvida, superados, e a situação a que se referem transformou-se completamente” (p. 241). Afirmam que “um dos argumentos principais da tradição do pensamento marxista sobre o imperialismo é o de que existe uma relação intrínseca entre capitalismo e expansão, e de que a expansão capitalista inevitavelmente toma a forma política do imperialismo” (p. 241). De fato, segundo eles, “o capital não funciona dentro dos limites de um só território e de uma população fixa, mas transborda de suas fronteiras e internaliza novos espaços.” (HARDT; NEGRI, 2001, p.241-242). Citam Marx: “a tendência a criar o mercado mundial está incluída diretamente no próprio conceito de capital. Todo limite aparece como barreira a ser derrubada” (MARX apud HARDT; NEGRI, 2001, p.242). O capital possui um caráter indócil e “a expansão constante é

sua tentativa inadequada, mas necessária para matar uma sede insaciável.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 242).

Atribuindo referência a Rosa Luxemburg, Hardt e Negri (2001) discutem a questão da necessidade de um exterior na análise clássica do imperialismo. Asseguram que um dos motivos “que impelem o capital para além de suas fronteiras e apresenta a tendência para o mercado mundial” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 242) é o problema da realização, que foi sintetizado por Luxemburg como a teoria do subconsumo. Trata-se de uma barreira “definida pela relação desigual entre o trabalhador como produtor e o trabalhador como consumidor” (HARDT; NEGRI, p. 243), ou seja, como produtor o trabalhador gera mais valor do que sua capacidade de consumidor. Apesar de todas as críticas que Marx e Luxemburg sofreram, em virtude da teoria subconsumista, os autores afirmam, em nota de rodapé, que “o que Marx e Luxemburg identificaram foi uma barreira econômica que ajuda a explicar que o capital tem sido historicamente impulsionado ou induzido a expandir-se, a sair de si mesmo e incorporar novos mercados aos seus domínios” (HARDT; NEGRI, 1976, p. 472, nota n. 3).

O que ocorre é que uma parte desse valor excedente é consumida pelos capitalistas e outra parte é acumulada. “O capital, em si, demanda que capitalistas renunciem aos prazeres e se abstenham tanto quanto possível de ‘desperdiçar’ a mais-valia para seu próprio consumo” (HART; NEGRI, 2001, p. 243). Então, se nem a classe trabalhadora nem a classe capitalista consomem todo o valor gerado no processo de produção, “esse valor não pode ser realizado” (p. 243) em sua totalidade. Essa situação se agrava na medida em que há uma elevação na composição do capital, isto é, aumenta a produtividade do trabalho. “Isso quer dizer que o poder de consumo dos trabalhadores fica continuamente menor diante das mercadorias produzidas” (HART; NEGRI, 2001, p. 243).

Para o problema da realização da mais-valia, que, potencialmente, sempre pode resultar em superprodução, Hardt e Negri (2001) recordam que “a única solução efetiva é o capital olhar para fora de si mesmo e descobrir mercados não capitalistas onde permutar mercadorias e realizar seu valor. A expansão da esfera da circulação fora dos domínios capitalistas substitui a desigualdade desestabilizadora” (HART; NEGRI, 2001, p. 244).

Na análise de Luxemburg, “consumidores externos com a qualidade de não capitalistas são realmente essenciais” (LUXEMBURG apud HARDT; NEGRI, 2001, p.244), por isso, o além das fronteiras é vital para o capitalismo. Hardt e Negri (2001) afirmam que “o capital, desde o início, tende a ser um poder mundial, ou, mais exatamente, o poder mundial” (HART; NEGRI, 2001, p. 245).

Além disso, novos mercados são também necessários para o processo de capitalização. A capitalização da mais-valia realizada exige “a procura de capital constante adicional [... *que* ...] impele o capital para um imperialismo caracterizado pela pilhagem e roubo” (HART; NEGRI, 2001, p. 245). Nesse processo, o capital não necessariamente internaliza o ambiente externo. Isto é, ele pode continuar comprando ouro na África do Sul ou no Peru mesmo que esses países continuem “a funcionar por meio de relações não capitalistas” (HART; NEGRI, 2001, p. 246).

De outra forma, a incorporação de capital variável adicional, criação de proletários, “implicam um imperialismo capitalista” (HART; NEGRI, 2001, p. 246). Para criar “novos proletários entre grupos e países não capitalistas” (p. 246), necessariamente “o exterior é internalizado” (p. 246) e “o ambiente não capitalista [...] é submetido formalmente ao capital” (p. 246). Todos os segmentos não capitalistas “são integrados organicamente no corpo em expansão do capital” (p. 247). Conseqüentemente “o capital precisa buscar continuamente novas fronteiras” (p. 247). Portanto, conforme Luxemburg sustentou, “sendo a terra finita, o conflito lógico se tornará, finalmente, uma contradição real” (p. 248). Assim sendo, o objetivo central desses autores clássicos, para Hardt e Negri (2001), é “demonstrar a inevitável relação entre capitalismo e imperialismo” (p. 248): “o capital não pode se comportar de outra maneira – essa é a sua natureza. Os males do imperialismo não podem ser enfrentados a não ser pela destruição do próprio imperialismo” (HART; NEGRI, 2001, p. 248).

Com relação à obra de Lenin, Hardt e Negri (2001) pronunciam que a importância de sua obra está no fato de que “nos dá uma caixa de ferramentas, um conjunto de máquinas para a produção da subjetividade anti-imperialista” (p. 249). Lenin “adotou a hipótese de Hilferding de que o capital entrou numa nova fase de desenvolvimento internacional definida pelo monopólio, e de que isso levou a um aumento das contradições e a uma crise equiparação” (p. 249-250) das taxas de lucro. De acordo com os argumentos de Hilferding, a não equiparação das taxas de lucro solapava “a possibilidade de uma bem-sucedida mediação capitalista do desenvolvimento internacional” (HART; NEGRI, 2001, p. 249).

Segundo Hardt e Negri (2001), embora Lenin concordasse com “a tese básica de Kausky de que existe uma tendência no desenvolvimento capitalista à cooperação internacional dos diversos capitais financeiros nacionais e possivelmente à construção de um único truste mundial” (p. 250), ele “rejeitava com veemência [...] o fato de que Kautsky usava essa visão de um futuro pacífico para negar as dinâmicas da realidade atual” (p. 250). Assim, Lenin a considerava “utópica e danosa” (p. 250). No prefácio à Bukharin, Lenin denunciou seu “desejo profundamente reacionário de abrandar as contradições” da situação atual

(LENIN apud HARDT; NEGRI, 2001, p. 250). Para Lenin, “o que precisava ser evitado acima de tudo era a realização dessa tendência ao ‘ultra-imperialismo’, que aumentaria monstruosamente o poder do capital” (HART; NEGRI, 2001, p. 251).

Coerentemente com a obra de Lenin, Hardt e Negri (2001) argumentam que ele reconheceu, “nas práticas subjetivas da classe operária [...] a possibilidade existente e concreta de que essas práticas – lutas, insurreições e revoluções – destruíssem o próprio capitalismo. Nesse sentido, Lenin levou a crítica do imperialismo da teoria à prática” (p. 251).

Embora Hardt e Negri (2001) tenham utilizado a obra de Lenin de forma coerente, a partir deste ponto passam a imputar à obra do bolchevique, conclusões a que, decerto, ele não chegou. Segundo Hardt e Negri (2001), “pelo aperfeiçoamento político do conceito de imperialismo, Lenin, mais do que qualquer outro marxista, pode antever a transição para uma nova fase do capital além do imperialismo e identificar o lugar [...] da soberania imperial emergente.” (p. 252). Na realidade, Lenin não anteviu a transição para uma fase do capital pós-imperialista, pois, para ele, o imperialismo referia-se à *última* fase do capital.

Os argumentos de Hardt e Negri (2001) se balizam na suposta compreensão de Lenin de que o capital necessitava extinguir a distinção entre o dentro e o fora para prosseguir sua trajetória de acumulação. Para eles, Lenin reconheceu que, “apesar de o imperialismo e da fase de monopólio serem, de fato, expressões da expansão global do capital, as práticas imperialistas [...] tinham se tornado obstáculos ao desenvolvimento do capital” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 253). Assim, “o imperialismo, na realidade, cria uma camisa de força para o capital. [...] O capital precisa finalmente vencer o imperialismo e destruir os limites entre o interior e o exterior” (p. 253-254). Com certa prudência afirmam que “seria exagero dizer que, com base nessas intuições, a análise do imperialismo e de suas crises feita por Lenin leva diretamente à teoria do Império” (p. 254). O problema volta quando asseguram que a “alternativa implícita” (p. 254) presente na obra de Lenin é: “ou revolução comunista mundial ou Império, e há uma profunda analogia entre essas duas opções” (HART; NEGRI, 2001, p. 254).

Hardt e Negri (2001) se apoiam, não explicitamente, no marxismo clássico, especialmente em Lenin e Bukharin, ao afirmarem que o Império encontra-se em um processo de decomposição. Para Hardt e Negri (2001), “o conceito que define a soberania imperial pode ser a onicrise, ou, como preferimos, corrupção” (p. 221). Lançando mão de um uso antigo do termo, entendem por corrupção como “um processo mais geral de decomposição ou mutação, sem qualquer implicação moral” (p. 221). A corrupção, então, torna-se um processo de “de-geração” (HART; NEGRI, 2001, p. 221).

Para os autores, “afirmar que a soberania imperial é definida por corrupção significa, de um lado, que o Império é impuro ou híbrido e, de outro, que o governo imperial funciona sucumbindo” (HART; NEGRI, 2001, p. 221). Aproximam-se inclusive da forma como Lenin formula seu argumento, afirmando que “a sociedade imperial está sempre e em toda parte sucumbindo, mas isso não quer dizer que esteja necessariamente rumando para a ruína” (HART; NEGRI, 2001, p. 221). Para os autores, a corrupção é o *modus operandi* do Império: “a economia imperial, por exemplo, funciona precisamente pela corrupção, e não poderia funcionar de outra maneira” (HART; NEGRI, 2001, p. 222).

Hardt e Negri (2001) também se referem à teoria marxista clássica do imperialismo ao alegarem que “no começo do século XX, parecia que as aventuras imperialistas de acumulação capitalista logo esgotariam a natureza não capitalista e que o capital morreria de fome” (p. 291). Entretanto, até hoje, isso não aconteceu:

[...] o capitalismo está milagrosamente saudável, sua acumulação mais robusta do que nunca. Como conciliar este fato com a análise cuidadosa de numerosos autores marxistas do começo do século, que apontavam para os conflitos imperialistas como sintomas de um iminente desastre ecológico ameaçando os limites da natureza? (HART; NEGRI, 2001, p. 291).

Como o imperialismo se expandia constantemente para fora, tudo o que era considerado “fora da relação capitalista [...] era visto, da perspectiva do capital e sua expansão, como natureza” (p. 291). Assim, “a crítica do imperialismo capitalista expressava [...] uma consciência ecológica” (HART; NEGRI, p. 291)

Os autores apontam algumas abordagens que explicam a “persistente saúde do capital” (p. 291), mas o presente estudo se limitará a apenas duas. A primeira segue a lógica tradicional que diz que ainda existem “amplas oportunidades de expansão” (p. 292) ao capital em ambientes não-capitalistas. Assim, “cedo ou tarde, os recursos da natureza, que já foram abundantes, vão acabar” (HART; NEGRI, 2001, p. 292).

A outra abordagem, “que pode ser vista como um complemento” (p. 292), é que o capital subjuga cada vez mais “não ambientes não-capitalistas, mas seu próprio terreno capitalista” (p. 292). Através de um “salto qualitativo na organização tecnológica do capital” (p. 292), o processo de reprodução ampliada continua a se desenvolver, mas sua expansão é “intensiva e não extensiva” (HART; NEGRI, 2001, p. 292).

Essa é uma lógica de raciocínio que se assemelha à análise de David Harvey do novo-imperialismo, tratada a seguir.

3.2 DAVID HARVEY E A ABORDAGEM DO NOVO-IMPERIALISMO

A lógica do argumento central de Harvey (2003) é a seguinte: a crise da década de 1970 bloqueou, ou impediu o processo de reprodução ampliada do capital. O capital se encontrou diante de um dilema, no qual a solução foi utilizar-se da *acumulação por espoliação* – sua mais importante contribuição –, que, para Harvey (2003), é o outro nome dado à acumulação primitiva praticada em termos contemporâneos. Esse tipo de acumulação estimula uma série de mudanças na forma do estado, que passa a ser neoliberal. Para manter o processo de acumulação capitalista, o Estado promove práticas de imperialismo que alimentam a acumulação por espoliação. Dadas as fortes contradições desse processo atualmente, o capital encontra diante de si, algumas possibilidades. Uma delas é a exacerbação de um conflito geopolítico com dois pólos de poder antagônicos: de um lado, um pólo liderado pelos EUA, e de outro lado, um pólo constituído por China, Rússia, Alemanha e França, numa espécie de coalização eurásiana. Como o futuro do capitalismo torna-se incognoscível nessa situação, outra possibilidade é uma ampla articulação que envolvesse a criação de uma espécie de ultraimperialismo *à la* Kautski (HARVEY, 2003).

Todo esse processo ocorre como se segue.

Harvey (2003), com forte referência em Hannah Arendt¹⁹, distingue três estágios de *imperialismos burgueses*, podendo se estender a quatro. O primeiro estágio, surgido por volta do final do século XIX, que Lenin caracterizara como o último estágio de desenvolvimento capitalista, foi, segundo Arendt, “antes o primeiro estágio do domínio político da burguesia do que o último estágio do capitalismo” (ARENDDT apud HARVEY, 2003, p. 43). Significa que o imperialismo que a teoria marxista clássica estudou configura-se, para Harvey (2003) utilizando argumentos de Arendt, como o primeiro de outros três estágios de dominação sucessivos.

Nesse primeiro estágio, a partir de aproximadamente 1870, “os capitais excedentes da Europa, que o poder afirmativo da classe capitalista impedia crescente de encontrar usos internos, foram levados à força para o exterior a fim de mergulhar o mundo numa imensa onda de investimento e comércio especulativos” (HARVEY, 2003, p. 44). O autor faz referência clara ao processo de exportação de capitais como o início desse primeiro estágio capitalista.

¹⁹ ARENDT, Hannah. *Imperialism*. New York: Harcourt Brace Janovich, 1968.

Além de o imperialismo ser classificado em estágios diferentes, Harvey (2003) também o considera como formas de ações políticas dos Estados-nacionais. Dentro dessa fase, coexistiram formas distintas de *imperialismos*. Nesse período, nas palavras de Harvey (2003), “desenvolveu-se uma variedade de imperialismos burgueses fundados na nação [... e ...] também imperialismos de motivação industrial mas não burgueses no Japão e na Rússia” (p. 45). Havia a “crescente necessidade de encontrar mercados para capitais excedentes” (p. 45-46), que, através de pressões expansivas geograficamente, ampliava a contradição entre nacionalismo burguês e imperialismo (HARVEY, 2003). Assim, “o resultado geral, na tão acurada visão de Lenin, foi cinquenta anos de rivalidade e guerra interimperialistas em que nacionalismos rivais tiveram proeminência” (HARVEY, 2003, p. 46).

Para Harvey (2003), uma segunda etapa marcada por esse “domínio político da burguesia” se estendeu de 1945 a 1970. O imperialismo funcionou “sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente nos países capitalistas avançados” (p. 55). Nesse período, “a expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o ‘desenvolvimento’ como meta generalizada para o resto do mundo” (HARVEY, 2003, p. 55).

Entretanto, por volta de 1970, os múltiplos problemas do regime resultaram na “crise fiscal do Estado desenvolvimentista no interior dos Estados Unidos” (HARVEY, 2003, p. 57). Imediatamente, a resposta “foi o uso do direito de *seigniorage*²⁰ e a impressão de mais dólares” (p. 57), que eclodiu em “pressões inflacionárias mundiais” (p. 57), tendo como uma das principais consequências a “explosão da quantidade de capital ‘fictício’ em circulação” (p. 57). Tal processo culminou com o colapso da arquitetura financeira internacional balizada sob o regime de Bretton Woods (HARVEY, 2003).

Continuando com sua periodização, Harvey (2003) aponta que “surgiu então um novo tipo de sistema, em larga medida sob tutela norte-americana” (p. 58) como resposta ao fim do regime prevalecente do pós-guerra à década de 1970. Trata-se da nova hegemonia neoliberal. Para Harvey (2003), como os Estados Unidos foram ameaçados em sua liderança no campo da produção, em virtude da crise dos anos 1970, “reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças” (p. 58). Assim, “o capital financeiro²¹ passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana, tendo podido exercer certo poder disciplinar,

²⁰ Trata-se da receita a qual a autoridade monetária de um país auferir pelo fato de imprimir papel-moeda.

²¹ O autor utiliza indistintamente o termo capital financeiro ao referir-se ao capital aplicado nas finanças em geral, diferentemente da noção que Hilferding aplicou ao termo.

tanto sobre os movimentos da classe operária, como sobre as ações do Estado, em particular quando e onde o Estado assumiu dívidas de monta” (HARVEY, 2003, p. 59).

A radical reestruturação do capitalismo internacional após 1973, com a instituição de um novo regime monetário e financeiro, pode ser vista como “uma série de manobras desesperadas dos Estados Unidos no sentido de manter sua hegemonia nos assuntos econômicos mundiais contra a Europa, o Japão e, mais tarde, o Leste e o Sudeste da Ásia de modo mais geral” (HARVEY, 2003, p. 108).

As crises da dívida em vários países foram usadas “para reorganizar as relações sociais de produção internas em cada país em que ocorreram, de modo a favorecer a maior penetração dos capitais externos” (HARVEY, 2003, p. 61). Assim, “os lucros baixos nas regiões nucleares [... foram ...] suplementados pela apropriação dos lucros mais altos obtidos no exterior” (HARVEY, 2003, p. 61-62).

Ainda nesse período, continua Harvey (2003), as corporações capitalistas transnacionais “se disseminaram pelo mapa do mundo de maneiras impensáveis em fases anteriores do imperialismo” (p. 62). O autor busca distinguir o tipo de ação das corporações transnacionais da atualidade com aquelas da época do marxismo clássico, afirmando que diferentemente de hoje, “os trustes e cartéis que Lenin e Hilferding descreveram estavam todos ligados muito estreitamente a nações-Estados particulares” (HARVEY, 2003, p. 62).

No ápice desse processo, a derrocada do socialismo real com a queda da União Soviética provoca novas mudanças, para Harvey (2003). Levando em consideração as perspectivas antagônicas de Lenin e Kautski, o autor aponta que:

[...] o final da Guerra Fria removeu subitamente uma ameaça de longa data ao terreno da acumulação do capital global. A burguesia coletiva tinha de fato herdado a terra. [...] Teve-se por um breve momento a impressão de que Lenin estava errado e de que Kautsky poderia estar certo – um ultra-imperialismo baseado numa colaboração ‘pacífica’ entre todas as grandes potências capitalistas [...] era possível. (HARVEY, 2003, p. 63).

Apesar da ilusória prosperidade do regime o imperialismo neoliberal entrou em “sérias dificuldades” (HARVEY, 2003, p. 64). Esse processo culmina na crise financeira do final da década de 1990, com a falência de empresas *dot.com*. Escândalos contábeis, com o estouro da bolha especulativa, colocaram “em questão o relacionamento entre capital financeiro e produção” (p. 64). Nesse contexto, “a ameaça de uma desvalorização exagerada do capital estava pairando e, com a queda dos ativos, havia sinais tangíveis de ela já estar se realizando” (p. 64). Com o sistema em crise, o autor aponta duas possíveis alternativas: “ou se

abrem novas arenas de acumulação lucrativa do capital (como a China) ou, se isso não der certo, haverá uma nova fase de desvalorização do capital” (HARVEY, 2003, p. 64). Segundo o autor, as raízes da crise de hegemonia e domínio dos EUA “estão no emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia” (p. 65). Os violentos déficits em conta corrente financiados pelo leste asiático indicam o grau dessa distorção e instabilidade (HARVEY, 2003).

De fato, segundo Harvey (2003), por se vivenciar um período de crise, é necessário entender qual o principal mecanismo de saída da crise que a lógica capitalista encontrou. O autor observa que a permanência desse modo de produção sempre foi motivo de indagações: “a sobrevivência do capitalismo durante tão longo período, em meio a múltiplas crises e reorganizações, acompanhadas de sinistras previsões, vindas tanto da esquerda como da direita, de sua queda iminente, é um mistério que requer esclarecimento” (HARVEY, 2003, p. 77).

Diante desse fato, o marxismo clássico, na figura de Lenin e Rosa Luxemburg, entendeu que “o imperialismo [...] era a resposta do enigma” (HARVEY, 2003, p. 77), isto é, o imperialismo era o que possibilitava a sobrevivência do capitalismo. Mas, continua Harvey (2003), tratava-se de uma solução “finita e, por conseguinte, repleta de suas próprias contradições terminais” (p. 77). Portanto, ao mesmo tempo em que o imperialismo representava o mecanismo capitalista de sobrevivência, possuía limitações que o impeliam a uma rota cujo destino seria sua própria destruição.

É nesse contexto que o autor propõe sua teoria da “ordenação espaço-temporal” (HARVEY, 2003, p. 77), buscando interpretar o mecanismo capitalista de prorrogação de sua longevidade. O ponto central desse argumento “vinculava-se a uma tendência capitalista crônica, derivada teoricamente de uma reformulação da teoria da tendência de queda da taxa de lucro, de Marx, de produzir crises de sobreacumulação” (HARVEY, 2003, p. 78).

Assim, para Harvey (2003), dado o excesso de capital subutilizado, para evitar sua desvalorização – a crise –, “é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital” (p. 78). Nessa conjuntura, “a expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção” (p. 78), sem, contudo, poder se divorciar de “mudanças temporais” (p. 78), isto é, projetos de longa duração. A questão, então, é o capital se expandir tanto no espaço – através da exportação de capital para uma região não-capitalista, por exemplo – quanto no tempo – através de investimentos em projetos onde o capital fique fixado por longo tempo, tais como investimentos em educação, cujo retorno ao capital é de longo prazo (HARVEY, 2003). O autor considera gastos sociais, como investimentos em

educação, um mecanismo para absorver excedentes de capital gerados no presente. O retorno ao capital é considerado de longo prazo, pois são investimentos que podem aumentar a produtividade futura do capital. O longo prazo, portanto, é o tempo entre a aplicação do excedente no presente e seu retorno como produtividade ampliada do capital no futuro.

Através de uma nova ordenação espaço-temporal, ocorre a atenuação da “tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo” (HARVEY, 2003, p. 78). Portanto, “a lógica capitalista [...] do imperialismo tem de ser entendida, [...] contra esse pano de fundo de buscar ‘ordenações espaço-temporais’ para o problema do capital excedente” (HARVEY, 2003, p. 78). Para o autor, “‘ordenação’ espaço-temporal [...] é uma metáfora para um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica” (HARVEY, 2003, p. 99).

O problema principal, que gera conflitos imperialistas, segundo Harvey (2003), é “o que acontece a capitais excedentes gerados em economias regionais subnacionais quando não podem encontrar um emprego lucrativo em nenhuma parte do Estado” (p. 92). Quando o capitalismo encontra-se nessa situação, esse é “o cerne do problema que gera pressões em favor de práticas imperialistas no sistema interestados” (HARVEY, 2003, p. 92).

Os “processos moleculares de acumulação do capital” (HARVEY, 2003, p. 93), principalmente do capital financeiro, dada sua enorme fluidez e forte mobilidade, ensejam, “quase certamente” (p. 93), conflitos geopolíticos. Em suma, o Estado “se envolve necessariamente em lutas geopolíticas e recorre, quando pode, a práticas imperialistas” (HARVEY, 2003, p. 93).

Dentro desse esquema, o autor argumenta com um sentido próximo ao entendido pela teoria marxista clássica do imperialismo: “Se existem num dado território [...] excedentes de capital e de força de trabalho que não podem ser absorvidos internamente [...], é imperativo enviá-los a outras plagas onde possam encontrar novos terrenos para sua realização lucrativa, evitando assim que se desvalorizem” (HARVEY, 2003, p. 99).

Caso o excedente de capital esteja sob a forma de mercadorias, uma maneira de se esvaziar esse excedente é exportar as mercadorias. Mas o país receptor deve possuir dinheiro ou mercadorias comerciáveis. Caso não possua, recorre ao crédito. Assim, “transações de mercado e crédito desse gênero podem aliviar problemas de sobreacumulação num território específico, ao menos a curto prazo” (HARVEY, 2003, p. 100). O problema é que o uso intensivo a esse recurso provoca um endividamento crescente do tomador de crédito, produz muito capital fictício e “torna os territórios vulneráveis a fluxos de capitais especulativos e fictícios” (p. 100), fazendo com que haja “um processo de ‘aprisionamento’ mesmo dos países

mais pobres ao sistema de circulação do capital, para que sirvam de ‘escoadouros’ de capitais excedentes pelos quais são considerados responsáveis” (HARVEY, 2003, p. 101).

De fato, Harvey (2003) aponta que, dada a sobreacumulação em um determinado território, os excedentes de capital e trabalho “podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores” (p. 93):

[...] (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais [...] que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2003, p. 93-94).

Para Harvey (2003), a exportação de capital funciona de maneira distinta e tem “efeitos de prazo mais longo” (p. 101). Os “excedentes de capital e trabalho são enviados alhures para pôr em movimento a acumulação do capital no novo espaço regional” (p. 101). Os países receptores de capitais podem atingir um nível de acumulação de capital tal que “vão acabar por gerar excedentes e vão buscar meios de absorvê-los mediante expansões geográficas” (HARVEY, 2003, p. 102).

A partir de 1980 existe uma produção de excedente generalizada e, conseqüentemente, uma sobrecapacidade generalizada que Harvey (2003) hierarquiza da seguinte forma:

A sobrecapacidade generalizada pode ser] desdobrada num eixo econômico hegemônico (a tríade Estados Unidos, Japão e Europa) e numa série em cascata e em proliferação de ordenações espaço-temporais primordialmente nas regiões Leste e Sudeste da Ásia, porém com elementos adicionais na América Latina (em particular o Brasil, o México e o Chile), suplementada desde o final da Guerra Fria por uma série de rápidos ímpetus na direção do Leste Europeu. (Harvey, 2003, p. 103).

Nesse processo, segundo Harvey (2003), existem duas possibilidades em potencial. Na primeira delas, “novas ordenações espaço-temporais abrem-se sucessivamente e capitais excedentes são absorvidos em base episódica” (p. 103). Os fluxos de capital se dirigem de um território a outro, em um processo de certa forma cooperativo. “O sistema capitalista permanece relativamente estável como um todo, embora as partes vivenciem dificuldades periódicas” (p. 103). O segundo desfecho possível é “uma competição internacional crescentemente acirrada na medida em que múltiplos centros dinâmicos de acumulação do capital competem no cenário mundial devido a fortes correntes de sobreacumulação”

(HARVEY, 2003, p. 105). Harvey (2003) apresenta duas conjecturas muito semelhantes às que Kautski (2002b) faz no final de seu texto: potencial estabilidade, através do surgimento do ultraimperialismo, ou conflito iminente, através da intensificação da concorrência intercapitalista.

Em síntese, Harvey (2003) faz a seguinte análise da questão espaço-temporal para responder ao problema da sobreacumulação:

O quadro geral que surge, por conseguinte, é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chave (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh ao Brasil ou à China), seja usar o poder especulativo para livrar o sistema de sobreacumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis. (HARVEY, 2003, p. 112-113).

No bojo da teoria da ordenação espaço-temporal, Harvey (2003) apresenta o principal elemento do novo-imperialismo: a acumulação por espoliação, ou acumulação primitiva em termos contemporâneos. Para introduzir esse conceito, ele começa com a perspectiva subconsumista de Rosa Luxemburg.

Para Rosa Luxemburg, segundo Harvey (2003), o que gera as crises no capitalismo é o subconsumo, através de um hiato entre oferta e demanda, que pode ser revertido através do comércio do excedente com formações sociais não-capitalistas. “Se essas formações sociais [...] relutarem em comerciar, têm de ser compelidos a fazê-lo pela força das armas [...]. Esse é para ela o cerne do imperialismo” (HARVEY, 2003, p. 116).

Assim como Brewer (1990) analisou, Harvey (2003) mostra que “o hiato que Luxemburg julgava ver pode ser facilmente transposto pelo reinvestimento, que gera sua própria demanda de bens de capital e outros insumos” (p. 116-117). Harvey (2003) argumenta que, no caso das ordenações espaço-temporais, “a expansão geográfica do capitalismo que está na base de boa parte da atividade imperialista é bastante útil para a estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo alhures” (p. 117). Assim, o ímpeto geral do processo imperialista “não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos” (HARVEY, 2003, p. 117).

Para Harvey (2003), um “interessante” (p. 118) argumento de Luxemburg é que “o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo ‘fora de si mesmo’ para estabilizar-se” (p. 118). Mas, segundo o autor, e esse é um grande *insight* que ele proporciona, “o capitalismo

pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo – como a educação – que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente” (HARVEY, 2003, p. 118).

Harvey (2003) mostra que, nessa relação exterior-interior, Arendt foi a autora que explicitou o papel da acumulação primitiva no imperialismo. Ela mostra que “as depressões dos anos 1860 e 1870 na Inglaterra [...] foram o catalisador de uma nova forma de imperialismo” (p. 119), já que foi o resultado da “sobreacumulação do capital e surgimento de dinheiro ‘supérfluo’ [...] que já não podia encontrar investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais” (ARENDRT apud HARVEY, 2003, 119). Assim, como meio para escoar esses investimentos produtivos, para Arendt, encontra-se a acumulação primitiva do capital, que constitui “uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo” (HARVEY, 2003, p. 119).

Ao invés de classificar esse tipo de acumulação como primitiva ou original, Harvey (2003) utilizará o conceito acumulação por espoliação, por ser um “processo em andamento” (HARVEY, 2003, p. 121).

Para o autor, até os nossos dias, “a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão” (p. 122), cujo resultado é, muitas vezes, “deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora” (p. 122). Assim a proletarização, resultado de um processo de acumulação primitiva, não se resulta na “criação de um proletariado homogêneo” (HARVEY, 2003, p. 122).

Referindo-se às crises financeiras da década de 1990, Harvey (2003) argumenta que a “vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes” (p. 123), foi “os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro” (p. 123). Nesses momentos o capital financeiro se apropria de ativos dos países periféricos a preço baixíssimo, como contingência do próprio mecanismo da crise financeira. Além disso, desvalorização de ativos pela inflação, fraudes corporativas, desvios de fundos, valorizações fraudulentas de ações, etc, constituem a acumulação por espoliação de nossa época (HARVEY, 2003).

O problema da análise de Harvey (2003), segundo Fontes (2008a), é que a expropriação, roubo, espoliação, não é uma característica única da acumulação por espoliação ou primitiva; ela é, também, uma característica constitutiva da reprodução ampliada. Para Fontes (2008a, p. 90), “a violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a

produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais.”

A mercadificação (conversão em mercadoria) da natureza – via patenteamento de material genético de sementes, por exemplo –, de formas culturais, históricas e de criatividade intelectual, envolvem “espoliações em larga escala” (HARVEY, 2003, p. 123). A privatização de bens e serviços públicos também constituem faces do mesmo fenômeno. Alerta Harvey (2003) que “a acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais” (HARVEY, 2003, p. 124).

Mas, de toda forma, como “a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação?” (p. 124), Harvey (2003) se pergunta. Segundo o próprio, “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2003, p. 124). Nesse sentido, “o colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital” (p. 124). Do mesmo modo, como o “capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema” (HARVEY, 2003, p. 124). De fato, em ambos os casos, o capital privado em excesso ganha novo terreno de lucratividade.

Existe outra alternativa, segundo Harvey (2003), para se usar o capital excedente. Trata-se da “desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes” (p. 124). Quando isto ocorre, através de uma crise, “esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado” (p. 124). O capital, até então sobreacumulado, compra os ativos a preço de banana e o revende a um preço superior algum tempo depois, realizando um lucro nesse processo. Assim, “as crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito” (HARVEY, 2003, p. 125).

Assim sendo, para Harvey (2003), “surgem crises regionais e desvalorizações baseadas no lugar altamente localizadas como recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio ‘outro’ a partir do qual se alimentar” (p. 125). Com as crises, “valiosos ativos são tirados de circulação e desvalorizados. Ficam esvaziados e adormecidos

até que o capital excedente faça uso deles a fim de dar nova vida à acumulação do capital” (HARVEY, 2003, p. 126).

Nesse processo, Harvey (2003) argumenta que “o cordão umbilical que une a acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado” (HARVEY, 2003, p. 126).

Embora seja um fenômeno observado com mais frequência nos últimos anos, Harvey (2003) argumenta que seu crescimento em importância coincide com o início do estágio do imperialismo neoliberal, discutido acima:

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. (HARVEY, 2003, p. 129).

Importante mecanismo para essa transição foi o “surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada” (HARVEY, 2003, p. 129). De fato, continua Harvey (2003), “como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’” (HARVEY, 2003, p. 130).

Para Harvey (2003), a acumulação por espoliação “está no cerne das práticas imperialistas” (p. 144). Trata-se de um novo-imperialismo, que é a releitura do imperialismo original:

Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, ‘o pecado original do simples roubo’, que possibilitara a acumulação original do capital, ‘tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente’. Se assim é, o ‘novo-imperialismo’ mostra não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distantes. (HARVEY, 2003, p. 148).

O novo-imperialismo, portanto, na perspectiva de Harvey (2003), trata-se do *velho* imperialismo em tempo e lugar diferentes. Seu traço constituinte é a acumulação por espoliação, ou, simplesmente, a acumulação primitiva.

Além disso, Harvey (2003), entendendo o imperialismo como um conjunto de políticas de Estado, argumenta que podem existir diferentes práticas de imperialismo. Segundo ele, “Estados diferentes produzem imperialismos diferentes, como foi tão óbvio no caso dos imperialismos britânicos, francêss, holandês, belga etc. entre 1870 e 1945. Os imperialismos, tal como os impérios, apresentam diferentes contornos e formas” (HARVEY, 2003, p. 149).

Apresentada essa possibilidade teórica de termos diferentes imperialismos, Harvey (2003) mostra que o imperialismo estadunidense mudou de forma: “da modalidade neoliberal para a modalidade neoconservadora” (p. 150). O imperialismo neoliberal se constitui com a crise de sobreacumulação de 1973-1975, onde “fluxos financeiros tornaram-se os meios primários de articulação da lógica capitalista do poder” (p. 150). A partir disso, “incrementou-se igualmente a pressão por transformações adaptativas nos aparelhos de Estado” (p. 150) e, assim, veio a adoção de políticas neoliberais “em muitos Estados, liderados pelos Estados Unidos e pela Inglaterra” (p. 150). Com isto, “resultou a ascensão de formas distintivamente neoliberais de imperialismo. A acumulação por espoliação ressurgiu de sua posição secundária anterior a 1970 e veio a ser um aspecto maior da lógica capitalista” (HARVEY, 2003, p. 150).

Nessa fase, para Harvey (2003), “a abertura dos mercados globais de mercadorias e de capital criou ranhuras por onde outros Estados se inseriram na economia global, primeiro para absorver, mas depois para produzir capitais excedentes” (p. 151), com esses Estados tornando-se competitivos na economia mundial. Surgem, então, os “subimperialismos, não só na Europa, mas também no Leste da Ásia e no Sudeste Asiático” (HARVEY, 2003, p. 151).

Paralelamente, “surgiu alguma espécie de classe capitalista transnacional que não obstante se concentrava em Wall Street e outros centros, como Londres e Frankfurt, locais seguros para colocações de capital” (HARVEY, 2003, p. 151). Trata-se de “chefes executivos de multinacionais, financistas e rentistas” (p. 151). Assim, o fato de Wall Street

[...] se achar afogada em dinheiro não significava portanto que os norte-americanos fossem donos desse dinheiro. O problema de Wall Street consistia em descobrir usos lucrativos para todo o dinheiro excedente que tinha à disposição, fosse ele de norte-americanos ou de estrangeiros. (HARVEY, 2003, p. 151).

No final da década de 1990 o imperialismo neoliberal se enfraquece. A crise do *dot.com* revelou que “muito do que passava por capital financeiro era na verdade capital fictício irresgatável sustentado por escandalosas práticas contábeis e ativos totalmente

desprovidos de suporte material” (HARVEY, 2003, p. 154). Assim, o imperialismo neoliberal, mesmo antes de 11 de setembro, se “enfraquecia por dentro” (HARVEY, 2003, p. 154).

A eleição de George W. Bush deixa um grupo de neoconservadores muito próximos ao poder. Eles tentavam impor seu programa político ao governo, sendo que esse programa “diferia do neoliberal, tendo por objetivo primordial o estabelecimento da ordem e o respeito a ela, tanto internamente como no cenário mundial” (HARVEY, 2003, p. 154), com fortes princípios morais, baseados na direita cristã, na esteira desse programa. O documento em que formula essa doutrina neoconservadora é o *Project for the New American Century*, “que começou a ser implantado em 1997” (HARVEY, 2003, p. 155). Sobre o assunto, Samuel Pinheiro Guimarães, atual Ministro de Assuntos Estratégicos e ex-secretário-geral do Itamaraty afirma, em entrevista, que “a leitura da Bíblia é fundamental para entender o pensamento dos neoconservadores nos Estados Unidos” (GUIMARÃES, 2009).

Para Harvey (2003), o evento que possibilitou a legitimação desse projeto foi o 11 de setembro, que funcionou como uma espécie de Pearl Harbor. Após o ocorrido, “houve a apropriação de um momento de solidariedade social e de patriotismo para construir um nacionalismo norte-americano capaz de oferecer a base para uma forma diferente de empreendimento imperialista e de controle interno” (HARVEY, 2003, p. 156).

Para Harvey (2003), os neoconservadores “estão empenhados, ao que parece, em nada mais que um plano de total domínio do globo. Nesse mundo organizado de uma *Pax Americana*, espera-se que todos os setores possam florescer sob a proteção do capitalismo de livre mercado” (HARVEY, 2003, p. 161). No entanto, Harvey (2003) questiona se “esse projeto pode ou vai funcionar?” (HARVEY, 2003, p. 161).

Para responder a essa pergunta, o autor aponta algumas proposições. Se, por exemplo, um bloco eurasiático (principalmente que unifique China, Rússia, Alemanha e França), com apoio das Nações Unidas, for contra as ambições imperialistas estadunidenses, dificilmente seu projeto irá funcionar. Ou irá funcionar a duras penas. Isto mostra que a capacidade de liderança norte-americana via consenso “já se mostram bem diminuídas” (HARVEY, 2003, p. 161). Nessa questão, Harvey (2003) sustenta uma posição diferente da de Hardt e Negri (2001). Para Harvey (2003), a possibilidade de conflitos entre o principal líder, EUA, e outros países é maior do que a possibilidade de cooperação, ou aliança imperial.

Harvey (2003) analisa que “a continuidade da política neoliberal no nível econômico envolve [...] uma continuidade, se não um incremento, da acumulação por outros meios, isto

é, a acumulação por espoliação” (p. 167). Conjecturando sobre possíveis alternativas, Harvey (2003) argumenta que única forma de mitigar o problema global da sobreacumulação é

[...] o programa destrutivo, violento e gargantuesco do que é em essência uma forma verdadeiramente primitiva de acumulação na China que desencadeie uma taxa de crescimento econômico e de desenvolvimento infra-estrutural público capaz de absorver grande parcela do excedente de capital do mundo. [...] Se contudo funcionar, a drenagem de capitais excedentes para a China vai ser calamitosa para a economia norte-americana, que hoje se alimenta de influxos de capital para sustentar seu próprio consumo improdutivo, tanto no setor militar como no setor privado. (HARVEY, 2003, p. 167).

Entretanto, para manter a lógica atual intocada, Harvey (2003) conclui que “a única resposta possível, se bem que temporária, a esse problema dentro das regras de todo modo de produção capitalista é alguma espécie de novo ‘New Deal’ de alcance global” (p. 167), sendo que “o efeito será a volta a um imperialismo da espécie ‘New Deal’ mais benevolente, de preferência alcançado por meio do tipo de coalização de potências capitalistas que Kautsky concebeu há tanto tempo” (p. 168). Mas, “o ultra-imperialismo do gênero hoje favorecido na Europa tem contudo suas próprias conotações e consequências negativas” (p. 168). Assim, “essa forma alternativa de imperialismo coletivo dificilmente vai ser aceitável para amplas camadas da população mundial” (HARVEY, 2003, p. 168).

3.3 GOWAN, PANITCH E SHAW E O FIM DAS RIVALIDADES INTERIMPERIALISTAS

Gowan, Panitch e Shaw (2001) são autores que vão argumentar no sentido de que a globalização não instigou rivalidades interimperialistas. Argumentam que com a queda do regime soviético, os estados liberais-democráticos assumiram o discurso de que estavam prontos para cobrir ao redor do mundo os valores e regimes democrático-liberais. Assim, a liberalização e democratização provocaram a entrada em um novo tipo de ordem mundial: uma ordem mundial cosmopolita. Dentro desse contexto, a comunidade internacional, centrada nos Estados Unidos, garante a soberania individual dos países com a condição de que eles respeitem o direito básico de seus cidadãos. Caso algum estado não cumpra essa condição, os estados da comunidade internacional intervêm sob várias formas, principalmente econômicas e militares, no estado infrator (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001).

Para esses autores, com a globalização, o discurso dos estados avançados pode ser sintetizado na seguinte passagem: “estamos em um mercado global, um mercado globalizado que domina todas as economias nacionais. Então, agora cada economia nacional é subordinada para a lógica do mercado global” (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001, p. 6, tradução nossa). Entretanto, “os estados não são vítimas do processo [*de globalização*], mas agentes ativos de fazer a globalização acontecer” (p.10, tradução nossa), isto é, a globalização foi criada pelos próprios estados nacionais (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001).

Na realidade, o que está havendo na globalização é uma “reestruturação dos estados [...] em relação ao rápido movimento dos capitais; uma mudança no equilíbrio das forças de classes transnacionalmente em relação ao capital financeiro; a maior orientação de cada estado-nação do mundo em direção ao comércio exterior” (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001, p. 10, tradução nossa). Isto se traduz em uma mudança na hierarquia do aparelho estatal, com os setores do estado mais associados com o capital internacional – tesouro, banco central, etc – ganhando mais força em relação a outros setores (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001).

A raiz de toda essa mudança histórica que está ocorrendo no final do século XX e começo do século XXI, segundo os autores, remonta às transformações que começam em Nova York no final dos anos 1960 e começo dos 70, com o início do processo de desregulamentação financeira (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001).

Em se tratando da aplicação do termo *imperialismo*, os autores julgam perigoso utilizá-lo hoje em dia. Para eles, o termo imperialismo refere-se a uma velha ideia, derivada do marxismo do começo do século XX, que fornece a intuição da rivalidade interimperialista. Trata-se de um conceito perigoso, pois não entende que a burguesia ou estados europeus “tenham um projeto de desafiar o império Americano” (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001, p. 17, tradução nossa), isto é, não existe uma rivalidade interimperialista. Esse raciocínio se baseia no fato de que com a queda da URSS em 1989, não houve um acirramento militar entre as potências ocidentais como alguns esperavam. De fato, existem divergências de interesses, mas elas não são de um tipo que guiaria para rivalidades militares como as que existiam entre os imperialismos antes de 1945. Mesmo a competição econômica entre os capitais americanos, europeus e japoneses não se reflete em conflitos militares. Ao invés disso, presenciamos o “desenvolvimento de cooperação militar dentro do ocidente, e o desenvolvimento de uma estrutura econômica mundial comum e intensificação da integração institucional, especialmente dentro da Europa” (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001, p. 21, tradução nossa). Ao mesmo tempo, esse bloco “teve parcialmente colocado força [...] para

legitimar instituições das Nações Unidas, e legitimar instituições da ordem global, para seus próprios propósitos” (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001, p. 21, tradução nossa). Assim, “existe um conjunto de simbioses entre o poder ocidental e as instituições globais” (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001, p. 21, tradução nossa) que, conjugado com o desenvolvimento de um “conglomerado global-ocidental de poder estatal, uma complexa integração dos aparatos estatais nacionais e transnacionais” (GOWAN; PANITCH; SHAW, 2001, p. 21, tradução nossa), impossibilita a clássica rivalidade interimperialista. Um problema da interpretação dos autores é que eles não consideram que a não ocorrência de um conflito militar aberto pode ser decorrência da forte superioridade militar estadunidense.

3.4 ROBERT WENT, GLOBALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NO IMPERIALISMO DE LENIN

Went (2002-2003) mostra que a combinação de livre mercado e livre movimentação de capitais é a principal característica da globalização econômica. Por essas características também serem o fundamental do período anterior à primeira guerra mundial, aparentemente poder-se-ia argumentar que se está vivenciando um retorno àquele período (WENT, 2002-2003). De fato, como Eichengreen (1996) expõe, o grau de mobilidade internacional do capital durante o século XX apresenta um padrão em *U*. Por isso, assim como a crítica do imperialismo foi um eixo central nos debates marxistas daquela época, hoje se torna necessário revalidar essa teoria.

Para Went (2002-2003), a globalização vem provocando diversas transformações infra-estruturais com importantes consequências para a organização e funcionamento da economia mundial. Mas, ao mesmo tempo, ainda se está longe de uma economia verdadeiramente, ou puramente, globalizada (WENT, 2002-2003). Por isso – dialogando com autores que afirmam que a globalização é uma verdadeira revolução que está destruindo os estados-nacionais e com autores que afirmam que a globalização não é nenhuma novidade e que o mundo do final do século XIX era tão internacionalizado quando hoje – a opinião do autor é a de que “a globalização é muitas vezes exagerada, mas não é um mito.” (WENT, 2002-2003, p. 474, tradução nossa).

O autor elenca os quatro importantes elementos da globalização contemporânea:

- Aumento no número de mercados realmente integrados globalmente para

produtos e comércio, e especialmente para a finança;

- Grandes corporações podem “planejar e organizar a concepção, produção, e distribuição de seus produtos e serviços [...] globalmente” (WENT, 2002-2003, p. 475, tradução nossa);
- “Aumento nos problemas de governança e regulação em nível global” (WENT, 2002-2003, p. 475, tradução nossa), com organizações supranacionais e regionais assumindo importância cada vez maior em detrimento aos estados-nacionais;
- Globalização de políticas macroeconômicas com a hegemonia dos paradigmas neoclássicos e monetaristas.

Todos esses aspectos coincidem com a livre movimentação de capitais e de mercadorias (WENT, 2002-2003).

Went (2002-2003) argumenta que, assim como no passado economistas clássicos, como Mills, Torrens e Wakefield, defenderam a colonização como um mecanismo para aumentar o padrão de vida para todas as pessoas, tanto na metrópole quanto na colônia, hoje “livre comércio e livre movimento de capitais são supostos levar a uma alocação ótima de capital, bens e serviços, e, portanto, levar a uma melhor vida para todos” (WENT, 2002-2003, p. 484, tradução nossa). Portanto, o mesmo discurso que legitimava o imperialismo na transição dos séculos XIX e XX, legitima o imperialismo na transição dos séculos XX e XXI.

Entretanto, estudos empíricos mostram que os benefícios não atingiram a maioria da população. Rubens Ricupero, secretário-geral da UNCTAD em 1997 fez o seguinte testemunho:

[...] desde o começo dos anos 1980 a economia mundial tem sido caracterizada pela crescente desigualdade e baixo crescimento. [...] O capital tem ganhado em comparação com o trabalho, e distribuição de lucros tem aumentado em todos os lugares. [...] Uma nova classe rentista tem emergido ao redor do mundo com a substancial expansão dos fluxos de capital internacional e o grande aumento das taxas de juros. (UNCTAD, 1997 apud WENT, 2002-2003, p. 485).

Went (2002-2003), em nota de rodapé, mostra que além de não existirem evidências empíricas, não existem, também, argumentos teóricos que sustentam a tese da necessidade de livre-comércio com livre mobilidade do capital: “hoje é geralmente esquecido que Ricardo já argumentou que a imobilidade do capital é uma condição necessária para seu teorema das vantagens comparativas funcionar” (WENT, 2002-2003, p. 485, tradução nossa).

Portanto, hoje, como não existem evidências empíricas ou teóricas, “o principal fator [para explicar a hegemonia da dupla livre-comércio e livre mobilidade de capitais] pode ser

sumarizado como uma mudança global nas relações de forças entre capital e trabalho desde o fim da década de 1970” (WENT, 2002-2003, p. 488, tradução nossa). Coerentemente, o autor introduz o plano da luta de classes na determinação dos principais traços da globalização.

Comparando-se à globalização do período do marxismo clássico, a “promoção atual do livre-comércio e livres fluxos de capitais, dois importantes braços econômicos do imperialismo assim como no começo do último século, não são evidências para o argumento de que a globalização contemporânea é apenas uma repetição daquele período anterior do capitalismo” (WENT, 2002-2003, p. 488-489, tradução nossa).

Portanto, continua Went (2002-2003), apesar de muitos elementos da definição do imperialismo de Lenin²² ainda serem válidos hoje, é preciso que se realizem três mudanças na definição leninista do imperialismo.

Em primeiro lugar, hoje em dia, a exportação / importação de capitais é muito mais forte entre os países imperialistas do que entre países imperialistas e não-imperialistas (WENT, 2002-2003). Dados de Chesnais (1996) indicam que 80% das transações internacionais de capitais são realizadas dentro da tríade EUA-Europa-Japão. Assim, “ao invés dos cartéis nacionais que competiram para dividir o mercado mundial como no começo do século, agora vê-se todos os tipos de investimentos internacionais, alianças e estratégias pelas multinacionais que estão competindo e cooperando nos países desenvolvidos e em desenvolvimento” (WENT, 2002-2003, p. 490, tradução nossa). Consequentemente, as rivalidades entre países imperialistas são muito mais fortes no plano econômico do que no plano militar (WENT, 2002-2003).

Uma segunda diferença, continua Went (2002-2003), refere-se ao papel e estrutura do capital financeiro de hoje. O sistema financeiro dominado por grandes bancos nacionais visto por Hilferding (1984) e Lenin (2008) se transformou em um sistema financeiro integrado mundialmente, “onde normas globais para lucratividade são fixadas” (WENT, 2002-2003, p. 490, tradução nossa). Além disso, a dependência com o crédito bancário está menor relativamente ao passado, já que as firmas industriais têm maiores acessos a mecanismos de financiamento via emissão de títulos, tais quais *debêntures* ou *commercial papers*, ou ações.

Por fim, Went (2002-2003) argumenta que a terceira diferença tem caráter político. Os países dominantes não colonizam os países atrasados através de força militar, mas com

²² O autor está se referindo àquela definição clássica, onde Lenin apresenta os cinco traços constituintes do imperialismo.

uma combinação de democracia e economia de mercado, através da reestruturação neoliberal (WENT, 2002-2003). Essa mudança é apenas nos meios e não nos fins, que foi e continua a ser a “defesa dos privilégios das elites do Norte e de suas contra-partes no Sul em um sistema mundial fortemente estratificado” (WENT, 2002-2003, p. 492, tradução nossa).

Em síntese, apesar do período atual se assemelhar ao período do final do século XIX e começo do XX, não se trata de uma repetição:

A economia mundial de hoje é caracterizada por um crescente número de ligações transnacionais entre os capitais de diferentes países, um nível maior de internacionalização do capital, um sistema financeiro integrado mundialmente, e um maior papel para organização internacionais coordenar e regular políticas econômicas. A idéia que o estado-nação desaparecerá num futuro próximo é, entretanto, equivocada: estados não estão afundando, mas se transformando. Existem fortes conflitos de interesses, mas estes são expressos principalmente em termos econômicos [...] entre as principais potências capitalistas. Onde isto nos levará no futuro é incerto: três modelos – um estado transnacional, dominância dos EUA, e continuação da competição entre os blocos – são, no momento, igualmente, (im)prováveis. (WENT, 2002-2003, p. 493-494, tradução nossa).

O autor, portanto, parte das dissimilaridades entre o contexto econômico-político dos dois períodos para mostrar as diferenças entre o imperialismo de então e o imperialismo de agora. Ao reconstruir, com base nas características do capitalismo de hoje, a definição básica do imperialismo de Lenin, Went (2002-2003) reafirma a existência do imperialismo, com algumas reconfigurações internas.

3.5 SAKELLAROPOULOS, A ATUALIDADE DO IMPERIALISMO E A IMPORTÂNCIA DOS ESTADOS-NACIONAIS

O marxista grego Sakellariopoulos (2009) se aproxima teoricamente de Went (2002-2003) e reafirma a noção leninista de imperialismo. Para ele, a cadeia imperialista global inter-relaciona de forma desigual as várias formações sociais nacionais, que são os espaços dentro dos quais o modo capitalista de produção é reproduzido²³. Assim, a globalização

²³ Deve-se entender que formação social corresponde a uma específica instituição social geograficamente definida, que consiste de uma estrutura econômica, uma estrutura ideológica e uma estrutura político-jurídica; onde podem coexistir diferentes modos de produção (SAKELLAROPOULOS, 2009). No entanto, para Bottomore (2001), Marx raramente usou essa expressão e, quando o fez, foi quando se referia à sociedade (BOTTOMORE, 2001). Em relação ao conceito “modo de produção”, Sakellariopoulos (2009) o define como

amplia a hegemonia dos países mais avançados e de suas respectivas burguesias nacionais, com a burguesia estadunidense assumindo a posição de liderança. Assim, para o autor, não faz sentido falar em uma classe capitalista transnacional e no fim do imperialismo. Sua posição é que os elementos fundamentais da estrutura social, desde a era de Lenin, não se alterou (SAKELLAROPOULOS, 2009).

O autor busca fazer a diferenciação entre globalização e imperialismo. Para Sakellaropoulos (2009), a adoção do termo globalização marca “uma supressão de questões como o desenvolvimento histórico das relações de exploração dentro do sistema capitalista e o papel específico do imperialismo como um parâmetro teórico e histórico na interpretação dos desenvolvimentos.” (SAKELLAROPOULOS, 2009, p. 59, tradução nossa).

O autor alerta que dentro do marxismo, duas posições são as mais usuais: aqueles que consideram a globalização uma realidade, pois ela criou uma burguesia transnacional e aqueles que insistem na importância analítica e teórica do imperialismo. Entretanto, sua posição é a de que “uma renovação genuína da crítica do imperialismo necessita uma negação teórica da noção de globalização” (SAKELLAROPOULOS, 2002-2003, p. 59, tradução nossa). O autor argumenta que qualquer posição que reafirme a noção de globalização, se aproxima com o esquema analítico do ultraimperialismo desenvolvido por Kautski (SAKELLAROPOULOS, 2009).

Sakellaropoulos (2009) reafirma sua posição quando argumenta que “o modo capitalista de produção é reproduzido dentro de formações sociais nacionais, as quais são ligadas como parceiros desiguais na cadeia imperialista” (p. 60, tradução nossa).

Portanto, para Sakellaropoulos (2009) – seguindo a definição de imperialismo enquanto o segundo e último estágio de desenvolvimento do capitalismo – como algumas mudanças ocorreram dentro desse estágio, é possível falar em duas fases do estágio monopolista/imperialista do capitalismo: fase 1, do final do século XIX até 1973, quando estoura a primeira crise do petróleo; fase 2, de 1973 em diante. Assim, o capitalismo contemporâneo vive na fase moderna do imperialismo (SAKELLAROPOULOS, 2009).

Em síntese, Sakellaropoulos (2009) periodiza o capitalismo da seguinte forma: dois estágios distintos, o estágio liberal e o estágio monopolista, sendo que o último estágio se

uma combinação de determinadas forças produtivas e relações de produção, movidas por contradições inerentes às relações sociais. Todo modo de produção possui uma forma esférica, constituído por uma estrutura econômica, outra político-jurídica e outra ideológica. Além disso, todo modo de produção pode ser dividido em estágios, que, por sua vez, podem ser divididos em fases.

divide em duas fases: a fase da reprodução ampliada do imperialismo e a fase de esforço de saída da crise e reestruturação capitalista.

O estágio liberal do capitalismo possui como características básicas “a extensão do modo de produção capitalista, a liberalização comercial, a criação do estado burguês e a elaboração da ideologia burguesa” (SAKELLAROPOULOS, 2009, p. 64, tradução nossa). No plano econômico, aparecem as primeiras manifestações da subordinação real do trabalho (SAKELLAROPOULOS, 2009).

Sakellarpoulos (2009) argumenta que esse estágio de desenvolvimento inicial do capitalismo foi substituído pelo estágio monopolista. Nesse estágio, incide importante desenvolvimento tecnológico, com uso da eletricidade, combustão interna e indústria química. Os processos de concentração e centralização dos capitais são intensificados e, no plano supranacional, há a continuação do processo de internacionalização do investimento, mercadorias e do capital monetário. Esses desenvolvimentos aguçam a competição entre os capitais e, conseqüentemente, os conflitos intrainperialistas.

Sakellarpoulos (2009) mostra que o estágio monopolista também foi chamado por Lenin de estágio imperialista. O autor argumenta que “a emergência de certos pré-requisitos quantitativos e qualitativos facilitaram a constituição da infraestrutura sob a qual a superestrutura do imperialismo foi erguida” (p. 65, tradução nossa). À semelhança da definição leninista do imperialismo, o autor afirma que essas características foram:

- Centralização dos capitais;
- Fusão do capital bancário e industrial e formação do capital financeiro;
- Crescimento da exportação de capitais;
- Criação de multinacionais;
- Divisão do mundo entre as potências capitalistas.

A partir desses pré-requisitos, a incorporação nas cadeias imperialistas surge como resultado de pressões econômicas, geopolíticas e militares, de um Estado sobre outro. Assim, a formação da cadeia imperialista é resultado da virtude de cada país nos elementos mencionados acima, no qual todos os países capitalistas participam. De fato, o que parece ser decisivo nas relações entre os países na cadeia, isto é, na posição em que cada Estado se encontra dentro da cadeia imperialista, é o desenvolvimento capitalista desigual de cada um deles (SAKELLAROPOULOS, 2009).

O autor divide esse estágio em duas fases distintas. A primeira, que, para o escopo deste trabalho é menos interessante, começa quando a Primeira Guerra Mundial se encerra e

vai até a crise de sobre-acumulação de 1973. Na sequência, inicia-se a segunda fase do estágio imperialista, que é mais interessante a este estudo.

Para Sakellaropoulos (2009), o elemento básico dessa fase “é o esforço para criar contra-tendências à tendência decrescente da taxa de lucro e encontrar uma solução para a crise de sobre-acumulação” (p. 68, tradução nossa). A estratégia inicial foi a adoção de políticas anticíclicas. Entretanto, a crise do petróleo de 1979 revelou os limites dessa política. As políticas que vieram na sequência foram as chamadas neoliberais, cujo elemento básico foi a implementação irrestrita de políticas de racionalização (SAKELLAROPOULOS, 2009).

Para Sakellaropoulos (2009), a estratégia adotada nos anos 1980 foi de reestruturação capitalista, já que em 1982 as taxas de lucros atingiram nível baixíssimo: 57% da média do período 1956-1965. As direções básicas dessa reestruturação foram: políticas de austeridade, mudanças nas relações trabalhistas com flexibilização total do processo de trabalho, transformações nos processos produtivos e piora nas condições de negociação para a população trabalhadora (SAKELLAROPOULOS, 2009).

Além das mudanças observadas dentro das formações sociais, a transição para a segunda fase do estágio monopolista implica em mudanças que podem ser observadas, também, na cadeia imperialista, mas essas transformações só podem ser entendidas no contexto do fim da guerra fria e da URSS (SAKELLAROPOULOS, 2009).

O primeiro ponto a se considerar é a crescente internacionalização das economias, que nasce dos crescentes fluxos de capital financeiro e exportação de capital e mercadorias. Esse movimento foi um resultado direto da crise de sobre-acumulação, e da necessidade do capital investir onde maiores níveis de lucro poderiam ser atingidos. Assim, cresce a massa de comércio e investimento internacionais. Além disso, na impossibilidade de encontrar uma saída definitiva para a crise de sobre-acumulação, frações do capital se dirigem para a esfera financeira, “onde eles julgam que os máximos retornos vão estar assegurados” (p. 71, tradução nossa). Dentro dessa perspectiva, movimentos de saída de capital “funcionam como um mecanismo para transferência de pressões de um elo da cadeia imperialista para outro” (p. 71, tradução nossa), porque qualquer movimento, mesmo em perspectiva, de saída de capitais, obriga as prioridades do país importador de capital se adequarem aos interesses dos países imperialistas mais poderosos – aqueles que têm maior massa de capital na circulação financeira (SAKELLAROPOULOS, 2009).

Nesse contexto, existe uma tendência crescente à integração supranacional e maior presença internacional do estado. Mas hoje isto não pode ser visto como o embrião de um mecanismo estatal uniforme a nível mundial. Pelo contrário, trata-se de um mecanismo com o

qual os estados envolvidos buscam assumir vantagens na dinâmica da acumulação capitalista e na necessidade de assumir um suporte político e institucional para que o capital possa transpor as fronteiras nacionais “com o objetivo de reverter a tendência declinante da taxa de lucro” (SAKELLAROPOULOS, 2009, p. 71, tradução nossa).

Sakellaropoulos (2009) interroga se todos os movimentos recentes de integração internacional se coagulam na direção de um estado transnacional e ele próprio responde que não, pois o estado foi constituído para garantir o interesse de classe da burguesia. Por isso, “no momento em que a burguesia nacional julgar que o processo de internacionalização não é de seu interesse, o estado deixará de ser internacionalizado” (SAKELLAROPOULOS, 2009, p. 72, tradução nossa).

Referindo-se às intervenções militares, o autor estabelece o seguinte raciocínio: nas últimas décadas as intervenções têm sido pontuais, mas a escolha das áreas a serem *ocupadas* não é acidental. Pelo contrário, tratam-se de decisões calculadas para atingir formações sociais instáveis que, no julgamento dos países agressores, podem potencialmente prejudicar os interesses dos países que estão em posição hegemônica na cadeia imperialista. Assim, o militarismo serve para manter a hierarquia imperialista global intocada (SAKELLAROPOULOS, 2009).

Teoricamente, Sakellaropoulos (2009) argumenta que, “globalização e imperialismo não podem coexistir em um modelo teórico coerente. A prova é que se não existe um capital global (um bloco de poder capitalista global) nem um proletariado global, então não existe globalização no estrito senso de um sistema global unificado de relações sociais” (p. 73, tradução nossa). É verdade que o capital é governado por uma tendência que o impele a não conhecer fronteiras. Entretanto, é apenas o capital; não o modo de produção capitalista, que se configura como uma “abstração teórica complexa de práticas econômicas, políticas e ideológicas, estruturas e instituições que tornam possíveis a reprodução das relações sociais capitalistas” (p. 73, tradução nossa). A reprodução dessas relações ocorre dentro de formações sociais específicas, no qual o estado-nacional foi a forma mais efetiva de se garantir essa reprodução.

Na realidade, a problemática da globalização aponta para a velha questão de Kautski sobre o ultraimperialismo. Com essa hipótese, Kautski excluiu a guerra como um recurso para solucionar diferenças interimperialistas. Atualmente, “a questão é que a retórica da globalização parece excluir a possibilidade de novas guerras entre os estados imperialistas chave, dado que as forças de mercado, acima e por trás dos estados, estão guiando o processo de globalização” (SAKELLAROPOULOS, 2009, p. 74, tradução nossa). Entretanto,

Sakellaropoulos (2009) não exclui a possibilidade da guerra. Mesmo com os elementos empíricos da ausência de conflitos interimperialistas desde 1945, “o elemento básico oriundo da dinâmica da cadeia imperialista é o *antagonismo* entre formações nacionais com o *potencial* de encontrar expressão em guerra” (p. 74, tradução nossa).

Para concluir, o autor aponta a conexão entre os Estados Unidos e o crescente papel do capital financeiro. É indiscutível que, hoje, a quantidade de capital que se direciona ao setor financeiro é muito maior do que no passado. Isso não é derivada da globalização não existente: isso representa um movimento consciente da burguesia e do estado norte-americano. A “desregulação dos fluxos de capital em conjunção com a supremacia do dólar como moeda internacional garante aos Estados Unidos continuar a se endividar em grandes quantidades de dinheiro todo ano. Os poderes políticos e militares dos EUA torna possível a eles ignorarem os acordos de sanções das instituições internacionais. O papel global do dólar garante aos americanos a possibilidade de adquirir direitos por seu uso, para pagar a (grande) dívida pública dos EUA através da emissão de dólares pelo seu banco central” (SAKELLAROPOULOS, 2009, p. 75, tradução nossa).

Assim, para Sakellaropoulos (2009), a supremacia da esfera financeira não significa o advento de um novo tipo de acumulação. Pelo contrário, trata-se de um movimento no qual o setor industrial, em resposta à queda da lucratividade, garante um retorno maior à seu capital ao investi-lo na esfera financeira.

Finalizando, o autor afirma que os cinco elementos básicos do imperialismo (formação dos monopólios, criação do capital financeiro, superioridade da exportação de capital, formação de empresas multinacionais, divisão do mundo entre os estados mais poderosos) permanece em sua importância na atualidade e que “as características do capitalismo moderno são diretamente derivadas dos elementos básicos do imperialismo” (SAKELLAROPOULOS, 2009 p. 76, tradução nossa).

A cadeia imperialista, na qual todos os estados capitalistas se inserem hoje, foi criada pela divisão do mundo em esferas de influência pelos estados mais desenvolvidos no imperialismo do começo do século XX.

3.6 DUMÉNIL E LÉVY E O NEO-IMPERIALISMO

Os franceses Gérard Duménil e Dominique Lévy são autores de relevantes trabalhos cujo foco é a interpretação do capitalismo atual. Em Duménil e Lévy (2007), a configuração contemporânea do capitalismo – o neoliberalismo – é uma nova fase do modo de produção. Convém destacar que, diferentemente de Sakellariopoulos (2009), Duménil e Lévy (2007) não fazem distinção teórica entre *fase* e *estágio* já que ao longo do texto utilizam como sinônimo os dois termos. Os autores argumentam que a posição chave que os Estados Unidos assumem no processo assimétrico mundial, possibilita a extração de fluxos líquidos de renda do resto do mundo, sob a forma de juros, dividendos e lucros retidos por empresas transnacionais. Isto ocorre por dois movimentos: os EUA possuem mais ativos no resto do mundo do que vice-versa e a lucratividade dos ativos dos EUA no resto do mundo é superior à lucratividade dos ativos do resto do mundo nos EUA. Embora corrobore o argumento central da teoria clássica do imperialismo em relação à exportação de capitais, sua interpretação possui pontos de profunda divergência, que trataremos no próximo capítulo (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

Para os autores, o neoliberalismo começa na transição das décadas de 1970 e 1980, cujo marco foi o chamado “golpe de 1979” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 1), com a elevação unilateral das taxas de juros do *Federal Reserve* por Paul Volcker. O neoliberalismo é definido como “uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso” (p. 1), marcado por uma hegemonia financeira, tal qual no começo do século XX nos Estados Unidos.

Duménil e Lévy (2003) mostram que tanto a fase contemporânea do capitalismo quanto a fase do começo do século XX possuem profundas semelhanças. Segundo os autores, são dois períodos em que o capitalismo passa por uma mudança de curso em seu desenvolvimento, sendo que, em ambos os períodos, “a mudança foi comandada por crises estruturais” (p. 26): Europa e Estados Unidos passaram por crises estruturais entre os anos 1880 e 1890; assim como no correr da década de 1970 e começo da década de 1980 (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

Para os autores, as formas de manifestação da crise estrutural dos anos 1970 e começo dos anos 1980 foram: “baixo investimento e fraco crescimento, desemprego, inflação, redução no ritmo do progresso técnico, lentidão da progressão do salário, diminuição da rentabilidade do capital” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 15). Além disso, a causa fundamental

desse processo, e, principalmente, do aumento da onda de desemprego nos principais países capitalistas, “foi a diminuição da acumulação do capital (do investimento) e do crescimento da produção” (p. 18), resultado da redução da rentabilidade do capital (taxa de lucro). A partir de metade da década de 1980 essa trajetória se inverte e a taxa de lucro assume uma trajetória crescente, com efeitos em potencial sob investimento e emprego, resultado da retomada do crescimento da produtividade do capital e o crescimento da produtividade do trabalho superior ao crescimento do salário real. A eficiência crescente na utilização do capital deve-se às inovações de ordem *técnico-organizacional* (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

No bojo desse processo, a gestão das firmas se orienta em direção aos interesses dos acionistas. As cotações das Bolsas assumem recuperações vigorosas a partir de 1983, com uma verdadeira explosão na segunda metade dos anos 1990, dando origem a um movimento de bolha (DUMÉNIL; LÉVY, 2003). Nesse sentido, “uma modificação profunda na repartição das rendas (juros e dividendos) se produziu em benefício do capital (cujas rendas haviam sido fortemente reduzidas durante a crise)” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 25).

Com relação ao período posterior à crise estrutural dos anos 1890, os autores argumentam que, nos Estados Unidos, houve “uma transformação das instituições do capitalismo portadora de uma revolução da *técnica* e da *organização* das empresas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 26). Veem-se emergir gigantescas corporações com processo produtivo mecanizado e uma revolução na gestão. Nesse processo, a mudança no modelo de propriedade foi o catalisador dessas transformações, com a formação das grandes sociedades anônimas: “foi esta revolução da gestão, sempre num sentido muito geral, que permitiu a inversão da tendência da taxa de lucro – isto é, seu aumento ao invés de sua diminuição – apesar de uma taxa de crescimento do salário real mais elevada” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 28).

Destarte, para Duménil e Lévy (2003), o ponto de convergência entre os dois períodos foi a transformação técnico-organizacional. Na perspectiva das ondas longas, os autores argumentam que “esse paralelo entre as duas grandes crises e as tendências que as precederam, bem como entre os dois períodos que as sucederam, desenha um perfil histórico que indica uma onda (muito) longa” (p. 29). Duménil e Lévy (2003) destacam que “as duas saídas de crise estrutural coincidiram com períodos de hegemonia da finança” (p. 31).

No interregno de algumas décadas entre esses dois períodos, tivemos um período marcado pela não-hegemonia da finança, denominado compromisso keynesiano, como uma resposta à crise da hegemonia das finanças em 1929 (DUMÉNIL; LÉVY, 2003). Vê-se que durante esse período de não-hegemonia da finança, a riqueza foi desconcentrada: reduziu a

parcela da riqueza total da sociedade nas mãos da camada 1% mais rica da população – de 30% da riqueza total no período do pós-guerra até 1970 para 22% durante a década de 1970. Por isso os autores argumentam que o neoliberalismo foi a saída para restabelecer a riqueza e o poder dos ultrarricos, cujo principal mecanismo foi a retomada da hegemonia das finanças a partir do *golpe de 1979*.

Duménil e Lévy (2007) discutiram as características fundamentais do neoliberalismo a partir de três traços fundamentais: 1) a afirmação de tendências de tecnologia e distribuição mais favoráveis às empresas; 2) novos fluxos de rendas em favor dos mais ricos e 3) a nova governança das corporações transferiu lucros às camadas mais ricas e prejudicou a acumulação do capital.

Em relação ao primeiro ponto, o elemento fundamental foi o restabelecimento de uma trajetória ascendente para a taxa de lucro²⁴, como mostra a Figura 2.

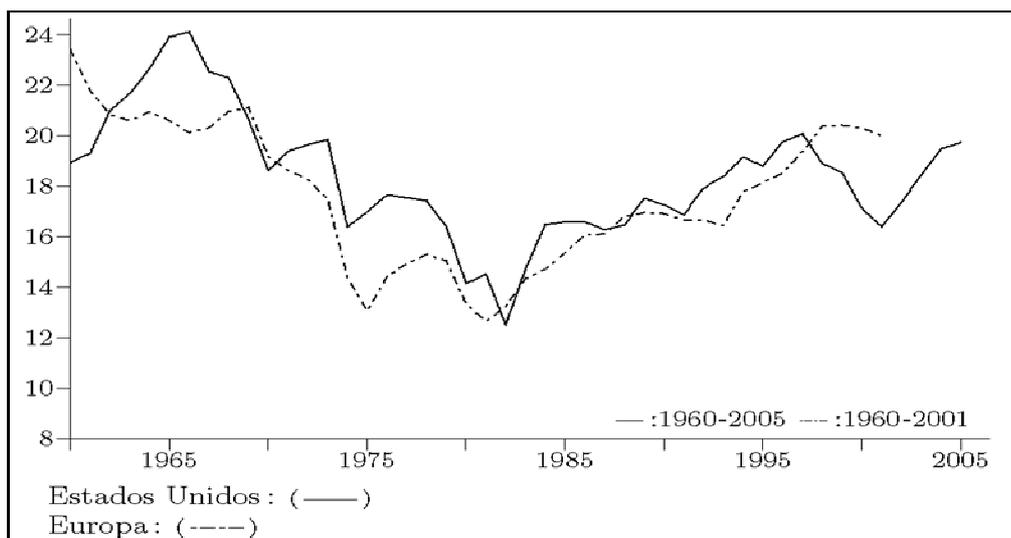


Figura 2: Taxa de lucros (%): EUA e Europa, economia privada
Fonte: Duménil e Lévy (2007)

Esse processo foi resultado de uma confluência de dois principais fatores: a produtividade do capital – que corresponde ao produto líquido doméstico (PLD) dividido pelo estoque de capital fixo, medidos em dólares correntes (DUMÉNIL; LÉVY, 2007) – encontrava-se em declínio entre 1948 e 1984, assume uma tendência de aumento a partir desse ano (efeito da implementação das novas tecnologias da informação, computação e comunicação, tipicamente tecnologias de gestão); ao mesmo tempo, o custo total de uma hora

²⁴ Para Duménil e Lévy (2007, p. 5), “a taxa de lucros é a razão entre uma medida ampla dos lucros (produto menos o custo total do trabalho) e o estoque de capital líquido (subtraindo a amortização). Assim, impostos indiretos e sobre os lucros, juros e dividendos ainda estão incluídos dentro dos lucros”

de trabalho cresce a taxas baixas, na mesma proporção da produtividade do trabalho – medida como o PLD dividido pelo total de horas trabalhadas, em dólares de 1996.

Em relação aos novos fluxos de renda em favor dos mais ricos, o forte aumento das taxas de juros gerou “elevados fluxos de renda em benefício dos emprestadores: famílias ricas ou instituições financeiras” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 6). Além disso, como as cotações das bolsas de valores atingiram níveis altíssimos – como pode ser observado a partir da razão *q de Tobin*²⁵, que atingiu 1,89 durante o começo do ano 2000 contra 0,33 durante a crise estrutural da década de 1970 –, os detentores de ações auferiram lucros robustos, complementados pela quase totalidade de lucros e dividendos distribuídos pelas sociedades anônimas (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

Como terceiro traço fundamental do neoliberalismo, Duménil e Lévy (2007) apontam a nova governança das sociedades anônimas. Após constatar que a taxa de lucros estava aumentando, mas a “taxa de acumulação”²⁶ de capital estava reduzindo, eles se questionam: se a taxa de lucro estava aumentando por que a taxa de acumulação estava reduzindo? Os autores demonstraram que, simplesmente, embora a taxa de lucro estivesse aumentando, a “taxa de lucros retidos” estava declinando, conforme mostra a Figura 3, ou seja, os lucros não estavam sendo reinvestidos, mas distribuídos quase integralmente aos acionistas.

²⁵ Trata-se de um indicador do mercado financeiro que mede o valor de mercado das ações sobre o valor líquido das sociedades não-financeiras.

²⁶ Entende-se por “taxa de acumulação” a taxa de crescimento do estoque de capital fixo, medido como a razão entre o investimento e o estoque de ativos fixos, também líquido; e por “taxa de lucros retidos” a razão entre os lucros remanescentes após todos os pagamentos – impostos, juros e dividendos – e uma medida do capital (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

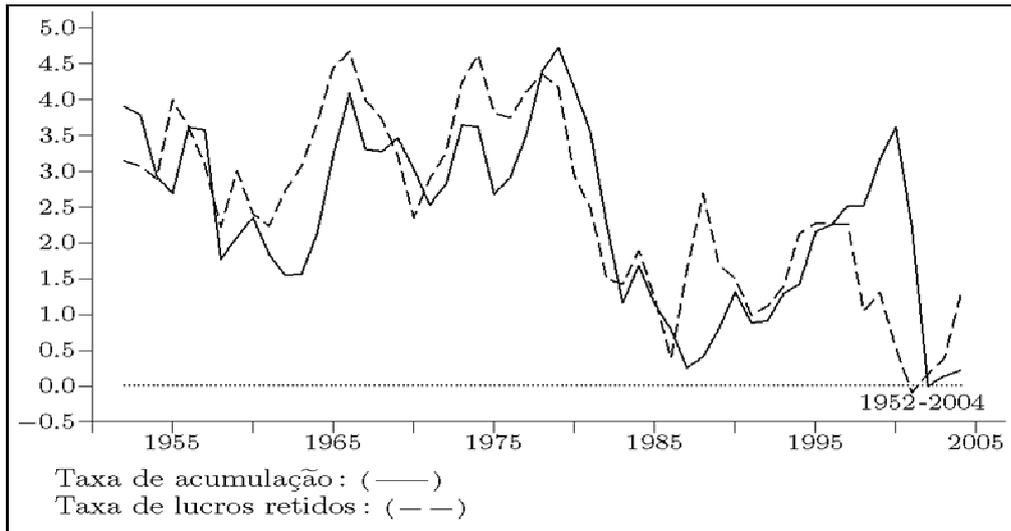


Figura 3: Taxa de lucros retidos e taxa de acumulação (%): EUA, sociedades por ações não-financeiras

Fonte: Duménil e Lévy (2007)

Nas palavras dos autores:

Tudo se passa, no neoliberalismo, como se os lucros que se distribuem como juros e dividendos não fossem reinvestidos nas sociedades não-financeiras. Isso significa que todos os outros fluxos – créditos, emissões e resgates de ações – são nulos ou se compensam reciprocamente, e que o investimento se auto-financia. [...] O novo fato no neoliberalismo é que a distribuição de rendas financeiras reduza de maneira drástica os lucros retidos, prejudicando a acumulação apesar da recuperação dos lucros. Assim, no que diz ao financiamento do setor não-financeiro, a finança desempenha um papel meramente parasitário. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 8).

Assim, o topo da pirâmide social possui mais esta fonte de remuneração. Chega-se à primeira conclusão dos trabalhos de Duménil e Lévy com relação ao neoliberalismo: dentro dos países mais avançados houve uma reconfiguração de riqueza e poder, marcada por um direcionamento maior da renda e riqueza às famílias mais ricas. Uma segunda conclusão refere-se à relação entre os países mais avançados e os países menos avançados na perspectiva da acumulação do capital. É a partir dessa questão que sua análise do imperialismo contemporâneo, neo-imperialismo, torna-se explícita.

Embora Duménil e Lévy (2007) se refiram constantemente ao imperialismo, não se preocupam em apresentar uma definição profunda do termo. De forma superficial, se referem ao imperialismo como a “capacidade dos países mais avançados de extrair lucros do resto do mundo” (p. 2). Para eles, “ao contrário do neoliberalismo, o imperialismo não define um estágio particular do capitalismo” (p. 2); ele deve ser compreendido “como um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas, culturais, etc.” (p. 2), marcado pela violência, seja

econômica ou tradicional – guerras, corrupção, etc. Nesse sentido se assemelham a Kautski, já que este afirmava o imperialismo enquanto um sistema coordenado de políticas, sendo que a fase determinada do capitalismo é a fase do capital financeiro. A única diferença que se apresenta em Duménil e Lévy (2007) é que o capitalismo se encontra na fase do neoliberalismo.

Os autores ainda consideram a exportação de capitais, já que os países imperialistas exportam seus capitais. Entretanto, a ressalva em relação a esse ponto é que “também podemos observar que outros países investem seus capitais nos países do Centro” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 2), de forma que a exportação de capital não assume uma forma tão mecânica quanto já foi no passado.

Em Duménil e Lévy (2004), a definição do imperialismo utiliza alguns parágrafos a mais, sem, entretanto, mudar a natureza do argumento, sendo o imperialismo entendido como o processo no qual os países mais avançados tomam vantagens em relação aos países menos desenvolvidos ou regiões mais vulneráveis do globo. Dentro do grupo dos países mais avançados também se observa relações de poder, com os Estados Unidos assumindo posição hegemônica em relação aos outros países imperialistas. Assim, para Duménil e Lévy (2004):

[...] o presente estágio do capitalismo pode ser caracterizado como neoliberal como resultado da nova trajetória atingida pela restauração de renda e riqueza das classes capitalistas, imperial devido a continuada (ou crescente) pressão sobre o resto do mundo, e sob hegemonia dos EUA por causa da posição dominante dos Estados Unidos entre os países imperialistas. (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 4, tradução nossa).

Contrariando uma perspectiva globalista, os autores argumentam que cada Estado está engajado na defesa de seus interesses nacionais, seja domesticamente ou no plano internacional (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

A principal conclusão a que Duménil e Lévy (2007) chegam com relação ao *imperialismo estadunidense* é que os Estados Unidos, em função de sua posição assimétrica em relação ao resto do mundo, drenam importantes fluxos de renda (juros, dividendos e lucros retidos das sociedades transnacionais) do resto do mundo. De fato, tanto proprietários de capital estadunidense (residentes) compram ativos do resto do mundo (exportam seu capital), quanto proprietários de capital estrangeiro investem em ativos dos EUA. O fato de Estados Unidos e resto do mundo remunerarem diferentemente o capital investido em seu território é a chave para compreender como os Estados Unidos drenam fluxos de recursos. Na média, durante o neoliberalismo, a diferença em termos de remuneração do capital foi de quatro

pontos percentuais em favor dos EUA contra o resto do mundo – isto é, o capital estadunidense aplicado no resto do mundo era remunerado, em média, 4% a mais do que o capital do resto do mundo aplicado nos EUA (DUMÉNIL; LÉVY, 2007). O que acontece é que os Estados Unidos “agem, internacionalmente, como um intermediário financeiro, coletando financiamento a um custo inferior àquele que, eles mesmos, recolhem a partir dos seus investimentos no exterior” (p. 10). Para Duménil e Lévy (2007) é a questão central do neoimperialismo.

Durante o neoliberalismo, o fluxo total de renda recebida do exterior pelos EUA, quase se iguala ao montante dos lucros domésticos, como mostra a Figura 4.

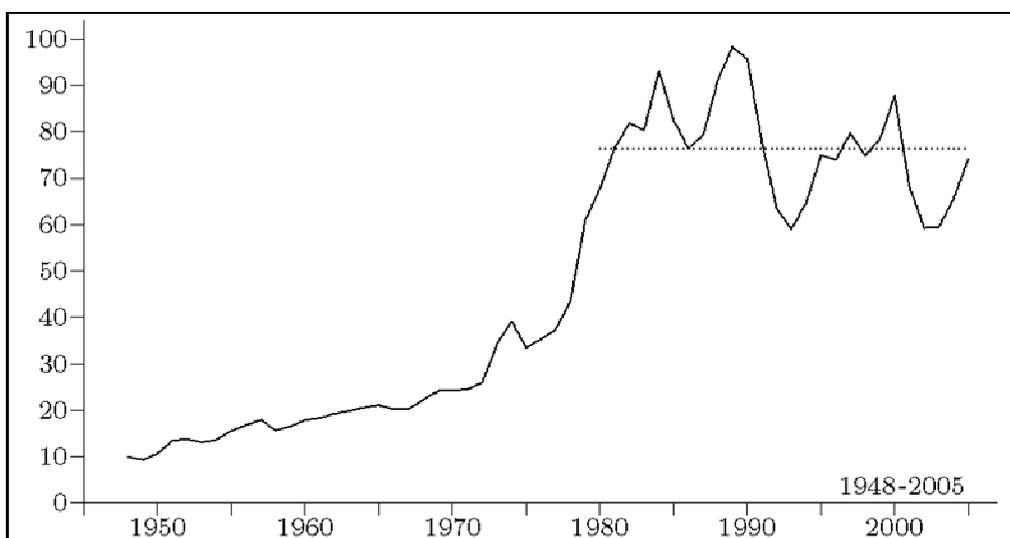


Figura 4: Razão entre os fluxos totais de renda recebidos do resto do mundo e os lucros domésticos nos EUA (depois de impostos).
Fonte: Duménil e Lévy (2007)

Verifica-se, com a Figura 4, a enorme relação entre neoliberalismo e imperialismo. Se até a década de 1970 a proporção de fluxos de renda recebidos em relação aos lucros domésticos, nos Estados Unidos, não passava de 40%, a partir de 1980 ela se estabelece tendo 80% como ponto de convergência. Embora essa relação assimétrica dos EUA com o resto do mundo seja inequívoca, segundo Duménil e Lévy (2007), sua explicação é complexa. Os autores apontam duas questões para explicar a assimetria:

[...] o domínio global dos EUA sobre a economia mundial, a posição de seu setor financeiro, a colocação neste país dos maiores times de executivos das grandes empresas transnacionais, sua posição chave com respeito às tecnologias mais avançadas, sua estabilidade política, e (2) o desejo por parte de agentes de outros países de proteger seus ativos frente aos riscos nacionais. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 10).

Portanto, para que essa relação assimétrica continue e os EUA possam auferir ganhos desse processo, a manutenção da posição externa estadunidense é imprescindível.

4 A TEORIA CONTEMPORÂNEA À LUZ DA TEORIA CLÁSSICA

A quarta e última seção procede à confrontação da teoria contemporânea do imperialismo, discutida na seção 3, com a teoria clássica, discutida na seção 2. O desafio é compreender as limitações e potencialidades do imperialismo enquanto um conceito, por uma perspectiva teórica.

Na realidade, mesmo dentro da chamada teoria clássica, vários pontos não são consensuais. A partir da esquematização proposta por Lenin (2008), tem-se os cinco traços fundamentais do imperialismo, que, em linhas gerais, são:

- Predominância dos monopólios;
- Hegemonia do capital financeiro;
- Importância da exportação de capitais;
- Formação de associações internacionais de monopolistas;
- Partilha territorial do mundo entre as grandes potências.

Para os marxistas clássicos, trata-se de uma definição que não gera grandes divergências. As grandes polêmicas centraram-se entorno de dois pontos:

- Imperialismo significa um estágio do modo de produção de capitalista, isto é, uma categoria especificamente histórica *ou* significa o tipo de política executada pelos Estados mais avançados, que represente a classe dominante desses países;
- Imperialismo tornou as rivalidades intercapitalistas mais profundas a ponto de atingir o limite das contradições do modo de produção, *ou* o imperialismo será sucedido pelo ultraimperialismo, que representará um período de desenvolvimento pacífico do capitalismo no qual os países mais avançados explorarão o globo de comum acordo.

Obviamente não é necessário reexpor os elementos dessas divergências, visto que foram percorridas na seção 2. Ambas, naturalmente, estão intimamente ligadas. Se, no ponto *a*, o imperialismo configura-se como o tipo de política executada pelos Estados mais avançados, torna-se possível – através da luta de massas, por exemplo – reverter essa política em direção a uma política mais harmoniosa internacionalmente, caminhando em direção ao ultraimperialismo, no ponto *b*. Por outro lado, se, no ponto *a*, acontece o inverso, torna-se impossível retroceder historicamente para um estágio em que predomine a cooperação internacional ao invés do conflito.

Atualmente, no começo do século XXI, essas duas divergências continuam no centro do debate do imperialismo. De um lado, autores como Hardt e Negri (2001) e Gowan, Panitch e Shaw (2001), se posicionam no sentido de afirmar que não existem mais rivalidades interimperialistas, isto é, o capitalismo contemporâneo vivencia algo como o ultraimperialismo proposto por Kautski. De outro lado, autores como Sakellaropoulos (2009) e Went (2002-2003) reafirmam que, mesmo no contexto atual, as rivalidades interimperialistas permanecem.

Bukharin (1988) e Lenin (2008) argumentavam que o principal motivo da impossibilidade de realização do ultraimperialismo era a existência de desenvolvimento desigual entre os países mais avançados. Caso houvesse uma assimetria em termos de correlação de forças, os países mais poderosos não teriam interesse em se coligar em uma federação imperialista. Ressalte-se que, no começo do século XX, embora existissem diferenças em termos de desenvolvimento econômico ou poderio militar que impossibilitasse o ultraimperialismo, como Bukharin e Lenin afiançavam, essas diferenças não eram tão fortes como são hoje. Dentro do grupo dos Estados mais poderosos, nenhum se destacava com grande disparidade em relação aos demais, isto é, embora alguns assumissem a dianteira, nenhum se distanciava dos demais.

Hoje é notória a enorme assimetria de forças, cujo desequilíbrio pende para o lado dos Estados Unidos – dentro do grupo dos Estados nacionais mais poderosos, os EUA funcionam como uma espécie de *outlier*²⁷. Ao mesmo tempo em que esse fato pode ser a explicação para a não rivalidade militar interimperialista, pode aguçar uma possível rivalidade no campo militar, tal qual Bukharin e Lenin observaram.

Os conflitos militares da atualidade não são protagonizados por duas potências rivais. Como Harvey (2003) muito bem apresenta, envolvem, sempre, de um lado, o país mais desenvolvido e com maior poderio militar, e, de outro, algum país com menor nível de acumulação de capital. Embora a retórica oficial aponte esses conflitos como guerras contra o terrorismo, ou ações policiais, como Hardt e Negri (2001) mostram, tratam-se, sem exceção, de conflitos cujo pano de fundo é a luta geopolítica por insumos para produção – ultimamente, o petróleo. Deste modo, enquanto todos os países avançados se beneficiam dessa situação, esse suposto ultraimperialismo pode permanecer. Entretanto, a qualquer desvio um conflito, tal qual Lenin advertira, pode acontecer. A possibilidade teórica para que

²⁷ No campo da estatística, *outlier* é o elemento do conjunto observado que possui uma disparidade muito forte em relação aos demais. Se assumíssemos que o poderio econômico/militar de cada país estivesse contido em uma certa distribuição de probabilidade, os Estados Unidos seriam o ponto fora da reta.

isso aconteça, existe. Para Bukharin, a discrepância em termos de poderio econômico/militar, que hoje atenua as rivalidades, é a chave, que dispara uma corrida armamentista. Basta que a discrepância se reduza, que surja outro rival à altura ou que grupos de países se unam em torno de possíveis coalizões. Dessa forma, ao mesmo tempo em que Gowan, Panitch e Shaw (2001) e Hardt e Negri (2001) – e Kautski – estejam aparentemente corretos, a hipótese de Sakellariopoulos (2009) e Went (2002-2003) – e Bukharin e Lenin – também está correta.

Em relação a essa questão militar, Baran e Sweezy (1966) lançam uma hipótese que pode iluminar o debate da possível não militarização do capitalismo contemporâneo. Para os autores o sistema capitalista é um sistema internacionalmente hierárquico, com variados graus de superordenação e subordinação. Por uma perspectiva mundial, o capitalismo é considerado “uma rede [sic] de relações antagônicas, lançando [países] exploradores contra [países] explorados e exploradores rivais uns contra os outros” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 181). Quanto maior a posição de um país na hierarquia internacional capitalista e quanto maior a intensidade da disputa pelos postos principais nessa cadeia, mais necessidade eles têm das forças armadas.

Nesse sentido, Baran e Sweezy (1966) mostram que os séculos XVII e XVIII foram “altamente militarizados” (p. 182), pois foram séculos nos quais não havia ainda uma liderança indiscutível, isto é, vários países disputavam o topo da cadeia internacional e se armavam para essa disputa. Apenas em 1815, com a vitória britânica decisiva e o estabelecimento da *Pax Britannica*, a ênfase sobre o militarismo declinou. Isso só foi possível graças à ascensão de um líder indiscutível, a Inglaterra, “ocupando o alto e estabilizando todo o sistema através de sua própria força [sic] e de um sistema flexível de alianças” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 182).

Resgatando a polêmica contemporânea, pode-se dizer que atualmente ocorre o mesmo processo. Só existe uma pequena ênfase no militarismo, pois os EUA assumiram o posto de *líder indiscutível*. Baran e Sweezy (1966) afirmam que os Estados Unidos assumiram essa posição logo ao término da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, eles passam a assumir “uma posição tão dominante no mundo capitalista quanto o fôra [sic] a da Grã-Bretanha depois de 1815” (p. 184). Por isso suas despesas militares, mesmo em tempos de paz, permanecem enormes: “o líder indiscutível deve manter uma clara superioridade militar, seja através de suas próprias forças [sic] armadas, seja pela manipulação de alianças, ou de ambas” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 184).

Outro ponto polêmico na teorização contemporânea do imperialismo diz respeito aos prognósticos para o capitalismo, embora apenas Hardt e Negri (2001) discorram

incisivamente sobre esse assunto. Seu principal raciocínio é que se chegou à fase posterior ao imperialismo: o Império. Além disso, afirmam que Lenin argumentara que o capitalismo caminharia para a bifurcação: socialismo ou Império. De fato, Lenin considerou que o imperialismo estava em vias de decomposição e seria superado pelo modo de produção superior ao capitalismo, ou seja, o socialismo. Entretanto, Lenin não considerou a possibilidade de um novo regime de produção capitalista pós imperialista. Se, obviamente, ainda não se atingiu o socialismo, não é porque transitou-se ao Império, mas, seguindo a abordagem de Lenin, é porque permanecemos no estágio do imperialismo, com o capitalismo se decompondo cada vez mais. Assim, a afirmação que Hardt e Negri (2001) imputam a Lenin é falsa. Sobre a obra de Hardt e Negri (2001), a conclusão a que se pode chegar é que, embora forneçam alguns *insights* válidos, a ousada perspectiva dos autores se perde em seu próprio ecletismo.

Hardt e Negri (2001) ainda generalizam a suposta interpretação de Lenin para toda a teoria marxista clássica do imperialismo. Eles argumentam que no bojo da “primeira grande onda de análises teóricas marxistas do imperialismo” (p. 261), havia, para o decorrer do transcurso da história, “uma escolha clara: revolução comunista mundial ou transformação do imperialismo capitalista em Império” (p. 261). Nesse ponto, pode-se inferir que Hardt e Negri (2001) seguem a mesma lógica kautskiana de que a competição interimperialista, por levar ao limite do capitalismo, provocaria essa aliança entre as burguesias nacionais. No caso de Kautski, a hipótese levantada é a *possibilidade* do ultraimperialismo. Já Hardt e Negri (2001) apresentam a *concretude* do Império.

O aspecto central da teoria do Império de Hardt e Negri (2001) é a noção de mercado mundial. Para os autores a globalização constituiu, de fato, um mercado mundial que integra todo o globo. Entretanto, os autores utilizam a teoria subconsumista de Rosa Luxemburg como o artifício teórico para a constituição do mercado mundial. Segundo eles – e segundo ela – como o capitalismo enfrenta um problema de realização da mais-valia intrínseco ao próprio sistema, ele necessita sempre de algo exterior a si para se desenvolver. Então, a dinâmica de incorporação desse exterior é que caracterizou o imperialismo clássico. No ponto em que todo o exterior já está completamente internalizado, o imperialismo transforma-se em Império. O problema desse argumento é que, embora a construção argumentativa seja convincente, a base teórica subconsumista Luxemburguiana é fortemente criticada, sendo que alguns autores, como Brewer (1990), a consideram superada.

Uma crítica aos argumentos do subconsumo pode ser encontrada em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, que Lenin publicou em 1905, doravante Lenin

(1982). Nessa obra Lenin polemiza e busca refutar as teses dos autores *populistas*²⁸, que, esquematicamente, segundo Netto (1982), “afirmavam que a viabilidade do capitalismo na Rússia era extremamente problemática” (NETTO, 1982, p. 16), pois não havia a possibilidade de realização da mais-valia dado que o mercado interno era extremamente frágil. Ou seja, o subconsumo seria um entrave crucial ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Embora a crítica de Lenin se direcione nominalmente aos populistas, se enquadra perfeitamente contra os argumentos subconsumistas de Luxemburg (1976) – e de Hardt e Negri (2001).

Lenin (1982) mostrou que o mercado interno se desenvolve e gera a possibilidade de realização da mais-valia com o próprio desenvolvimento do capitalismo. Isto é, “o que importa, para o desenvolvimento capitalista, é a demanda originada pelos próprios capitalistas, a crescente transformação de mais-valia em capital constante, com o mais rápido crescimento do setor de bens de capital” (NETTO, 1982, p. 15). Tal qual a crítica de Brewer (1990), exposta no capítulo II deste trabalho, a lacuna que completa os esquemas de reprodução e que invalida o potencial problema da realização é o grau de consumo produtivo entre os próprios capitalistas. Nas palavras de Lenin (1982), “o grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país” (p. 33). Com base na teoria de Marx, Lenin (1982) argumenta que o “crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo. Noutros termos: o crescimento dos meios de produção ultrapassa o dos artigos de consumo” (p. 23).

Portanto, se a base sob a qual se ergue a teoria do Império de Hardt e Negri (2001) é frágil, a partir de uma concepção leninista, podemos dizer o mesmo do resultado dessa construção teórica. Dito de outra maneira, trata-se de uma teoria que se baseia em hipóteses e conjecturas sem sustentação na realidade e que foge, portanto, do materialismo histórico enquanto método de análise científica.

Harvey (2003), Went (2002-2003) e Sakellariopoulos (2009) são os autores que vão utilizar com mais coerência a abordagem de Lenin. Para esses autores, a fase atual do capitalismo constitui, ainda, o imperialismo. Os dois últimos apontam que, com algumas reconfigurações internas, o imperialismo de hoje é uma continuação modificada do imperialismo do começo do século. Sakellariopoulos (2009) argumenta que se está vivenciando uma segunda fase do imperialismo: a fase do esforço para sair da crise, que

²⁸ Segundo Netto (1982), o populismo nasceu como um movimento teórico-ideológico da intelectualidade democrática e “eixo do pensamento social russo” (p. XI). Após certo período, “converteu-se numa concepção nitidamente reacionária da dinâmica social russa” (p. XIII). É nessa conjuntura que Lenin escreve sua obra.

sucedem a fase da reprodução ampliada. Harvey (2003), por sua vez, vai dizer que se vivencia a terceira em transição para a quarta: a fase do imperialismo.

Na realidade, a contribuição mais original e criativa que mantém uma coerência teórica com a teoria marxista, é a atualidade da acumulação primitiva que Harvey (2003) nos apresenta. Mesmo que se considere que a expansão territorial do capitalismo já não é mais possível, pois todo o globo já está inundado de relações sociais capitalistas, a classe dominante consegue acumular capital através de um processo de espoliação (acumulação primitiva) manifestado, por exemplo, nas crises financeiras recentes.

A caracterização do imperialismo contemporâneo a partir de ampla base empírica é a tarefa que Duménil e Lévy (2003; 2007) se propuseram executar. Com os aspectos quantitativos que esses autores apresentam, é possível traçar alguns elementos de caracterização da fase atual do capitalismo. É um período no qual a taxa de lucro assume trajetória ascendente e a taxa de acumulação de capital não acompanha essa trajetória. O que ocorre é que, nas mais importantes corporações de capital aberto, a maior parcela dos lucros é distribuída entre os acionistas e não investida. Significa um fortalecimento do ambiente financeiro, com a *exuberância* do mercado de ações e outros instrumentos – como os derivativos – se configurando numa série de bolhas financeiras que sustentaram boa parte do crescimento econômico. Para ilustrar, uma estimativa de Moseley (2008) aponta que se não houvesse a bolha no mercado imobiliário estadunidense, a taxa de crescimento da economia dos EUA seria da ordem 1% ao ano, no começo da década de 2000, contra os 3 a 4% de taxa de crescimento realmente verificados com a bolha.

Semelhante caracterização foi feita pelos marxistas clássicos do começo do século XX. Estes autores, em especial Lenin e Bukharin, também utilizando ampla base empírica, apontaram o real estágio de decomposição do capitalismo. Vivia-se a eminência de sua ruína, cujo ápice era a ocorrência da guerra. O capitalismo não conseguiria manter o crescimento de outrora e se mutilaria por conta de suas próprias contradições.

Grossmann (1992) fornece uma atual contribuição sobre a relação financeirização / baixo crescimento econômico. Mostrou que fases economicamente depressivas são caracterizadas por forte ambiente financeiro especulativo. Seguindo sua perspectiva, poder-se-ia argumentar que a partir da década de 1980 começa a existir uma sobreacumulação de

capital sem possibilidades lucrativas de aplicação na produção. Assim, e talvez por isso, é que a esfera financeira ganhou tanta importância²⁹.

Outro aspecto fundamental para a caracterização do imperialismo contemporâneo, que suscita intenso debate entre os teóricos atuais, mas que não esteve presente na teoria clássica, é em relação ao *locus* da reprodução capitalista. Ou seja: conforme a constituição do chamado mercado mundial, o capitalismo se reproduz a nível mundial, dando origem a uma burguesia e um proletariado transnacional, ou sua reprodução é circunscrita aos Estados-nacionais, que utilizam o mercado mundial para intercambiar mercadorias?

Nesse caso, Hardt e Negri (2001) são os únicos autores a argumentar sobre a constituição de uma efetiva ordem capitalista global. Entretanto, não argumentam em termos de classes sociais globais, isto é, uma burguesia ou um proletariado global. Para os autores, globalmente existe o Império – que, por indução, pode-se qualificá-lo como representante de uma espécie de burguesia global – e a multidão – que, novamente por indução, poder-se-ia qualificá-la como um tipo de classe trabalhadora global.

Em contrapartida, o ponto de vista da reprodução do capitalismo dentro das fronteiras nacionais é defendido com mais ênfase por Sakellariopoulos (2009). Went (2002; 2003), Harvey (2003), Duménil e Lévy (2003; 2004; 2007) e Gowan, Panitch e Shaw (2001) também assumem essa posição, mas por uma perspectiva mais implícita. Essa análise afirma que o modo capitalista de produção é reproduzido dentro de formações sociais nacionais. O Estado possui papel preponderante nesse aspecto, já que é ele quem garante o domínio da classe proprietária em relação à classe não-proprietária, garantindo o *status quo* inabalado.

De fato, dentro desse grupo, pode-se fazer uma subdivisão. Existem aqueles, como Went (2002; 2003), Harvey (2003), Duménil e Lévy (2003; 2004; 2007) e Gowan, Panitch e Shaw (2001) que argumentam na coexistência de dois conceitos: globalização e imperialismo. Assim, a globalização constitui uma nova *forma* do imperialismo – um novo-imperialismo, um neo-imperialismo –, ou um fenômeno paralelo ao imperialismo. Outra visão, sustentada por Sakellariopoulos (2009), nega teórica e conceitualmente o termo globalização. Isto é, o que vivemos nada mais é do que o imperialismo em uma nova *fase*. Para esse autor, seria correto utilizar o termo globalização caso existisse um capital global e um proletariado global, o que não é verdade. A configuração do capitalismo contemporâneo – o imperialismo, fase dois – é um sistema internacional que inter-relaciona todos os países de forma desigual.

²⁹ Nessa relação entre depressão e especulação, Grossmann (1992) relata o ocorrido em meados da década de 1920: “thus in the depression of 1925-6 money poured into the stock exchange. Once the situation improved at the end of 1926 and the start of 1927 credits were displaced from the exchange into the production” (p. 192)

Em síntese, o que é consenso entre todos os autores contemporâneos é o fato do capitalismo ter entrado em sua nova fase durante a década de 1970 (independente de se tratar de uma nova fase, uma nova forma, ou o fim do imperialismo). Alguns pontuam o começo da década, outros o final, mas o fato é que a crise dos anos 1970 fez emergir essa nova fase, cuja característica fundamental é a preponderância da esfera financeira. Considerando os cinco traços fundamentais do imperialismo para Lenin, pode-se destacar o seguinte:

- Os monopólios continuam sendo a forma característica do capitalismo contemporâneo;
- O capital financeiro continua em sua hegemonia. Entretanto, os bancos perderam grande parte da importância que tinham. Atualmente, o capital financeiro manifesta-se como a fusão do capital bancário e industrial dentro de uma mesma corporação. Brewer (1990) mostra que uma grande companhia multinacional de hoje não é subordinada a nenhum banco, mas exercita funções de capital bancário ao aglutinar recursos de variadas formas (por exemplo, emitindo ações ou estabelecendo fluxos de capitais entre matriz e filial). Assim, essa multinacional pode ser considerada parte do capital financeiro de hoje;
- A exportação de capital continua sendo predominante, com algumas diferenças. A principal delas é que ela ocorre em maior magnitude entre os próprios países mais avançados, ou seja, hoje não é predominante o tradicional fluxo centro-periferia;
- As associações internacionais de monopolistas continuam a ocorrer, talvez com mais intensidade do que no passado. De fato, todos os ramos de produção com relativo avanço tecnológico são dominados por poucas gigantescas empresas. Uma diferença em relação a essa situação apontada pela teoria clássica do imperialismo é que, diferentemente do que eles apontaram como o mais possível, a competição pode ocorrer por trustes de mesma nacionalidade;
- A partilha territorial do mundo entre as grandes potências foi o ponto que mais se transformou desde a época da teoria clássica até a atualidade. Hoje já não mais se observam disputas entre os países mais avançados por territórios virgens, seja em busca de mercado consumidor, fornecimento de meios de produção ou força de trabalho. Entretanto, embora ainda não haja essa disputa interimperialista, o país mais desenvolvido do planeta continua a ocupar militarmente os territórios com potencial de fornecimento da matéria-prima mais escassa.

Como se pode observar, embora com alterações no plano da aparência, a essência de cada traço fundamental do imperialismo continua a mesma. A grande questão da atualidade, ainda em plena obscuridade, sob a luz da retórica oficial da globalização, é derivada do ponto cinco: qual o futuro mais provável, imperialismo ou ultraimperialismo?

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar algumas interpretações do capitalismo para identificar limites, lacunas e potencialidades de uma teoria contemporânea do imperialismo, a partir do referencial da teoria marxista clássica. Se entendermos teoria como um conjunto de regras ou leis, mais ou menos sistematizadas, aplicadas a uma área ou ciência específica, podemos afirmar, categoricamente, que hoje é impossível falar em *uma* teoria do imperialismo.

Preocupamos-nos em investigar, em um primeiro momento, qual a amplitude das análises correntes sobre o imperialismo. A partir disso, dado o amplo espectro de análises, o desafio foi delimitar quais contribuições seriam mais relevantes para cumprir as pretensões deste trabalho. Assim, selecionamos autores cujas contribuições fossem as mais diversas possíveis, tanto do ponto de vista metodológico, teórico e empírico; de conteúdo relevante, coerente e, de certa forma, original.

A leitura e interpretação desses autores foram executadas tentando-se sempre confrontá-los com a chamada teoria marxista clássica do imperialismo, nosso ponto de partida. Temos claro – e tentamos mostrar isso ao longo do texto – que, mesmo dentro desse grupo que constituiu nosso ponto de partida, existem olhares e interpretações diferentes sobre o mesmo objeto, o imperialismo clássico. Entretanto, mesmo existindo essa diversidade, podemos afirmar a existência de *uma* teoria clássica, já que a maioria das principais características do objeto é consenso entre os autores. De fato, alguns elementos tornaram-se pontos extremamente conflitantes dentro da teoria clássica, mas, mesmo assim, podemos considerar a existência de *uma* teoria clássica.

A história mostrou que, em alguns momentos, ora as divergências foram resolvidas para um lado, ora foram resolvidas para outro lado. Até a segunda guerra mundial, parecia que Lenin e Bukharin estavam certos: os países mais poderosos viram suas rivalidades interimperialistas refletir-se em conflitos bélicos. Parecia que o dia final para capitalismo se aproximava a passos largos. Após 1945, com a emergência de um inimigo comum às potências capitalistas, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), parecia que a profecia de Kautski estava se concretizando. Os países capitalistas uniram-se em torno de uma frente comum, sob a liderança dos Estados Unidos, numa espécie de ultraimperialismo, no qual as rivalidades interimperialistas foram amenizadas. Com o fim da URSS, na transição entre as décadas de 1980 e 1990, essa perspectiva aparentemente se consagrou. Decretou-se o fim da história: inicia-se o debate teórico do imperialismo contemporâneo.

O setor de serviços – incluindo a esfera financeira – torna-se cada vez mais preponderante, com a produção industrial e agrária se deslocando para a periferia do sistema. A década de 1990 é marcada pela sucessão de crises que atingem a periferia, cujo epicentro é a esfera das finanças. Na década de 2000, as crises passam a ser recorrentes no centro: no começo da década, a crise financeira envolvendo os setores ligados à alta tecnologia; no final da década, outra crise, mais geral, cuja raiz é o mercado imobiliário norte-americano. O capitalismo, desde a década de 1980, não consegue manter uma trajetória sustentável de crescimento econômico. Taxas de acumulação e reprodução ampliada do capital são cada vez mais achatadas.

Nesse contexto, a teoria marxista precisa se debruçar sobre a interpretação e caracterização do capitalismo de hoje. A correta clarificação da fase atual do modo de produção em que vivemos é essencial como subsídio da *práxis*. Para isso, é necessário um tipo de pesquisa que desamarre os nós criados pelas teorias contemporâneas do imperialismo.

Através da pesquisa sobre as várias interpretações do imperialismo, desde o marxismo clássico até as teorizações contemporâneas, percebemos a existência de uma estrutura de análise comum que pode auxiliar na constituição de linhas de pesquisa em torno do imperialismo.

Desde Bukharin, temos claro que os conceitos do imperialismo se sobrepõem em uma estrutura hierárquica: a economia mundial capitalista, nível superior de análise, é constituída pelas diversas economias nacionais, níveis intermediários de análise; estas, por sua vez, são constituídas pelas diversas empresas capitalistas nacionais, nível inferior de análise. Cada um desses três níveis possui a tendência à expansão. A empresa capitalista nacional busca sua expansão dentro da economia nacional, através do processo de fusão e aquisição, da constituição de trustes, cartéis, etc. Já a economia nacional busca se expandir dentro da economia mundial capitalista através, por exemplo, da exportação de capitais, da constituição de blocos econômicos, zonas de influência, anexações em geral, etc. Por fim, existe o processo em que a economia mundial capitalista busca se expandir em direção às regiões não-capitalistas, como Rosa Luxemburg atestou. O seguinte diagrama, figura 4, pode facilitar a interpretação dessas relações. No entanto, como toda tentativa esquemática de interpretação, podemos incorrer em erros de simplificação.

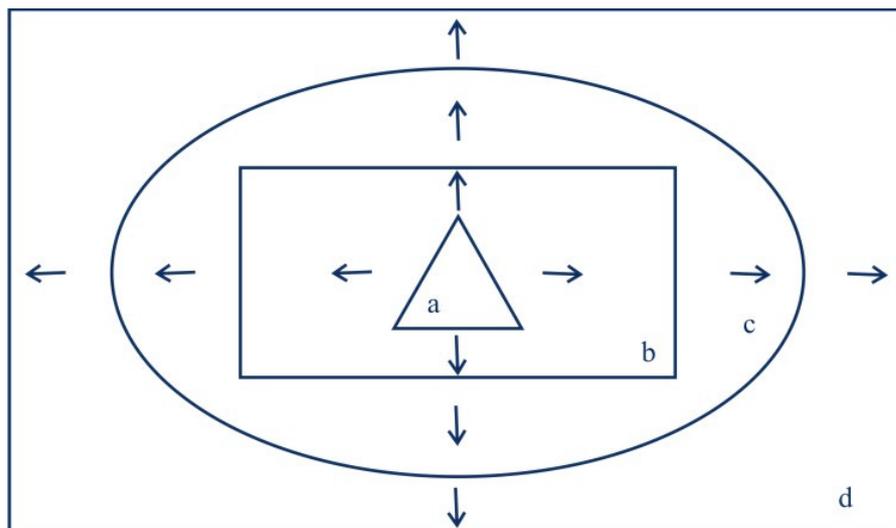


Figura 5: Diagrama de Análise do Imperialismo
Fonte: Dados da pesquisa

Observando de dentro para fora, a figura *a* indica a empresa capitalista nacional, *b* representa a economia nacional, *c* representa a economia mundial capitalista e *d* representa a economia mundial capitalista mais as regiões não-capitalistas. As setas indicam que cada nível tem a tendência à expansão. De fato, todos os níveis se inter-relacionam mutuamente. A expansão da empresa capitalista dentro da economia nacional, por exemplo, também pode significar expansão da economia nacional dentro da economia mundial e, talvez, da economia mundial dentro da totalidade capitalista mais não-capitalista.

Dentro desse esquema, Rosa Luxemburg mostrou a tendência de *c* se expandir em direção a *d*. O capitalismo só sobrevive à custa desse processo. O fim natural do capitalismo, portanto, ocorreria quando *d* já estivesse plenamente ocupado por *c* e a economia capitalista não encontrasse mais oxigênio para queimar. Harvey se propôs a mostrar que dentro de *b* e *c* existem ilhas não capitalistas por onde o capitalismo pode se expandir, isto é, pequenas figuras contínuas de *d* dentro de *b* ou *c*.

Lenin, Bukharin e Kautski, com perspectivas diferentes, mostraram como ocorria e quais as prováveis consequências do enfrentamento de grandes *b*'s dentro de *c*. Como fruto da expansão de *a* dentro de *b*, como Hilferding analisou, teria resultados na expansão de *c* em *d*, através da colonização de regiões não-capitalistas. As interpretações atuais se focam, sobretudo, nas relações entre as economias nacionais dentro da economia mundial.

Perspectivas de pesquisa dentro da temática *imperialismo* podem se envolver tanto na análise do processo de expansão de cada nível, isto é, analisar a forma de cada seta da figura 4, quanto na análise da constituição e das inter-relações entre os vários níveis.

Nesse sentido, em nosso entendimento, existem alguns pontos nodais que necessitam ainda ser desvendados. Listamos, a seguir, alguns pontos que podem ser explorados: como as rivalidades interimperialistas se expressam? Como caracterizar o capital financeiro de hoje? Como caracterizar a reprodução do capital? Como interpretar as empresas transnacionais? O *locus* dessa reprodução é nacional ou mundial? É mais adequado falar em reprodução ampliada ou acumulação primitiva? Qual o papel da exportação de capitais? Que tipo de capitais são exportados? Quais os mecanismos utilizados pelos capitalistas para contrabalancear a tendência decrescente da taxa de lucro?

Essas são algumas questões que podem tornar mais claro a interpretação do capitalismo de hoje. Para tanto, o desafio é conciliar o recurso teórico com o empírico. Uma mescla coerente entre a base teórica e a coleta de informações pode auxiliar, e muito, uma caracterização do imperialismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Javier. Mapeando o marxismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p.51-97.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. 383p.

BORON, Atilio. A questão do imperialismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 459-483.

BOTTOMORE, Tom. Formação Social. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 159.

BREWER, Anthony. *Marxist Theories of Imperialism: a critical survey*. 2.ed. London: Routledge, 1990. 300p.

BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. Tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 164p.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício. Capital fictício y ganancias ficticias. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n.37, marzo 2008. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-37/capital-ficticio-y-ganancias-ficticias>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foa. São Paulo: Xamã, 1996. 305p.

———. Tendências profundas do imperialismo e ampla crise de leadership. In: *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*, n. 1, São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-18.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e o novo capitalismo. In: CHESNAIS, François, et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. 112p.

———. The Economics of U.S. Imperialism at the turn of the 21st Century. *Review of International Political Economy*, Providence (USA), v.11, n.4, p.657-676, Oct. 2004.

———. Neoliberalismo: neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.16, n.1, p.1-19, abr. 2007.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000. 288p.

FONTES, Virgínia. Lenin, o imperialismo e os desafios contemporâneos. In: *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*, n.10. São Paulo: Boitempo, 2007. p.54-61.

———. Imperialismo contemporâneo: espoliação e benevolência. (Resenha do livro: HARVEY, David. O novo imperialismo). *Revista História & Luta de Classes*, [S.l.], v. 4, n.6, p. 89-91, nov. 2008a.

———. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 26, p. 9-31. 2008b.

GERMER, Claus. *As forças produtivas e a revolução social revisitadas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008. 25p. Mimeo.

GOWAN, Peter; PANITCH, Leo; SHAW, Martin. The State, Globalisation and the New Imperialism: A Roundtable Discussion. *Historical Materialism*, Leiden, v. 9, p.3-38, 2001.

GROSSMANN, Henryk. *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System: Being also a Theory of Crises*. London: Pluto Press, 1992. 205p.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O Evangelho de Samuel. *Valor Econômico*, São Paulo, n.2412, 2009. Entrevista concedida a Sergio Leo. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/?impresso/cultura/92/6017193/o-evangelho-de-samuel>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001. 501p.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 201p.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 346p.

JESUS, Daniele Maria Oliveira de. *O desenvolvimento do imperialismo e o processo de concentração bancária na dinâmica mundial do capitalismo contemporâneo*. 2008. 370p. Tese (Doutorado em Economia)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

KAUTSKI, Karl. *Ultra-imperialism*. 1914. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2009.

———. O Imperialismo (1913). In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002a. p. 443-463

———. Dois artigos para revisão (1915). In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002b. p. 465-490.

LEFEBVRE, Henri. A sociologia marxista ou o materialismo histórico. In: LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009. p. 62-76.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4.ed. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008. 130p.

———. Prefácio. In: BUKHARIN, Nicolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 9-13.

———. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402p.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5. ed. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Cortez, 1994. 220p.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. 2.ed. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 516p.

MARX, Karl. The British Rule in India. In: *New-York Daily Tribune*, 25 de junho de 1853a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2010.

———. The Future Results of British Rule in India. In: *New-York Daily Tribune*, 22 de julho de 1853b. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/07/22.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2010.

———. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I, v.1. 22.ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 571p.

———. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro III, v.IV. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 347 p.

MOSELEY, Fred. US Home Mortgage Crisis: How Bad Will It Be? Causes and Solutions. Mimeo. Mount Holyoke College. In: IV Colóquio Internacional da SEPLA, Buenos Aires, 2008.

NETTO, José Paulo. Introdução. In: LENIN, Vlaimir Ilitch. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBINSON, William; HARRIS, Jerry. Towards a Global Ruling Class? Globalization and the Transnational Capitalist Class. *Science & Society*, New York, v.64, n.1, p.11-54, 2000.

SAKELLAROPOULOS, Spyros. The Issue of Globalization through the Theory of Imperialism and the Periodization of Modes of Production. *Critical Sociology*, Thousand Oaks, v.35, n.1, p.57-78, 2009.

SHAW, William H. Materialismo histórico. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 259-263.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista*. 6.ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. 288p.

WENT, Robert. *Essays on globalization: a journey to a possibly new stage of capitalism*. 2001. 228f. Ph.D Dissertation, University of Amsterdam, 2001.

———. Globalization in the Perspective of Imperialism. *Science & Society*, New York, v.66, n.4, p. 473-497, 2002-2003.